



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O “TRANCO DA ROÇA” E A “VIDA NO BARRACO”: UM ESTUDO
SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES NO SETOR DO
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO**

Maciel Cover

Orientadora: Doutora Marilda Aparecida de Menezes

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2011

MACIEL COVER

**O “TRANCO DA ROÇA” E A “VIDA NO BARRACO”: UM ESTUDO
SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES NO SETOR DO
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Marilda Aparecida de Menezes.

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2011

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C873t Cover, Maciel.

O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro / Maciel Cover. — Campina Grande, 2011.

183 f. : il. col.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilda Aparecida de Menezes.

1. Trabalhadores Migrantes. 2. Dominação e Resistência. 3. Agronegócio Canavieiro. I. Título.

CDU – 323.3:63-051-057.56(043)

MACIEL COVER

**O “TRANCO DA ROÇA” E A “VIDA NO BARRACO”: UM ESTUDO SOBRE
TRABALHADORES MIGRANTES NO SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO**

Dissertação apresentada em ____ / ____ / ____ /

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Marilda Aparecida Menezes (PPGCS/UFCG - Orientadora)

Professora Dra. Mércia Rejane Batista Rangel (PPGCS/UFCG - Examinadora Interna)

Prof. Dr. Gonzalo Adrian Rojas (PPGCS/UFCG - Examinador Interno)

Prof. Dr. João Martinho de Mendonça (UFPB - Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2011

AGRADECIMENTOS

A Pastoral da Juventude Rural, por minha indicação para compor uma turma com educandos de Movimentos Sociais do Campo em parceria com a UFCG, através de processo seletivo realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aos companheiros Paulo Mansan, Eber Dartora, Paulo Cerioli e a companheira Jociani Pinheiro, que me estimularam a fazer este curso.

Aos companheiros Roberto Bohnenberger, Jilson Souza, Vilmar Martins, pela compreensão e apoio.

A Elis Souza dos Santos, pessoa fantástica e fundamental.

Por todos @s companheir@s que ajudaram em nossa preparação ao processo seletivo do PPGCS/UFGC: Selma Santos, Francisco Fagundes, Romero, Diogo, Elenar, Fábila.

A Wilson Schenatto, Marcos Pablo e Assunção por terem me ajudado na correção do primeiro projeto de pesquisa.

Aos camaradas da turma dos Movimentos Sociais do Campo: Jefferson, Elaine, Paula e Emmanuel.

A professora Marilda Menezes, que orientou essa pesquisa, sempre com muita atenção, dedicação, competência, compreensão. Meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Gonzalo Rojas e a professora Mércia Batista pelas colaborações dadas nos processos de análise do projeto e qualificação da dissertação.

Ao professor Edgard Malagodi, por ter me convidado a participar do projeto de pesquisa do CNPq “Avaliação do desempenho do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) quanto à sustentabilidade e resiliência no Semi-Árido Nordeste”, e esta bolsa de estudos ajudou-me a concluir este estudo.

Aos professores Roberto Veras, Ramonildes Gomes, Lemuel Guerra, Luis Henrique Cunha, pela maestria que conduziram suas aulas, proporcionando aprendizados.

Aos colegas do grupo de pesquisa Campesinato, Migrações e Políticas Públicas da UFCG: Jaqueline, Giovana, Marcos, pelo aprendizado coletivo das visitas a campo.

Aos colegas do grupo de pesquisa “das cisternas”: André, Júlia, Paula, Eduardo, Tânia e Professora Waleska.

Ao amigo e mestre Marcelo Saturnino, pelas reflexões sobre o “mundo do corte de cana”.

Ao amigo Jeferson Barreto, que sugeriu este tema de pesquisa, por ter ajeitado os mapas deste trabalho.

Aos amigos Leonardo Barbosa, Jeferson Barreto, Bruno Motta, Jefferson Vasconcelos, Eloi Magalhães; as amigas Marília Lucas, Jardelle Ridelly Santos e Rosangela Silva; colegas de apartamento, amigos de reflexão.

Aos amigos Aldo, Valdênio, Jadilma, pelo apoio.

Ao amigo Claudio Dias e toda sua família, que sempre nos acolheu nas visitas de campo em São José de Piranhas.

Aos amigos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas: Gerlandia, Damião e Antonio, pela atenção e disponibilidade para tratar da pesquisa.

Aos amigos Célio Angolini e Beth Ferreira, pela acolhida em Santa Bárbara d'Oeste/SP.

Ao Pe. Nivaldo e aos seminaristas Luiz Paraguaio, Luiz Mexicano, Pedro, Gustavo, que deram apoio fundamental ao trabalho de campo em Santa Bárbara d'Oeste/SP.

Aos trabalhadores migrantes que me acolheram no alojamento, que de pesquisados passaram a amigos: Albertino, Chico, Bill, Tais, Farnézio, Assis, Marujo, Zoimin, Coro Véio, Bibi, Miguel, Marcinho, Cícero, Belo, Tatinha, Jean, Rodrigo, Jossierlan, Pirão, Willian, Tonho, Marcone, Calango, Zé Pioneira, Bebé, Gil Gomes, Cassoá, Damião, Vorrита, Neinho, Junior, Gordinho, João Neto, Evertón, Zé Arruda, Mizin, Ligeirinho, Seu Zé, Claudinei, Biecas, Tico.

A minha família: meu pai Maximiliano; minha mãe Carmela; minhas irmãs Vanilce e Elizete; meu irmão Márcio; meus sobrinhos Alyson, Gabrielly e Ana; meus cunhados Nilson e Amarildo, pelo apoio e compreensão.

A Elisângela Nunes Pereira, pelas acolhidas, pelas correções ortográficas.

A Cassiane Ferreira e seus amigos da TV Arapuan, pela edição do vídeo.

A todos os caminhoneiros que me deram carona para fazer esta pesquisa.

A Deus, pela vida.

RESUMO

A proposta desta dissertação é estudar a sociabilidade de trabalhadores migrantes, cortadores de cana-de-açúcar, em espaços de moradia e trabalho, enfatizando as relações de dominação e resistência que se realizam no interior do setor do agronegócio canavieiro do estado de São Paulo. Analisa-se o processo social de migração sazonal de camponeses da região Nordeste, no Sertão Paraibano, situado dentro das estratégias de reprodução social da família. Menciona-se a constituição do setor do agronegócio canavieiro e o uso da força de trabalho migrante. Descreve-se a vida social desenvolvida nos espaços de trabalho (canavial) e de moradia (alojamento), observando as formas de coesão social e conflitos; as hierarquias estabelecidas no processo de trabalho; os códigos de conduta nos espaços de moradia. Afirma-se que o caráter transitório do mundo do “corte de cana” é uma condicionante para interpretar as formas cotidianas de resistência, dos trabalhadores migrantes em relação ao processo de exploração do trabalho submetido. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca combinar as técnicas de observação direta (convivência nos alojamentos e canaviais) e entrevistas com os trabalhadores migrantes e arregimentadores.

Palavras – Chave: Trabalhadores migrantes, dominação e resistência, agronegócio canavieiro.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study the sociability of migrant workers, cutters, cane sugar, in housing and work spaces, emphasizing the relationships of domination and resistance that is done inside the sugarcane agribusiness sector of the state of Sao Paulo. It analyzes the social process of seasonal migration of peasants from the Northeast, in the Interior of Paraiba, located within the strategies of social reproduction of the family. It looks at the constitution of the sugar cane agribusiness and the use of migrant labor force. It describes the social life developed in workspaces (reed space) and housing (accommodation), observing the forms of social cohesion and conflict, the established hierarchies in the work process, codes of conduct in the living space. It is said that the transience of the world of "cut cane" is a condition for interpreting the everyday forms of resistance, migrant workers in relation to the process of exploring the work submitted. This is a qualitative research that seeks to combine the techniques of direct observation (living in the accommodation and reed space) and interviews with migrant workers and regimented.

Key - words: migrant workers, domination and resistance, sugarcane agribusiness.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Estabelecimentos Agropecuários no Município de São José de Piranhas/PB.....52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo

DVD – Digital Video Disc

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

EUA – Estados Unidos da América

FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPS - Global Positioning System

IAA – Instituto do Açúcar e Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MP F – Ministério Público Federal

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NR 31 – Norma Regulamentadora 31

OIT – Organização Internacional do Migrante

PCC – Paulista do Corte de Cana

PCC – Primeiro Comando da Capital

PIB – Produto Interno Bruto

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TV – Televisão

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	21
OS CAMINHOS PARA CHEGAR NO “TRANCO DA ROÇA” E NA “VIDA DOS BARRACOS”	21
1.1 - Negociar a entrada em campo – “amigo de amigos”	29
1.2 - A relação com os trabalhadores migrantes	32
1.3 - As brincadeiras como interação social	35
1.4 - Usando máscaras sociais.....	37
1.5 - A observação da dominação no cotidiano	38
1.6 - Etnografia e pré-noções	40
1.7 - Notas sobre as últimas visitas de campo.....	41
CAPITULO II.....	44
O PROCESSO SOCIAL DE MIGRAÇÃO CAMPONESA	44
2.1 - Caracterização geral da região	45
2.2 - Aspectos da formação do campesinato e da organização do espaço agrário no sertão	46
2.3 - A migração como estratégia de reprodução do campesinato.....	54
2.4 - A experiência da migração	58
CAPITULO III.....	71
A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES MIGRANTES NO SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO.....	71
3.1 - O setor do Agronegócio Canavieiro	72
3.1.1 - A modernização das usinas e os trabalhadores migrantes	74
3.1.2 - O sentido histórico das relações de trabalho no canavieiro: da herança escravista à inserção de migrantes	80
3.2 – As três faces do processo de dominação: trabalho, moradia e política.....	86
3.2.1 – A dominação no processo de trabalho.....	86
3.2.2 - A dominação nos espaços de moradia	101
3.2.3 - A face da dominação numa rede de três fios: gênero; étnico-racial e classe	104
CAPITULO IV	107
O SABER VIVER E O TRANCO DO COTIDIANO DOS CANAVIAIS.....	107
4.1 - Elementos da vida social dos alojamentos.....	110
4.1.1 - Pelas redes sociais de amizade e parentesco	114
4.1.2 - Cultivando o “norte” no transitório “barraco”	117

4.1.3 – Dos conflitos no “barraco” a uma noção de justiça.....	121
4.2 - Elementos da vida social no canavial	126
4.3 - A representação de um mundo marcado pela dominação e resistência.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
PARA ONDE ESTÃO APONTADAS AS ARMAS DOS FRACOS?.....	142
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é estudar a sociabilidade de trabalhadores migrantes em espaços de moradia e trabalho, enfatizando as relações de dominação e resistência que se realizam no interior do setor do agronegócio¹ canavieiro. O caso estudado é de um grupo de quarenta trabalhadores migrantes, oriundos dos municípios paraibanos de São José de Piranhas, Cajazeiras, Bonito de Santa Fé e Monte Horebe; e dos municípios cearenses de Mauriti e Barro. Eles se dirigiram em abril de 2010 para trabalhar como cortadores de cana numa usina do município paulista de Santa Bárbara d'Oeste, retornando para seus municípios em dezembro do mesmo ano.

No estado de São Paulo, os trabalhadores moram em alojamento, que se localiza no município de Piracicaba. Eles trabalham na colheita da cana-de-açúcar para a usina do Grupo Peperoni², que tem terras próprias em Piracicaba, Santa Barbara d'Oeste, Capivari e região, e que também compra cana-de-açúcar de agricultores fornecedores que se localizam nos municípios circunvizinhos. A usina dispõe de um ônibus que transporta os trabalhadores diariamente, do alojamento ao trabalho no amanhecer do dia, e do trabalho ao alojamento no entardecer.

Como se tratam de trabalhadores migrantes faz-se necessário discutir este processo de migração, aqui entendido como temporário ou sazonal, já que os trabalhadores saem de seus locais de origem para fazer uma tarefa específica no local de destino, que dura aproximadamente oito meses. Geralmente migram de pequenos municípios da região Nordeste do Brasil entre março/abril e retornam em novembro/dezembro.

A temática das migrações pode ser um caminho para compreendermos as mudanças sociais. Como indica Guarnizo (2010, p.47), “decir que la movilidad espacial humana es tan antigua como la humanidad es un lugar común. De hecho, no se puede entender el cambio social sin la movilidad humana”. Por sua vez, Eunice Durhan explica que:

¹ O termo em voga “agronegócio”, usado por diversos agentes, identifica a economia agroexportadora brasileira. Na literatura acadêmica, esse setor da economia também é chamado de “complexos agroindustriais”, “agricultura moderna”. Adotaremos a denominação de “agronegócio canavieiro” para identificar o setor da economia agroexportadora relacionada à cadeia produtiva da cana-de-açúcar, caracterizado pelas modernas técnicas de produção agroindustrial e gestão empresarial, coexistindo e aproveitando de relações tradicionais de emprego no campo.

² Todos os nomes citados neste trabalho são fictícios, preservando assim a identidade dos pesquisados.

Nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social e é deste ponto de vista que elas interessam de modo particular. Mesmo por que a própria definição do espaço e do ambiente geográfico é condicionada culturalmente (DURHAN, 1978, p. 136).

As concepções dos dois autores citados alertam para a complexidade do tema, que vem sofrendo alterações conceituais na medida em que se desenvolvem novas pesquisas. É necessário destacar que há diferentes maneiras de compreender a migração, de acordo com a perspectiva teórica que vier a ser adotada para a análise. No caso deste estudo, faz-se necessário perceber que além do deslocamento geográfico, os atores adentram num diferente mundo social. Ou seja, migram do universo social do sertão paraibano, para o mundo “do corte de cana”, no interior do estado de São Paulo.

Silva e Menezes (2006) classificam em três os enfoques analíticos da literatura acadêmica sobre a questão das migrações camponesas. A primeira é a *interpretação macro-estrutural*, que prioriza a análise estrutural em detrimento ao significado da migração para os agentes envolvidos no processo. Essa interpretação considera a introdução do capitalismo no campo, a incapacidade de absorção da força de trabalho excedente devido à concentração fundiária e a funcionalidade da articulação entre as diferentes regiões do país, através do processo de migração de áreas rurais para áreas de industrialização. Nesta perspectiva, a migração é interpretada como “expulsão” de contingentes populacionais de regiões arcaicas, que são “atraídas” para as regiões onde ocorre o processo de desenvolvimento industrial moderno. O limite dessa perspectiva, segundo as autoras, é a incapacidade de perceber outras formas de migração, como por exemplo, a migração de retorno ou as temporárias.

A segunda é a interpretação da migração como *estratégia de reprodução camponesa*, que enfoca os agentes envolvidos no processo, abordando-os não apenas como atores passivos determinados por processos estruturais de expulsão e atração, entre regiões “arcaicas rurais” para regiões “modernas industrializadas”. Essa interpretação percebe a migração como uma estratégia de reprodução da condição camponesa, que é negada por diversos fatores nas áreas de origem, dos quais é destacada a concentração fundiária.

Esta perspectiva interpretativa pode ser complementada com uma terceira, que é a interpretação da migração como um *processo social*. Esse enfoque observa as relações sociais dos migrantes, percebendo as estruturas de classe, raça/etnia, gênero; os laços sociais e culturais que permitem a migração. Essa interpretação busca superar o pensamento dualista que fica preso as questões de origem x destino, arcaico x moderno, rural x urbano, mostrando que os processos sociais não são estáticos e que a migração se constitui de uma multiplicidade

de fatores. Outra característica desta perspectiva analítica é perceber outros prismas, além dos fatores econômicos, compreendendo o migrante não apenas como uma cifra, e sim como um ator social com estratégias próprias dentro de um contexto social.

A noção de *experiência*, proposta por E. P. Thompson é um pilar da elaboração desta perspectiva. Ao analisar a relação entre ator e estrutura, Thompson reflete que:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não são como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e cultura... das mais complexas maneiras...e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1978, p.182).

Busquei seguir essa orientação teórica, para perceber os processos sociais e a migração situada dentro das estratégias de reprodução social da família.

Dessa maneira, compreendemos o migrante como um ator social, que tem a migração uma estratégia de reprodução social e que interage com outros atores sociais que necessitam desta força de trabalho migrante: no caso os usineiros e os arregimentadores do agronegócio da cana-de-açúcar paulista.

E este processo social é perpassado por relações de poder, dominação e resistência. Aqui entendemos que, por se tratar de atores em interações sociais, o processo de dominação e resistência é situacional, ou seja, acontece em relações reais entre indivíduos concretos que estão em posições sociais hierarquicamente diferenciadas. Desse modo, não se trata de abordarmos os “nativos” desta pesquisa como vítimas ou heróis, nem como algozes e vilões, isso talvez contribuísse mais para pintar um quadro maniqueísta da realidade do que para uma análise sociológica. Trata-se de perceber como os atores atuam numa relação de dominação, se são ativos, passivos, que estratégias utilizam e como negociam em situações específicas para garantir interesses particulares ou coletivos.

O trabalho dos migrantes no corte de cana ao ser um processo de produção capitalista é marcado por relações de dominação, em que um grupo social – o usineiro e os funcionários em posições de comando - necessitam do *domínio* da força sobre o outro grupo social – no caso os trabalhadores. E *o capitalismo*, como coloca David Harvey:

é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e feitichiza, alcança

crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva (HARVEY, 1992, p. 307).

Em virtude de um processo de produção de mercadorias, é que se contratam os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Na medida em que, no começo dos anos 2000, cresce a demanda por etanol no mercado global, multiplicam-se as plantações de cana-de-açúcar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e conseqüentemente aumenta a necessidade dessa força de trabalho. O setor do agronegócio canavieiro necessita de força de trabalho disciplinada, treinada, capacitada a realizar uma tarefa que exige um dispêndio elevado de energia humana e que seja controlada, inclusive subjetivamente, para que aumente a produtividade do trabalho. Nestes termos é que se fundamentam as relações de dominação no processo de trabalho.

Um dos primeiros aspectos deste processo de dominação é o salário por peça ou produção (MARX, 1988; GUANAIS, 2010), que estimula o trabalhador a produzir mais e dessa maneira lhe extrai maior quantidade de energia, resultando no aumento da produtividade do trabalho e na redução do seu tempo de vida útil de trabalho.

Uma segunda faceta do processo de dominação é a própria racionalidade dos espaços de habitação dos trabalhadores. Os alojamentos (que guardadas as diferenças específicas, em termos históricos se assemelham às senzalas de escravos do período colonial) são definidos na literatura acadêmica como espaços racionalizados pelas necessidades da indústria (SITAS, 1985); sistemas de controle do trabalho (MOODIE, 1991); mecanismos de gerenciamento para extrair o máximo de produção da força de trabalho a um custo mínimo possível (MORONEY, 1978); e espaços de controle da existência produtiva e pessoal dos trabalhadores (MENEZES, 2002).

A existência do espaço do alojamento pressupõe um processo de dominação da força de trabalho, pelo fato inclusive neste caso, dos trabalhadores nem terem a opção³ de decidirem seu espaço de habitação já que morar no alojamento é pré-condição para ser admitido nesta usina. Dessa maneira, o alojamento é um espaço que permite o controle e a otimização do tempo de trabalho, pois o ônibus que fica no alojamento sai com todo o grupo,

³ É necessário registrar que existem outras formas de moradia para trabalhadores migrantes, como as pensões, os condomínios ou mesmo em casas alugadas nas cidades. Porém algumas usinas preferem dispor de espaços físicos como alojamento e dessa maneira só admitem cortadores de cana que se pré-dispõem a morar neste tipo de moradia.

e retorna com todo o grupo, evitando que algum trabalhador chegue atrasado ou saia antes como é freqüente quando os trabalhadores moram em bairros urbanos, conforme constatou Menezes (2002) em seu estudo sobre os trabalhadores migrantes na Zona da Mata Pernambucana e como constatamos também neste estudo. O espaço do alojamento permite também o controle do tempo de folga dos trabalhadores, já que a vigilância controla a entrada e saída de trabalhadores durante a noite, como também impõe um horário de silêncio e descanso, para que no dia seguinte, essa força de trabalho esteja recuperada para mais uma jornada de extração de mais-valia.

Como abordamos anteriormente, dominação e resistência são dois pólos na mesma relação, ou como poderia ser dito numa linguagem coloquial, são dois lados da mesma moeda. Como afirma Michel Foucault, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”. (Foucault, 1979, p. 241). Essa compreensão nos permite partir da hipótese que a não efetivação da obediência resulta em resistência e, portando, em obstáculo para a efetivação da dominação.

O estudo de James Scott (1985, 1990, 2002) com os camponeses malaios, nos fornece refinados conceitos para discutir a temática, que servirão como instrumentos metodológicos para compreender as relações de dominação e resistência tanto nos alojamentos quanto no espaço de trabalho. É necessário situar que os estudos de Scott foram realizados na década de 1970, no processo de implantação da revolução verde na Malásia, que consistia na introdução de máquinas e insumos químicos nas lavouras de arroz. Este processo alterava o cotidiano dos camponeses, desmantelando, por exemplo, os valores de reciprocidade entre os ricos e os pobres. É neste contexto que ele desenvolve sua reflexão sobre a resistência camponesa.

A teoria deste autor parte do pressuposto de que a resistência é constituidora do processo de dominação sendo realizada de múltiplas formas no cotidiano. Outro pressuposto fundamental na obra de Scott é o da autonomia, reconhecendo que cada sujeito humano é dotado de capacidades e consciência, e que, portanto, é problemático afirmar como um a priori que na relação de dominação, há os que dominam e os que se submetem. Scott define que “el poder significa no tener que actuar o, más precisamente, tener la posibilidad de ser más negligente e informal en cualquier representación” (Scott, 1990, p. 55).

Dentro da perspectiva da resistência cotidiana dos grupos subalternos, Scott trabalha com dois conceitos: o discurso público e o discurso oculto. Define discurso público “como una descripción abreviada de las relaciones explícitas entre los subordinados y los detentadores del poder” (Scott, 1990, p. 24), e usa o termo discurso oculto

para definir la conducta “fuera de escena”, mas allá de la observación directa de los detentadores del poder. El discurso oculto es, pues, secundario en el sentido de que está constituido por las manifestaciones lingüísticas, gestuales y prácticas que confirman, contradicen o tanvergisian lo que aparece en el discurso público (SCOTT, 1990, p. 28).

A relação entre discurso oculto e público se dá de maneira dialética e são originados nas práticas de dominação:

La práctica de la dominación, entonces, crea el discurso oculto. Si la dominación es particularmente severa, lo más probable es que produzca un discurso oculto con la riqueza equivalente. El discurso oculto de los grupos subordinados, a su vez, reacciona frente al discurso público creando una subcultura y oponiendo se propia versión de la dominación social a la de la elite dominante. Ambos son espacios de poder y de intereses (SCOTT, 1990, p. 53).

Assim, para interpretar a dominação no interior das usinas, especialmente nos alojamentos, é necessário levar em conta que os trabalhadores migrantes não são passivos. Se caso aceitam de maneira silenciosa a dominação imposta pelos agentes da usina, podem, a partir de suas consciências, de suas redes de relacionamento, elaborar estratégias para resistir à dominação nas relações de trabalho. E verificamos, através da observação participante, algumas formas de resistência, que descreveremos e problematizaremos na parte final desta dissertação.

É necessário considerar que, a organização do trabalho no interior das usinas de cana-de-açúcar é qualitativamente diferente da organização das lavouras de arroz onde trabalhavam os camponeses na Malásia. O campo empírico do estudo de Scott (1985) ainda não era tanto influenciado pelas técnicas do paradigma *toyotista* de gestão e organização do trabalho, quanto verificado no campo empírico desta pesquisa. Isso implica em pensar de que maneira processos como os de subcontratação de mão-de-obra; racionalização do tempo de produção (*Just in time*) e a ideologia do “vestir a camiseta da empresa” influenciam sobre o comportamento dos trabalhadores. Esse fato nos indica a necessidade de compreender como se dá a resistência dos trabalhadores neste diferente contexto.

Mesmo assim, partimos do pressuposto de que os conceitos de James Scott são válidos para analisar este caso, levando em consideração as diferenças apontadas. Afinal, estamos tratando de um processo de exploração e dominação capitalista sobre os trabalhadores migrantes, os quais têm no assalariamento no período da safra da cana, uma possibilidade de reprodução da família como apontam os trabalhos de Menezes (1985, 2002) e Silva (2006).

No Brasil, Geovani Jacó de Freitas (2003) ao estudar as relações de poder na região canavieira de Alagoas, argumenta que,

o campo de possibilidades de ação táticas dos grupos sociais é construído e vivido à base de experimentação cotidiana, da ousadia e, digo mesmo, da proscricção. Tais ações, por sua vez, são alargadas à medida que as fissuras das relações de poder locais vão sendo potencialmente percebidas e circunstancialmente aproveitadas pelos agentes dominados. Disto resultam inúmeras práticas sociais de caráter contestatório que vão expressar cada um ao seu modo, níveis de insatisfação dos agentes em ação (FREITAS, 2003, pg. 183).

Ele identifica práticas contestatórias dos trabalhadores da atividade agrícola da cana de açúcar, tanto no cultivo quanto na colheita da cana, através dos chamados *dribles* da medição do trabalho. Os trabalhadores, percebendo que eram enganados nas práticas de medição da cana cortada, desenvolveram táticas de enfrentamento ao roubo, como o *efeito amostra* que consiste em amarrar a cana cortada em feixes de dois tamanhos, um maior de 10 kg, o qual será pesado pelos fiscais, e outros menores, de 8 kg, que ficam embaixo dos maiores, de modo a parecer que todos os feixes tenham 10 kg. Na hora da pesagem da amostra, o trabalhador espera e torce pra que o fiscal apenas pese os feixes que estão por cima e multiplique seu peso (de 10 kg) pelos demais feixes (que tem 8 kg). Esta e outras formas de resistência é um modo de defesa dentro do que Michel de Certeau denominou como a *arte dos fracos*. E na pesquisa de campo pude constatar experiências análogas a esta citada por Freitas (2003) e que podem ser enquadradas como formas cotidianas de resistência.

Além de identificar e discutir o que James Scott chama de *resistência cotidiana*, o que Michel de Certeau denominou de *arte dos fracos*, nos interessa também compreender a relação destes trabalhadores com os processos de resistência pública, ou seja, a ação coletiva dos trabalhadores em relação com a classe proprietária dos meios de produção, responsável por sua contratação e exploração. Partimos da hipótese de que a resistência cotidiana e a resistência coletiva são complementares. A depender do contexto, *os fracos* utilizam diferentes *artes ou armas* para garantir sua sobrevivência e reprodução social.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos: o primeiro traz uma reflexão metodológica sobre o trabalho de campo, apresentando como se deu a coleta de dados, a negociação com os sujeitos pesquisados e em que teorias metodológicas se fundamentam a análise.

O segundo capítulo busca descrever - através de uma análise da trajetória de uma família de camponeses - as transformações sócio-produtivas do Alto Sertão Paraibano e o processo social de migração de camponeses para o “corte de cana”, no estado de São Paulo.

O terceiro capítulo trata de descrever o setor do agronegócio canavieiro do estado de São Paulo: sua constituição, a organização das relações de trabalho e as hierarquias sociais

que materializam o processo de dominação do capital sobre o trabalho, da usina sobre os trabalhadores migrantes.

O quarto capítulo pretende problematizar sobre a existência de práticas cotidianas de resistência tanto no espaço de trabalho quanto no espaço de moradia.

Duas observações são pertinentes de serem realizadas sobre este trabalho. A primeira diz respeito ao esforço de assumir o texto em primeira pessoa, buscando aprender com o ensinamento de Howard Becker:

Vou lhe dar um exemplo da importância do bom estilo: uma das piores coisas que os sociólogos fazem é usar construções gramaticais passivas. Eles dizem, “Descobriuse tal e tal coisa...” ao invés de “Eu descobri tal e tal coisa...”, ou “ Nós descobrimos tal e tal coisa...”. Na medida em que você nunca usa verbos ativos, você não consegue ser específico em relação ao que realmente aconteceu. Isso também significa que, como você não tem que dizer qual é o sujeito da sentença, você não tem que dizer quem fez o quê (BECKER, 1977, p.34).

A segunda diz respeito à relação entre o material empírico e a teoria. O esforço que fiz, foi de tentar investir teoria nos dados, como ensina Moacir Palmeira:

Investir teoria nos dados, ao invés de resenhar o senso comum contemplando a teoria, não é sem consequências, nem para a teoria, nem para os dados, e muito menos para a maneira de o pesquisador mostrar sua teoria e seus dados (PALMEIRA, 1976. In LOPES, 1978, p.XII).

Dessa maneira pretendi responder ao objeto desta pesquisa que é analisar as relações de sociabilidade dos trabalhadores migrantes no interior do agronegócio canavieiro, com ênfase para as relações de dominação e resistência.

CAPÍTULO I

OS CAMINHOS PARA CHEGAR NO “TRANCO DA ROÇA” E NA “VIDA DOS BARRACOS”

Falar de como se faz pesquisa é algo empolgante e ao mesmo tempo exigente. Empolgante pelo fato de detalhar como foi feito, as curiosidades, as *resenhas* como se diz pela região Nordeste. Contar os *moidos* é uma tarefa prazerosa. Mas tem também a parte exigente, que é colocar os detalhes e fazer os diálogos com a teoria já construída; escrever estas palavras técnicas complicadas e de difícil pronúncia, porém necessárias para se estabelecer comunicação com o rigoroso campo acadêmico. O objetivo deste capítulo é escrever algumas considerações sobre métodos que utilizei para fazer esta pesquisa sobre dominação e resistência dos camponeses trabalhadores migrantes do sertão paraibano nos canais do agronegócio no estado de São Paulo.

Diversos autores abordam a importância do trabalho de campo (CLIFFORD 1997; TAUSSIG 1993; VAN VELSEN 1987). Os dados colhidos em campo sofrem influência direta das concepções do pesquisador que fará este trabalho. O desafio não é somente fazer a viagem de campo, sair da sala da universidade e ir até o canal e o alojamento para observar as relações entre os trabalhadores. Além de estar fisicamente com o grupo social que estamos estudando, é necessário ter um olhar disciplinado, para observar aspectos relevantes para a reflexão sociológica. Como alerta Evans – Pritchard no conhecido Apêndice IV do trabalho sobre os Azande, “O que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele” (2005, p.244), ou seja, depende da preparação e dos métodos do pesquisador.

Confirmar dados que o pesquisador já sabe ou ir a campo para impor os conhecimentos sobre determinado assunto, se mostram como duas chaves pouco operativas para uma reflexão que pretende ser científica. Em relação ao trabalho de campo, Clifford salienta que,

se requiere una interaccion intensa, “profunda”, algo canonicamente garantizado por la practica espacial de una residencia prolongada, aunque temporaria, en una comunidad. El trabajo de campo puede tambien comprender breves visitas repetidas, como en el caso de la tradicion norteamericana de la etnologia de las reservas. El trabajo de equipo y la investigacion a largo plazo (Forster et.al., 1979) se han practicado de diversas maneras en diferentes tradiciones locales y nacionales. Pero en todos los casos, el trabajo de campo antropológico ha exigido una haga algo mas que atravesar el lugar. Es preciso algo mas que realizar entrevistas, hacer encuestas o componer periodisticos. Este requisito persiste hoy, encarnada en una amplia gama de actividades, desde la co-residencia hasta diversas formas de colaboracion e intercesion. El legado del trabajo de campo intensivo define los

estilos antropológicos de investigación, estilos criticamente importantes para el (auto) reconocimiento disciplinario (CLIFFORD, 1997, p. 79).

Portanto, além da viagem de campo, é necessário o exercício da viagem epistemológica, que consiste em adentrar no “mundo do outro”, buscando compreender como este mundo se realiza. E no caso estudado, as relações do “mundo do nativo” - os trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar - passam por diversos espaços, muitas vezes impossibilitados de adentrarmos, pela vigilância imposta por agentes que exercem o controle do trabalho e a dominação nas usinas.

O acesso aos locais de moradia dos migrantes exige um contato anterior da chegada ao mundo dos canaviais. Exige um pré-conhecimento das pessoas e de suas relações nas usinas, como também uma interação do pesquisador com os “nativos”, de maneira que o diálogo possa se estabelecer, para resultar numa sistematização deste conhecimento novo construído.

A etnografia é a ciência que fazemos para compreender a cultura e como as pessoas se organizam num determinado contexto social. Assim, trata-se de uma relação intersubjetiva entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Em relação ao trabalho etnográfico, Clifford orienta que,

torna-se necessário conceber que a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos (CLIFFORD, 1998, p.43).

A partir desta perspectiva etnográfica faz-se necessário, também, a reflexão sobre o laboratório de sua produção. Assim, se torna importante redigir este capítulo com reflexões sobre a metodologia da pesquisa. Primeiro porque entendo a etnografia como um contrato negociado. Uma relação intersubjetiva, uma relação de poder, como nos orienta Menezes et.al (2004). É uma negociação permanente entre pesquisador e “informantes”, pois lidamos com sujeitos dotados de uma bagagem cultural, de valores e sentimentos presentes no contato face-a-face, que interferem na construção dos dados. Até porque, como orienta Augras (1997) “*o informante não nos oferece dados, ele nos fornece um discurso*”. Portanto, informar ao leitor o processo de construção destes dados é fundamental.

Segundo, porque parte da pesquisa foi realizada em um espaço social definido por um sistema de vigilância do trabalho e da vida dos trabalhadores migrantes e, portanto, de difícil acesso ao pesquisador. Neste sentido, a reflexão sobre o trabalho de campo pretende apresentar ao leitor facetas da negociação entre pesquisador, trabalhadores migrantes e outros

agentes do sistema de dominação das usinas, bem como das interações cotidianas nos espaços de moradia e trabalho dos migrantes.

O interesse da pesquisa é compreender como ocorrem as relações de dominação e resistência entre os migrantes temporários originários do Sertão da Paraíba que trabalham com o corte de cana-de-açúcar em usinas no estado de São Paulo. Claro, o saber acumulado pela etnografia nos indica a delimitar os objetos de estudo, porque se trata de um trabalho de negociação construtiva que envolve relações entre sujeitos politicamente significativos.

Meu projeto inicial era pesquisar jovens rurais. Este tema me despertava interesse pelo fato de eu ser um filho de camponeses; por ter uma trajetória de vida envolvida com a militância na Pastoral da Juventude Rural⁴; por já ter feito um estudo sobre este tema na conclusão de minha graduação em Pedagogia da Terra, realizada num convênio entre o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

Chegando à Paraíba para cursar este mestrado, conversei com os agentes da Pastoral da Juventude Rural – PJR, para que me sugerissem um tema ligado à juventude rural, que tivesse relevância político-pedagógica para a entidade, e que eu pudesse então utilizar este tempo de pesquisa para fazer tal estudo.

Da militância aprendi que não existe dissociação entre política e ciência, portanto, eu queria estudar um tema que contribuísse para a organização dos jovens rurais e dos camponeses de maneira geral.

Então, os agentes da PJR, me indicaram que uma temática relevante seria entender a seguinte questão: Por que os jovens rurais do sertão da Paraíba vão trabalhar nos canaviais de São Paulo? E a relevância deste fato se dava por que, estes agentes constatavam que no período de abril a dezembro, praticamente não havia jovens do sexo masculino nas comunidades rurais do sertão. A questão que a PJR precisava responder era, afinal, como fazer trabalho pastoral com estes jovens *do* sertão que não se encontram *no* sertão?

Simpatizei com o tema, e me organizei para desenvolver tal estudo. O contato com a Professora Marilda Menezes, orientadora deste trabalho, e as bibliografias que ela indicara para serem lidas, possibilitou-me ir formulando uma questão, um objeto de pesquisa.

⁴ Pastoral da Juventude Rural é uma entidade de jovens católicos, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O objetivo desta pastoral é “Evangelizar e conscientizar a juventude camponesa, especialmente as jovens e os jovens empobrecidos, e formar militantes cristãos, discípulos missionários e discípulas missionárias de Jesus Cristo, para contribuir na transformação da sociedade assumindo a construção do Projeto Popular de campo, articulado ao de sociedade, e lutar pela vida do Planeta Terra (Gaia)” (PJR, 2009, p.1).

Professora Marilda me informara que há diversos estudos que buscam explicar as causas e os motivos das migrações no sentido nordeste-sudeste. Porém, no universo das áreas de destino havia uma deficiência de estudos no que tange aos espaços de moradia, principalmente nos alojamentos, por se tratar de espaços vigiados, de difícil acesso a estranhos. Isso fez aumentar a curiosidade, afinal, o que há de tão precioso para ser escondido dentro de um alojamento e não permitir a entrada de estranhos? Como é a vida nos alojamentos? De que maneira estes homens se organizam e produzem relações sociais neste período? Como mantém o contato com a família e a comunidade de origem? E dentro deste aparente processo de controle, os trabalhadores resistem?

Estas questões impulsionaram minha curiosidade. Isso é fundamental em pesquisa, a curiosidade. Paulo Freire, autor que admiro desde meus tempos de graduação em pedagogia, nos chama a atenção de que o ato de educar deve despertar uma curiosidade epistemológica, que é a curiosidade de querer saber o porquê dos por quês das coisas. E essa postura é necessária para desenvolver a *dúvida radical*, nos termos de Bourdieu:

“Todavia construir um objeto científico é, antes de mais nada, sobretudo, romper com o senso comum, o que quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo ao mesmo tempo da objetividade das organizações sociais no cérebro (BOURDIEU, 2003, p.34).

Então, da *curiosidade epistemológica* que aprendi na pedagogia, com a construção da *dúvida radical* que aprendi com a sociologia, estava eu começando a desenhar um objeto de pesquisa.

Fui a campo seis vezes. A primeira vez foi em março de 2009, no município de Tavares/PB, juntamente com Marcelo Saturnino, um colega que faz doutorado, para aplicar questionários referentes a uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa “Campesinato, Migrações e Políticas Públicas” da UFCG. Era bem no início do curso, eu não tinha o projeto de pesquisa definido, mas foi interessante ter contato com uma realidade rural diferente da que eu estava acostumado no sul do Brasil. Em dois dias, visitamos uma dezena de famílias: aplicamos os questionários e ouvimos as histórias e os planos destes jovens que se preparavam pra migrar. O que me chamou a atenção foi a significativa quantidade de homens com problemas de saúde, ocasionados com acidentes de trabalho nos canaviais. Em diálogo com Marcelo, discutíamos que o sertão não se tratava apenas de um “celeiro” de cortadores de cana, mas também, de um “depósito” de trabalhadores lesionados pelo pesado serviço dos

canaviais.

Defini pesquisar os migrantes de São José de Piranhas, município localizado na divisa do estado da Paraíba com o Ceará, pois o Grupo de Pesquisa “Campesinato, Migrações e Políticas Públicas” estava desenvolvendo um estudo naquele município e, também, pela curiosidade sobre a Transposição do Rio São Francisco que passa por este município. Em fevereiro de 2010, fui pela segunda vez a campo, juntamente com colegas do grupo de pesquisa (Emanuel, Giovana, Jaqueline e a Professora Marilda Menezes). Em cinco dias aplicamos questionários, ouvimos histórias e entrevistamos cortadores e organizadores de turma (turmeiros). Neste período, os cortadores faziam planos para ver em que usinas trabalhariam; se ficariam na mesma usina do ano anterior; se tentariam a sorte em outra usina; se esperariam ir mais pela metade do ano para garantir todo o benefício do seguro desemprego. Os turmeiros (agentes que organizam as turmas para o corte da cana) estavam em campo também, conversando com as famílias, selecionando suas turmas, mantendo contato com as usinas para ver a quantidade de trabalhadores necessários no ano, pois a redução de ofertas de trabalho devido à crescente mecanização da colheita da cana-de-açúcar já era evidente.

Em abril de 2010, fui pela terceira vez a campo, juntamente com dois colegas - Marcos e Jaqueline - mestrando do PPGCS e graduanda em Ciências Sociais, estivemos três dias em São José de Piranhas. Observamos os antecedentes do momento da saída de uma turma de migrantes que iria trabalhar na Usina Peperoni, no município de Santa Barbara d’Oeste/SP, que se tornou a turma e usina que privilegiei no meu trabalho de campo em São Paulo.

O momento de saída dos migrantes para o trabalho no “corte da cana” informa alguns dados que podem servir para ajudar na reflexão sobre este tema. Pois se trata de um momento que é síntese no tempo. Era numa manhã de abril, os trabalhadores esperavam o ônibus na calçada do hotel da cidade; curtiam os últimos momentos com as esposas, namoradas, pais e amigos. As caixas e malas dispostas ao decorrer da rua foram carregadas quando o ônibus estacionou. Algumas pessoas choravam, outras riam, outras ficavam em silêncio.

Um jovem que ficou disse: “Não vou pra São Paulo cortar cana nem que me paguem o mundo”. Outro jovem fala: “Cortar cana é pra quem é **forte**; eu vou não”. As mulheres conversavam e se consolavam. Uma das mais velhas falou para as jovens esposas que choravam na despedida dos maridos: “eles vão trabalhar, não vão morrer não”.

Um velho falou: “Bora Felipão! Me arruma um lugar pra eu cortar cana”. O velho ridiculariza, querendo ir para um lugar de “fortes”. O velho mancava e conversava com outros

velhos no bar em frente à rua onde acontecia o embarque no ônibus. Felipão é o turmeiro, organiza a ida dos trabalhadores para a usina. Paulo Henrique é o “homem de confiança” de Felipão. Como neste ano, Felipão não viajará para o “corte de cana”, por que está adoentado, Paulo Henrique o substituirá na posição de fiscal da turma.

Enquanto Paulo Henrique organizava os últimos momentos, conferindo a relação dos passageiros, o motorista fazia roncar o motor do ônibus. E no ronco do motor, a sensação era de que os corações batiam mais depressa. Era a hora da despedida, de ver a pessoa amada pela última vez no ano, pois agora esse “amor” seria visto somente em dezembro. Acenavam os que iam, choravam as que ficaram. Emoções nesta esquina de São José de Piranhas. Foi tudo muito rápido e muito intenso.

Essa cena me faz pensar que a saída dos trabalhadores é um momento síntese no tempo. Demarca um tempo que terá como características a saudade, a espera, as traições, os longos telefonemas graças às promoções das operadoras de telefones. E pra quem vai é tempo de acordar ao som de facões sendo afiados e dormir ouvindo o ronco dos caminhões que passam pelas rodovias de São Paulo.

Os velhos que estão no bar, olhavam pra cena rindo. Os jovens que ficaram vieram contemplar a saída dos irmãos e dos amigos que foram. Eles olhavam admirados para estes “fortes”, “valentes”, “cabras machos”, estes trabalhadores que foram para o “corte de cana” enfrentar a dureza do trabalho, a saudade, a subordinação, o calor, o cansaço.

É um evento no cotidiano de São José de Piranhas. A prática de embarcar em ônibus, e ir ao “corte de cana”, existente desde a década de 1990, parece que se *naturaliza* de maneira conflitiva. O processo social por que estas pessoas atravessam lhes informa da *necessidade* desta prática, mas as pessoas não se conformam. As lágrimas que corriam no rosto das mulheres efetivavam essa hipótese de que ficar longe dos maridos e dos pais de seus filhos, não é algo natural.



Figura 1: Saída dos trabalhadores migrantes. Foto: Maciel Cover - 09/04/2010.



Figura 2: Marido e esposa despedindo-se. Foto: Marcos Almeida - 09/04/2010.



Figura 3: O choro da despedida. Foto: Marcos Almeida - 09/04/2010.

Nessa viagem de campo também realizamos entrevistas com o fiscal Paulo Henrique e com agentes de Usinas de São Paulo, que estavam pela região alocando as turmas, fazendo o processo de contratação. Conversamos com funcionárias de uma Usina de Rio das Pedras/SP e com funcionários da Usina de Cerquilha/SP.

A entrevista com o fiscal Paulo Henrique aconteceu na casa de Cláudio, um amigo do grupo de pesquisa da UFCG. Foi uma entrevista breve, de apenas vinte minutos, realizada na noite anterior à viagem. Ele ainda teria que visitar seus pais antes de viajar.

A entrevista com os funcionários da Usina de Cerquilha foi realizada num bar. Eram dois homens, que aqui chamaremos de Sr. Jonas e Sr. Borges. Irmãos, que trabalham com turmas de migrantes desde a década de 1990, dando continuidade ao negócio do pai, que fazia isso desde os anos 1980. Pessoas simpáticas e comunicativas. Todos os anos se dirigem para a região de Cajazeiras/PB e Crato/CE, onde visitam as famílias dos migrantes, e fazem o processo de seleção. O discurso deles é de agentes que vem de um lugar “desenvolvido e avançado” como São Paulo, para dar emprego aos nordestinos “pobres que vivem na miséria e na seca”. No primeiro contato que tivemos com eles, na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, Sr. Borges nos mostrou a folha de pagamento de um dos migrantes, que chegava a 15 mil reais no ano e falou da importância dos empregos que as usinas de São Paulo têm para os nordestinos terem uma vida digna. Quando questionados sobre as relações de super exploração do trabalho, os agentes nos convidaram a visitar as usinas e os alojamentos em São Paulo, para comprovar que eles agem dentro da lei. Para mim foi interessante este contato, pois poderia ser uma porta para chegar aos alojamentos.

Na mesma tarde fomos para Cajazeiras, onde num dos hotéis da cidade, as funcionárias da usina de Rio das Pedras/SP, nos receberam para conceder a entrevista. Reclamando do clima quente da Paraíba e da saudade por estarem a uma semana longe de suas casas, as agentes também compartilhavam da idéia de que os empregos gerados pelas usinas ajudam no desenvolvimento da região Nordeste, e que “para quem é acostumado a trabalhar no sol forte da Paraíba, o que é cortar cana no friozinho de São Paulo”, foi o que nos falou a Sra. Julia, que é psicóloga e trabalha no setor de recursos humanos da usina. As duas funcionárias transpareciam desconfiança em nossas perguntas, até por que a usina para qual elas trabalham esteve na “Lista Suja do Trabalho Escravo⁵” do Ministério do Trabalho e Emprego.

A quarta ida a campo foi em maio de 2010. Fui para São Paulo, nos municípios de

⁵ Lista suja do trabalho escravo é uma relação anual, divulgada pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego e pela OIT – Organização Internacional do Trabalho - das empresas autuadas por utilizarem trabalho análogo à escravidão.

Santa Bárbara d'Oeste e Piracicaba, para observar a vida social nos alojamentos e no trabalho destes migrantes. Foi possível ficar dez dias morando em um alojamento para observar os detalhes, a convivência, os grupos, os contatos, os conflitos e etc. A reflexão sobre esta ida a campo será a que receberá mais laudas neste capítulo, pelo fato de estar no espaço *in loco* para examinar as relações de dominação e resistência. Sabendo também que o campo que se constitui para a análise é tanto o rural paraibano quanto o rural paulista, devido à rede de relações que existe entre os trabalhadores, as famílias, os arregimentadores, os chefes de turma, os fiscais, os encarregados, por isso da necessidade da observação dos dois espaços.

1.1 - Negociar a entrada em campo – “amigo de amigos”

No processo de migração para o corte de cana há basicamente duas modalidades de moradia para os trabalhadores. Existe a moradia em pensões ou casas alugadas pelos trabalhadores nas cidades ou bairros próximos às usinas e, também, a moradia em alojamentos. Nesta modalidade, a usina é responsável pela estrutura e manutenção do alojamento.

Há autores que atribuem os sistemas de alojamento como instituições disciplinares (MOODIE 1991; MORONEY 1978; SITAS 1985; MENEZES 2002). São espaços vigiados, com normas próprias e com um rígido controle para entrada e saída de pessoas estranhas. Com as emergentes fiscalizações dos órgãos públicos, (MPF, MTE, MPT) para combater as práticas ilícitas de condições degradantes do trabalho nos canaviais, a presença de estranhos não é bem vinda, por parte da usina. Comunicar as condições de vida que existem nos alojamentos, pode custar caro, caso for detectado condições degradantes, a usina ou o fornecedor podem ser autuados como infratores por condições de trabalho análogo a escravidão. Isso implica, para a usina, em pagar onerosas multas e ter o nome da empresa divulgado na temida “Lista Suja do Trabalho Escravo”, que prejudica a imagem da empresa e elimina quase totalmente a possibilidade de exportar açúcar e álcool para os países da Europa e América do Norte.

A maioria dos alojamentos é rodeada por cerca, sendo comum ter uma placa com letras grandes emitindo a mensagem: "PROIBIDA A ENTRADA DE ESTRANHOS". A justificativa é de proteger os trabalhadores, mas é, simultaneamente, de isolar os trabalhadores do contato com algo ou alguém que venha a visibilizar ou comunicar as suas condições de vida.

Nos primeiros contatos com os trabalhadores na Paraíba, ficava claro que não seria agradável a presença de estranhos no alojamento. A justificativa que os próprios trabalhadores e chefes de turma usavam era de que a usina não permitia, mas que se o escritório da usina liberasse não haveria problemas deles me acolherem e hospedarem; afinal os trabalhadores já conheciam o grupo de pesquisa da universidade e os agentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, que sempre apoiaram a pesquisa.

A Pastoral do Migrante⁶ é um serviço da Igreja Católica que faz visitas nos alojamentos para rezar missa e realizar a catequese. E através deles era que buscaríamos a entrada num dos alojamentos. A preferência seria pelo Alojamento Horizonte, onde estavam os trabalhadores que já tínhamos acompanhado sua saída em São José de Piranhas. Então fiz o contato com o Pe. Armando, coordenador dos padres carlistas⁷, que fazem este trabalho pastoral, que se dispôs a contribuir, oferecendo inclusive a Casa Canônica⁸ da comunidade para hospedagem.

Fui a Santa Bárbara d'Oeste/SP com a intenção de ficar no alojamento durante o dia, e a noite ficaria na casa paroquial em um bairro a 10 km do alojamento. Chegando lá, liguei para os contatos que Professora Marilda tinha me informado. Quem me atendeu foi seu Mano, que me orientou a ir até a casa dele para depois ir até a Casa Canônica. Seu Mano e dona Zilda são um casal que atuam com a catequese dos migrantes. Eles moram no Bairro Vale das Cigarras, e a casa da comunidade fica no Bairro Cruzeiro do Sul, ali próximo. E seu Mano falou pra eu descer na parada de ônibus do bairro Caiobi. E quando cheguei vi que a rua central deste bairro se chamava Mano Scolari. Que coincidência, pensei comigo mesmo, vou pra casa de um Mano e a rua tem nome de Mano.

Jantei na casa deles, e sim, ele se chama Mano Scolari e a rua foi colocada em homenagem a ele, pois é um senhor que sempre atuou na comunidade. Minha suspeita de que

⁶Pastoral do Migrante é uma entidade de católicos brasileiros. De acordo com seu site oficial "A Pastoral do Migrante é um serviço eclesial voltado para a acolhida, orientação e inserção socio-religiosa dos migrantes sob a animação das Congregações dos Missionários e Missionárias Escalabrinianos, que atuam no Brasil em estreito vínculo com o Setor de Mobilidade Humana da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e com o Serviço Pastoral dos Migrantes". Disponível na internet em http://www.pastoraldomigrante.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=49 acesso no dia 22/01/2011.

⁷ Padres ligados a Congregação dos Missionários Escalabrinianos. São chamados carlistas, por que São Carlos é o santo padroeiro desta ordem.

⁸ Casa Canônica: casa destinada para a utilização dos padres. Geralmente é uma casa localizada próxima ao templo da Igreja Católica.

Mano tinha prestígio nas redondezas era um tanto óbvia, afinal, para ter nome de rua no Brasil, tem que ser uma pessoa reconhecida. Nem imaginava que ali estaria uma pessoa-chave para negociar minha entrada em campo. Então na noite de sábado, fui com um seminarista carlista, o paraguaio Arce até o Alojamento Horizonte. Lá encontrei o Paulo Henrique, o chefe da turma. Conheci o Paulo Henrique na Paraíba em fevereiro de 2010, em minha segunda viagem de campo. Eu já tinha entrevistado ele e cogitado a possibilidade de fazer o trabalho etnográfico no alojamento. Ele me explicou que não haveria problemas em me acolher, mas que necessitava da ordem do escritório da usina. Entreguei-lhe uma carta de apresentação da universidade que ele levaria até seus superiores para autorizarem minha entrada, e voltaria ali no dia seguinte.

Voltei no domingo de tarde e fiquei ali até a noite. Paulo Henrique dessa vez me indicou os caminhos para ter a autorização e entrar no alojamento. Ele levou a carta para seus superiores, que são Vitor e Adilson, um cearense, que já cortou cana e hoje é um dos encarregados gerais das turmas de corte de cana. Adilson conhece seu Mano e Dona Zilda, que inclusive visitaram a família dele no Ceará numa missão da Pastoral do Migrante.

E Adilson sabia que seu Mano era viúvo de uma Peperoni, filha dos Peperoni que fundaram essa usina, e, portanto tinha ações na empresa também. E a pista dada foi de eu ir com seu Mano até o escritório da usina, que haveria, na avaliação de Adilson, menos chances deles negarem minha entrada no alojamento. Pois a relação não seria mais comigo, seria com seu Mano. Segui a dica deles. Na segunda feira almocei na casa de seu Mano e expus o problema. Ele prontamente se dispôs a me ajudar.

Fomos pra usina e falamos com Ricardo Peperoni, gerente de Recursos Humanos, que não negou a entrada. Fez muitas ressalvas. Falou do problema que são as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego e etc. Encaminhou-nos para Fábio Peperoni, responsável pela parte agrícola da usina. Na lavoura conversamos com Fábio que nem olhou pra carta de apresentação da universidade, confiando em seu Mano, eu suponho, e permitiu a entrada no alojamento.

Essa foi à primeira parte da negociação para entrar em campo. Com a rede de contatos da Professora Marilda, que conhecia Pe. Armando que conhecia seu Mano, que com sua posição social na família Peperoni, foi possível entrar no Alojamento. Como nos ensina Boissevain: “todos nós temos problemas que pelo menos tentamos resolver, via amigos e amigos de amigos, com quem podemos até formar alianças temporárias” (BOISSEVAIN, 1987, p. 197).

Agora vem o segundo passo, entrar no universo das relações dos migrantes. Se

enturmar, ganhar confiança, trocar idéias. Sobre a chegada a campo do pesquisador, Berreman expõe que:

O etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e freqüentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Entre si, o etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público (BERREMAN, 1987, p. 141).

Intruso e indesejado. Disso certamente eu pressupunha que os agentes que trabalham na usina, sejam proprietários ou gerentes, sentiam pela minha presença. Paulo Henrique, migrante paraibano e fiscal da turma também já tinha me alertado. Contou-me que “tem muito cara mala” que diz fazer pesquisas pra ESALQ (Escola de Agronomia Luis de Queiroz, da USP), e anota as condições dos alojamentos, comunica para os sindicatos ou para o Ministério Público do Trabalho, e posteriormente, vêm à fiscalização e as multas para as usinas.

Ricardo Peperoni, proprietário e gerente de Recursos Humanos, informou, quando fui apresentado a ele para fazer a pesquisa, que eles fazem “99 coisas certas, mas se tiver uma coisa errada, o Ministério do Trabalho vem e multa”. E, portanto, minha presença ali, além de não desejada, era possibilidade de prejuízos para a usina.

A mesma recepção eu tive quando fui tentar entrar no alojamento da usina de Cerquilha/SP. Ao chegar ao escritório da usina, o gerente de Recursos Humanos, deixou claro que pesquisas podem “mostrar coisas a mais” e isso gera problemas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. E conversando com o gerente geral da usina ele contou que as condições de moradia nos alojamentos melhoraram, senão o Ministério “mete o pau em nós”, ou seja, multa-os e os prejuízos são maiores.

Neste contexto de “medo” das fiscalizações, por admitirem fazer “coisas erradas”, é que a presença estranha em alojamentos é vedada.

1.2 - A relação com os trabalhadores migrantes

Intruso e indesejado, porém com uma conotação diferente em relação aos proprietários da usina, estava eu também no alojamento com os trabalhadores. Primeiro pela desconfiança. Afinal, quem é este estranho que vai ficar aqui nos estudando nestes dias? Esta foi a primeira sabatina que Régis, o zelador do alojamento me fez, quando cheguei juntamente com seu Mano e dona Zilda. Ele me acompanhou até o quarto onde eu ia ficar e me falou: “Agora, aqui entre nós, essa sua pesquisa, vai trazer benefícios para o trabalhador?” Foi direto como

um tiro de fuzil. E chamando-me para o lado, convidou a fazer uma espécie de pacto de confiança com o “aqui entre nós”, como quem diz “confia em mim, eu confio em você” ou “meu velho, fica tranqüilo, pode falar pra mim, não vou contar pra ninguém”.

E o que responder a este senhor? Se respondo “não”, que minha pesquisa não vai ajudar o trabalhador, ele pode me enquadrar como agente da usina, que está ali para espioná-los; se falo que sim ele pode me enquadrar como agente do Ministério Público do Trabalho, e daí falar pra seus superiores e estragar minha pesquisa. É claro que o enquadramento institucional é inevitável, os sujeitos pesquisados sempre vão associar o pesquisador com alguma instituição, ou mídia, ou polícia, ou igreja. Sobre isso eu não tinha duvidas, porém, dependendo da Instituição em que eles me enquadrassem, minha pesquisa de campo poderia terminar ali mesmo.

Então eu expliquei que a universidade faz pesquisa e produz conhecimento. Escreve livros que ficam arquivados. Se algum órgão ler e quiser agir, daí já não é responsabilidade da universidade. Porém, eu pessoalmente, expus minha opinião de que a usina, com todo dinheiro que tem, deveria pagar melhor seus funcionários. E essa resposta, aparentemente, o agradou. Régis concordou comigo. Disse que muitas vezes a usina trata mal seus funcionários. Convidou-me para tomar café e falou que não passaria fome, que seria bem acolhido e bem servido, pelo fato de eu também ser um “filho de Deus”.

Em relação à chegada em campo, Berreman ensina que:

Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas (BERREMAN, 1987, p. 125).

E essa foi a apresentação a Régis, que é o zelador, e pelo fato de ser o mais velho da turma, tem certo respeito de todos. Tê-lo como aliado seria fundamental. Como nos ensina William Foote-Whyte, numa pesquisa etnográfica é “crucial obter o apoio de indivíduos-chaves” (FOOTE-WHYTE, 1987, p.78).

Eu já tinha tomado contato com alguns trabalhadores, pois no dia anterior, fiquei por umas horas no alojamento conversando com eles. Suponho que seja um costume na sociedade brasileira, mas num grupo de trabalhadores, sejam cortadores de cana, caminhoneiros, pedreiros e etc, puxar conversa sobre futebol sempre tem audiência, e com os cortadores de cana não foi diferente. E assim nos enturmávamos.

Mas o que chamou atenção deles foi o fato de eu estar com uma máquina fotográfica e ter fotos da saída deles de São José de Piranhas. Muitos cortadores chegaram para olhar as

fotos na máquina, se ver na telinha, ver suas esposas e amigos, e isso aumentou o contato com eles. E o que fez a conversa rolar foi quando conversávamos da terra deles, da Paraíba, isso rendia longas conversas. Então contavam histórias de quando lá estavam; os planos que tinham ao voltar; as tristezas dos tempos de seca; as alegrias das épocas de São João, as festas e etc.

Sobre mim e sobre minha pesquisa falei apenas o básico. Como orienta Berreman:

Embora eu pense ser prática e eticamente correto que o etnógrafo faça saber sua intenção e conhecer o modo de vida dos indivíduos que pretende estudar, creio ser eticamente desnecessário e metodologicamente incorreto que explicitamente suas hipóteses específicas e, em muitos casos, até mesmo seus campos de interesse (BERREMAN, 1987, p. 142).

Evidente que não mencionei que iria estudar as relações de dominação e resistência. Mas que iria estudar como eles se relacionam com os patrões; com a distância da família; com o trabalho e etc. Assim, também, falei com os proprietários da usina. Considerando as posições sociais dos usineiros e o medo cotidiano de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego, palavras como dominação e resistência, certamente não ajudariam minha entrada em campo.

Após o primeiro dia que fui acompanhar os cortadores no trabalho na lavoura, quando retornamos ao alojamento, fui convidado por um cortador chamado Neimar, a tomar cachaça com eles, debaixo de um pé de bambu, já que no alojamento não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas.

As impressões que eles tiveram de mim devem ter sido diversas. Intruso e indesejado são sentimentos comuns nestes primeiros momentos. Eu estava ali entrando na privacidade deles, tendo acesso aos quartos, ao banheiro, me alimentando com eles. Isso também ajudou a criar identidade, pois ali éramos iguais, inclusive no sentido etimológico da palavra, estávamos ali dividindo as iguarias, os alimentos, o espaço de moradia.

E eles comunicavam as diferenças que viam em mim. Chamavam-me de galego, pelo fato de eu ser branco e ter o cabelo claro. Essa é uma definição comum aos louros no nordeste inteiro. Também identificaram que minhas mãos não tinham calos, eram mãos finas de estudante.

Não busquei me tornar igual a eles: primeiro por que seria uma tarefa muito difícil, não consigo falar com o sotaque paraibano; segundo por que se tratava de dialogar com eles, e o diálogo é justamente a conversa, o intercâmbio entre os diferentes. Como nos ensina Clifford Geertz:

Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico. Não estamos procurando, pelo menos eu não estou, tornar-nos nativos (em qualquer caso, eis uma palavra comprometida) ou copiá-los. Somente os românticos ou os espíões podem achar isso bom. O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles, o que é muito mais difícil, e não apenas com estranhos, do que se reconhece habitualmente (GEERTZ, 1978, p.23-24).

Eu não disfarcei, e fiquei fazendo o diário de campo no refeitório durante os dias em que eu não ia à lavoura. Ninguém viu o que eu escrevi, mas o fato deles saberem que eu tomava notas lhes despertava atenção. Um dia Paulo Henrique falou a um dos cortadores: “você fica falando essas coisas ali e ele anota tudo no caderno dele”.

Na relação com os sujeitos pesquisados, outro ponto que aflora é a questão do segredo, ou o que pode ser dito e não dito na presença de estranhos. O estranho ali está intruso e indesejado, fica conversando, fazendo perguntas, e fala que anota tudo o que apreende num caderno. Como ensina Berreman:

As impressões, que o etnógrafo e os sujeitos procuraram mutuamente, são portanto, as que julgam ser favoráveis à consecução de seus objetivos respectivos: o etnógrafo procura obter informações sobre a região interior; os sujeitos procuram proteger seus segredos, já que representam uma ameaça a imagem pública que desejam manter. Nenhum deles poderá ter sucesso absoluto (BERREMAN, 1987, p. 142).

Esta negociação é permanente. Este recurso de filtrar o que dizer e o que não dizer ao estranho, é acionado pelo “nativo”. Mas a interação permite avançar na relação e na intercomunicação entre pesquisador e sujeito.

1.3 - As brincadeiras como interação social

Outro elemento a ser considerado na relação com os pesquisados foi a brincadeira. Por parte deles, ficavam imitando meu sotaque, forçando a letra “r”, falando “tchê”, “barbaridade” e zombando da má fase do Grêmio no Campeonato Brasileiro.

Aqui é válido o diálogo com Comeford (1999), que faz uma análise dos usos sociais das brincadeiras, que podem carregar significados diferentes em determinados contextos. A brincadeira é um recurso que pode ser usado para aproximar as pessoas; descontrair um grupo; romper com hierarquias socialmente estabelecidas nas micro-relações do cotidiano.

Considerarei o fato dos pesquisados me inserirem no universo das brincadeiras como uma maneira de interagir e compartilhar certa dose de confiança, afinal é pouco comum

zombar, ou “tirar onda” com um estranho e desconhecido. A menos que o estranho também tome a iniciativa de fazer brincadeiras para descontrair, e o “nativo” entre na brincadeira por uma questão de reciprocidade. Mas, o estranho, ao fazer brincadeiras corre o risco de não ser compreendido e ser excluído do grupo.

Num espaço de alojamento, com vigilância dos fiscais e encarregados, a brincadeira pode ser um artifício para romper com hierarquias, afinal diante do riso, todos se equivalem. O riso é um demarcador lingüístico, que denota a interação (COMEFORD, 1999).

Na primeira noite no Alojamento a brincadeira foi um elemento de interação, quando que Neimar começou a me contar as histórias relacionadas aos finais de semana e as festas que eles participam, e as relações que eles têm com as mulheres do estado de São Paulo. E nisso foi contando o caso de um dos cortadores que ali estava, o Andrezinho, que era casado em Salvador/BA, porém sua esposa deixou dele para ficar com outra mulher. Por este acontecido, Andrezinho era motivo de chacota, era a vítima preferencial das anedotas, era o “bobo” do alojamento. Na visão daqueles cortadores, é até compreensível um homem ser deixado por uma mulher, se ela ficar com outro homem. O mesmo não é compreensível caso for com outra mulher. Um evento dessa natureza vira motivo de riso. E este riso é compartilhado neste espaço de homens de diferentes idades (jovens e velhos), de diferente posição social na família (pai ou filho), de diferente posição na hierarquia das relações de trabalho (fiscal, medidor ou cortador), e em posição entre diferentes sujeitos sociais (pesquisador/estudante e pesquisado/migrante).

Sendo o riso este rito de aproximação, o momento seguinte foi onde Andrade, um senhor de 42 anos, um dos mais velhos do alojamento, passou a contar anedotas. Na pauta, estavam assuntos relacionados à traição entre homens e mulheres, popularmente chamadas de “piadas de corno”, e também de relações homossexuais, também chamadas de “piadas de viado”. As narrativas bem estruturadas de Andrade eram seguidas por risos. O riso, como explicou Clusters (1990) - em seu estudo *De que riem os índios?* - era uma forma de romper e desmistificar o medo que os índios tinham dos colonizadores europeus. Rir era uma forma de ridicularizar, de promover um “assassinato simbólico” dos seus temores. A partir desta perspectiva, estariam os migrantes caçoando do temor de virar “corno” ou “viado”?

De qualquer maneira, entre brincadeiras e anedotas também foi se construindo essa relação intersubjetiva com os pesquisados.

1.4 - Usando máscaras sociais

Outro ponto importante a assinalar é que os migrantes moram por sete ou oito meses em São Paulo, e por três ou quatro meses na Paraíba. Eles têm bem claras duas máscaras sociais. Aqui se trata de utilizar o conceito de máscara social do tipo sincero, como abordou Erving Goffman, que é a máscara que o sujeito utiliza sem a intenção de enganar a platéia.

O trabalho de Goffman *A representação do Eu na vida cotidiana* mostra como as pessoas manipulam o jeito de mostrar o seu “EU” para o outro, para o estranho, para a sociedade, a qual o autor chama de platéia. O Eu é manipulável de acordo com o público que o sujeito vai se comunicar. E isso não é característica de mentirosos ou de impostores, mas de grande parte dos seres humanos. Isso é fundamental para observar numa pesquisa. Qual é o “Eu” que o pesquisado, o “nativo” vai mostrar pra mim?

Os cortadores de cana são, originalmente, camponeses do alto sertão paraibano. Porém, em São Paulo moram num alojamento, vendem sua força de trabalho a um terceiro. São coisas diferentes. Uma coisa é receber uma visita de um estranho na Paraíba, na casa onde está a família, onde podem oferecer no mínimo o tradicional café, ou uma refeição típica, uma boa cachaça, mimos que impressionam o visitante; que fará bons comentários do camponês, e isso fortalecerá sua máscara social de hospitaleiro.

Outra coisa é receber um estranho nas condições de alojamento, no meio de um canavial em Piracicaba/SP. Ali se mostra o que um agente da Pastoral do Migrante definiu como “o espaço da vergonha”. O quarto não tem aquela arrumação que a esposa ou a mãe fazem nas suas casas; a comida não tem aquele tempero especial; o banheiro não tem aquela higiene. E então, veja bem, o intruso e indesejado pesquisador vai ver isso, e vai ter outra máscara social do sujeito. Vai vê-lo como um “relaxado”, com “pouca higiene”, ou nos termos dos próprios migrantes, um “seboso” e etc.

Invadir este “espaço da vergonha” também foi um jeito de se tornar/ficar próximo dos sujeitos, já que eu dividia este espaço com eles, e eles também viam o meu espaço de vergonha, pois ocupávamos os mesmos quartos, banheiros, refeitório, e etc.

Máscaras Sociais do tipo cínico - aquela máscara que segundo Goffman, o sujeito utiliza para mentir e enganar a platéia - talvez se encaixasse para as que os usineiros utilizam, já que sabem que as condições de vida dos trabalhadores não são as adequadas pela lei e ficam se mostrando os defensores dos trabalhadores; os que dão emprego e renda para “estes paraibas” denominação pejorativa comum ao relacionar com migrantes; os que ajudam a desenvolver o nordeste, quando se sabe que na verdade eles querem é lucrar, pois estão na

lógica do capitalismo. E no caso, não tem o mínimo de piedade ou bondade que querem representar, quando friamente demitem os trabalhadores substituindo-os pelas modernas máquinas colhedoras de cana.

1.5 - A observação da dominação no cotidiano

Após ter adentrado no campo de pesquisa e feito a primeira negociação, (partindo da hipótese de que a negociação é permanente), vamos tratar da observação. E o que observar? Claro, meu interesse era perceber os métodos aplicados pela usina, através de suas normas e agentes (encarregados, fiscais, medidores) para explorar os trabalhadores. E também perceber de que maneiras estes trabalhadores assimilariam ou resistiriam a estes métodos, seja através da ação coletiva (greves, paralisações, organização em sindicatos ou movimentos sociais), ou através daquilo que o James Scott chama de “formas cotidianas de resistência”.

Para tanto, como ferramenta metodológica, optei pelo “método de estudo de caso detalhado” ou também “análise situacional”, que de acordo com Van Velsen:

Isto se refere à coleta efetuada pelo etnógrafo de um tipo especial de informações detalhadas. Mas isto também implica o modo específico em que esta informação é usada na análise, sobretudo a tentativa de incorporar o conflito como sendo ‘normal’ em lugar de parte ‘anormal’ do processo social (VAN VELSEN, 1987, p. 345).

A perspectiva teórica que utilizo para fazer a observação de campo prioriza a observação dos conflitos existentes entre os sujeitos pesquisados. Do ponto de vista macro-estrutural, que detalharemos com mais elementos no decorrer da dissertação, tomamos por referência a obra de Karl Marx para analisar os conflitos de interesses entre os usineiros e os cortadores de cana. Os usineiros de São Paulo, proprietários dos meios de produção (terra, máquinas, usinas) necessitam adquirir uma mercadoria fundamental para a realização dos seus investimentos de capital. A cana cresce sugando os minerais e nutrientes da terra, mas quem irá plantar e colher esta cana? A combustão ocasionada pela queima de etanol ou combustíveis fosseis, ou ainda por energia elétrica, monitorados por moderníssimos softwares, são os elementos tecno-científicos que farão a usina funcionar. Mas quem vai organizar tudo isso? Quem vai fazer a cana chegar até o caminhão, e do caminhão pra usina? É, estamos com o mesmo problema dos primórdios do capitalismo. É necessária uma mercadoria fundamental, que tenha a característica de criar valor. Essa mercadoria é a força de trabalho, que, considerando as diversas variáveis do contexto social brasileiro, que também

descreveremos a seguir, tem em abundância no semi-árido nordestino.

E o que fazem então os usineiros? Mandam agentes até os pequenos municípios da região Nordeste, recrutam essa força de trabalho, e trazem para os canaviais. E nos canaviais, esta força de trabalho, estes cortadores de cana, serão incentivados a trabalhar para colher a cana e fazer funcionar todo o aparato capitalista da agroindústria canavieira. E estes trabalhadores têm consciência de que são explorados. Eles sabem calcular a diferença entre o que produzem e o que ganham como me contou seu Pedro, cortador de cana da Usina de Cerquilha/SP, cada tonelada de cana que um cortador derruba, a Usina fica com R\$ 30,00 líquido. Se o trabalhador parar de cortar, perderá R\$ 5,00 por tonelada, e a Usina, perderá seis vezes mais. Mas acontece que ele não pode parar, por que será demitido, e do que se alimentarão os filhos e a esposa?

Temos, assim, o conflito social, que desenvolveremos com mais elementos nos capítulos III e IV deste trabalho, onde analisaremos as relações de dominação e resistência. Os diferentes interesses de classes e a necessidade da classe dos usineiros explorarem a classe dos cortadores, constituem este aspecto estrutural de explicação das relações sociais. Isso não impede, no entanto, que direcionemos nossa lente para as micro-relações dentro deste contexto. Como expõe Van Velsen:

A diferença, como já indiquei, pareceria estar, antes, no fato de que as descrições estruturais não nos fornecem uma série de eventos inter-relacionados que mostram como, numa estrutura específica, indivíduos lidam diante das escolhas com as quais são confrontados (VAN VELSEN, 1987, p. 360).

O alojamento é um espaço onde se produzem relações sociais, num contexto de um conflito social possível. Os sujeitos sociais em contato produzem diversos conflitos de ordem simétrica (com seus iguais) e de ordem assimétrica (entre subordinados e superiores). O que acontece é que nem sempre a estratégia seja a de assumir publicamente o conflito, mas dependendo do contexto, de realizar o embate com o diferente através do que James Scott chama de “discurso oculto”, ou “transcrição oculta” que é a resistência através de gestos, falas, piadas, do silêncio, da malandragem, da sabotagem.

Para tanto, é necessário conceber, conforme Van Velsen, que:

Um das suposições na qual a análise situacional está baseada é a de que as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente. São ao contrário, freqüentemente vagas e discrepantes. É exatamente este fato que permite a sua manipulação por parte dos membros da sociedade no sentido de favorecer seus próprios objetivos sem necessariamente prejudicar sua estrutura duradoura das relações sociais. Por isso, a análise situacional enfatiza o estudo das normas em conflito (VAN VELSEN, 1987, p. 369).

Foi com esta perspectiva metodológica que busquei observar as relações nos alojamentos e também no espaço de trabalho. A centralidade na percepção das mudanças sociais em curso me pareceu mais adequada do que somente observar a ordem social vigente nestes espaços pesquisados.

A realidade dos cortadores de cana é bastante dinâmica. Neste ano eles estão trabalhando em uma usina, porém no próximo ano, podem não ser contratados, irem para outras usinas ou serem substituídos pelas máquinas. Não se trata, portanto, de ignorar a questão estrutural, mas sim de combinar as perspectivas macro-estrutural e a análise de micro-situações para compreender como acontecem as relações de dominação e resistência no cotidiano do trabalho e da moradia dos trabalhadores migrantes.

1.6 - Etnografia e pré-noções

As pré-noções e o etnocentrismo acompanham o pesquisador em todo o trajeto de investigação. Ao se tratar de cortadores de cana, a imagem comumente relacionada a essa prática é a de homens sujos de carvão, em condições de trabalho degradantes, cansados, ou parando pra comer sua bóia-fria no sol.

As denúncias de trabalho análogo à escravidão, veiculadas pelos meios de comunicação, criam uma imagem e uma interpretação do que vem a ser o trabalho nos canaviais. Diante desse quadro, a tentação é de idealizar, romantizar, espetacularizar, se indignar com a situação dos trabalhadores. E a pergunta que me faço: como interpretar numa perspectiva científica? Como montar um quadro que busque explicar as relações em cena; os jogos de força; as negatividades e as positivities do contexto e dos sujeitos.

Claudia Fonseca, em seu texto *Classe e a recusa etnográfica*, faz reflexões pertinentes para analisar sujeitos e processos sociais com as classes subalternas. A tentação de fazer um trabalho etnográfico para denunciar as condições de pobreza ou exploração, por vezes contribui mais para uma leitura maniqueísta da realidade. Fonseca explana que:

Com o mundo dividido entre algozes malvados e vítimas indefesas, os pobres explorados parecem passivos, apáticos, quase subumanos... à espera da emancipação trazida de fora por pessoas menos embrutecidas. Trata-se, ironicamente, de uma imagem não muito diferente da apresentada por teorias conservadoras já amplamente criticadas (FONSECA, 2006, p. 23/24).

A questão é complexa, por que os cortadores de cana são sujeitos com estratégias próprias, como bem trata a literatura sobre migrações neste setor (MENEZES 2002; SILVA

1999; NOVAES 2007), ao mesmo tempo em que reproduzem como que de maneira automática relações marcadas por traços de dependência personalizada, com veremos no decorrer deste texto. Detalhar estas complexidades é o que pode tornar mais rico o trabalho.

O que eu mais temia em fazer a pesquisa sobre resistência dos trabalhadores, era de tornar públicas estas formas ocultas de resistência, e entregar de maneira ingênua as armas que restaram para os cortadores lutarem contra a exploração de seu trabalho. E isso lesaria minha honra de militante, que de “aliado” dos trabalhadores, passaria a “espião” das classes dominantes.

Saí com a consciência menos pesada com minhas “descobertas” de campo. Percebi que, os agentes da usina não precisam gastar seu tempo lendo longas páginas de teses sociológicas para perceber como os trabalhadores fazem para esconder tocos altos debaixo dos montes de cana; de ignorar o uso incomodo de alguns equipamentos de proteção individual. O que acontece é que, pelo menos no caso que analisei os fiscais já foram cortadores de cana, e, portanto, se não fizeram, já viram comentários sobre estas formas de resistência, que as denominam de “seboseira”. E isso foi uma informação, que eu preferia não existisse, pois demonstra como que a técnica racional de dominação do trabalho ganha força diante da resistência dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que fiquei aliviado, pois minhas humildes anotações não vão ser algo que servirá para os agentes da usina controlar com mais eficácia os trabalhadores. E, a melhor das “descobertas”, é que a cada safra os trabalhadores criam e recriam formas de resistência. Mas a questão, em se tratando de etnografia, não é o que quero ou não descobrir, mas sim, de maneira consciente, como ensinou Roberto Cardoso de Oliveira, ouvir, escrever e interpretar o que se apresenta.

1.7 - Notas sobre as últimas visitas de campo

No período de maio a outubro fiz dois contatos telefônicos com os trabalhadores do alojamento. A segunda visita ao alojamento aconteceu no mês de outubro. O procedimento para adentrar no alojamento foi o mesmo realizado na primeira visita. Fui com seu Mano Scolari, até a casa do gerente Fábio Peperoni, que autorizou minha entrada. Da mesma maneira que na primeira visita, fiquei hospedado no alojamento, agora por 24 dias, me alimentando também com as marmitas⁹ que eram destinadas aos trabalhadores. Fiquei alojado

⁹ As marmitas são preparadas por uma empresa que a usina subcontrata. Cada trabalhador paga R\$ 130,00 por mês para usufruir do alojamento e da alimentação. O contrato entre a usina e a empresa fornecedora das marmitas prevê 40 unidades em cada refeição. Alguns trabalhadores saíram do alojamento e voltaram para a

em um quarto, onde já havia três trabalhadores, dentre eles o medidor da turma.

A interação com os trabalhadores ocorreu de forma satisfatória, sendo possível conversar com todos. Pude acompanhar, por cinco vezes, os trabalhos na frente de corte, nos canaviais. Tive a oportunidade de frequentar um bar por uma vez e também de participar de três jogos de futebol, realizado entre os trabalhadores, no campo próximo ao alojamento.

A turma, que no começo era de 40 trabalhadores, já estava reduzida a 34. Alguns voltaram para seus municípios para resolver problemas familiares; um foi demitido (e este caso será narrado no capítulo quatro); e outro estava na UTI, com febre maculosa, uma doença adquirida no alojamento, por causa de uma picada de carrapato.

O assunto mais comentado entre os trabalhadores era o final da safra, sendo até objeto de apostas, o que até fez o encarregado da usina emitir uma ordem proibindo fiscais de fazerem apostas com “peões”. Apostas só entre “peões”. Essa atitude revela um interessante demarcador de hierarquias. O capítulo quatro é baseado fundamentalmente nesta segunda visita ao “mundo do corte da cana”, por isso do breve relato.

Por fim, realizei uma última visita a campo, no mês de dezembro, em São José de Piranhas/PB. O objetivo desta visita foi precisamente entrevistar a família do cortador Neimar, para redigir o segundo capítulo deste trabalho. O contexto social da cidade de São José de Piranhas é diferente do contexto visto na saída dos trabalhadores em abril. A sensação de alegria, do re-encontro dos trabalhadores com o “norte”; com as famílias, com os amigos, namoradas, esposas, é predominante. Um fato interessante para ser registrado é a denominação que as pessoas que moram na cidade dão aos cortadores retornantes: “PCC – paulista do corte de cana”. A comparação pejorativa com a famosa sigla PCC (que denomina uma organização de presidiários de São Paulo, PCC: Primeiro Comando da Capital), não é por acaso. O fato de alguns trabalhadores retornarem com traços do sotaque paulista é condenado pelos habitantes, que ao denominá-los dessa maneira, criam uma fronteira social, originada por este processo social de migração.

Era na semana do Natal, a cidade estava enfeitada, e os trabalhadores de volta ao “norte”, já faziam planos para voltar “pro corte de cana”, caso não encontrassem um trabalho que os remunerassem de acordo com suas expectativas. Este “norte”, como os trabalhadores chamam sua localidade de origem, é o que trataremos no próximo capítulo.

região Nordeste, por motivos pessoais ou familiares. Dessa maneira sobravam marmitas, tanto na primeira como na segunda visita.



Figura 4: Cortadores de cana, ao chegar do eito no final da tarde, na lavanderia do alojamento. Foto: Maciel Cover – 25/05/2010.



Figura 5: Vista parcial do Alojamento Horizonte. Foto: Maciel Cover – 27/05/2010.

CAPITULO II

O PROCESSO SOCIAL DE MIGRAÇÃO CAMPONESA

Este capítulo busca apontar elementos que expliquem o processo de migração sazonal de camponeses do sertão paraibano para o corte da cana-de-açúcar nas fazendas do agronegócio canavieiro do centro-sul do Brasil.

Num primeiro momento será realizada uma caracterização geral do município lócus da pesquisa – São José de Piranhas – e dos municípios circunvizinhos, a fim de abordar informações gerais das localidades de origem destes migrantes.

Posteriormente, serão elencados alguns aspectos da formação do campesinato e da organização do espaço agrário do sertão paraibano, buscando compreender os mecanismos sociais que configuram o processo de migração.

E, por fim, será analisado o caso de uma família de cortadores de cana, tentando compreender a partir de fragmentos da trajetória de vida de seus integrantes, a experiência do processo de migração.

Ao se tratar de áreas rurais é necessário atentar para a complexidade e a diversidade existente tanto nos espaços como nos atores. O espaço aqui é compreendido na perspectiva teórica de Frémont (1980), que considera o termo como “espaço vivido”, caracterizado pelo reconhecimento coletivo, assinalado pelas relações das pessoas com o seu ambiente, intermediado por laços culturais. O espaço contém elementos de ordem objetiva e também subjetiva.

Também é válida a proposição de Wanderley (2000), que ao analisar as novas ruralidades principalmente na Europa, sugere o rural como um *espaço singular* e um *ator coletivo*. O rural não se encaixa apenas como um espaço a ser subordinado pela indústria que está na cidade, mas também como um modo de vida próprio, complementar a cidade. A autora, ao se referir à Europa, afirma que “o meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das cidades modernas avançadas” (2000, p. 134). E para o contexto de sertão nordestino também podemos dizer que o rural espelha o urbano, tanto na busca por um padrão de conforto, quanto na globalização de problemas sociais como tráfico de drogas, prostituição e etc. Essa reflexão nos adverte para observarmos o rural como um espaço “vivido”, “singular”, portanto, complexo.

2.1 - Caracterização geral da região

A região de origem dos trabalhadores migrantes desta pesquisa congrega os municípios de São José de Piranhas, Cajazeiras, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Nazarezinho, no Sertão Paraibano¹⁰ e em Mauriti e Barro, municípios do Sul Cearense. São localidades no limite geográfico dos estados da Paraíba e do Ceará, como podemos analisar no mapa. (Anexos 1 e 2).

É uma região de clima tropical quente semi-árido, caracterizado pelo baixo índice pluviométrico, de 300 a 800 mm/ano, com duas estações climáticas bem definidas. O período de chuvas, nos meses de dezembro a abril, e o período de seca, de maio a novembro. A caatinga é o bioma onde se insere essa região, caracterizada pela heterogeneidade de espécies animais e vegetais, que se adaptam a regiões de clima seco (MMA/UFPE, 2003). A vegetação da caatinga é classificada como savana estépica, com árvores de porte pequeno. Estes municípios estão localizados na Depressão Sertaneja, uma unidade geoambiental caracterizada por serras leves com vales estreitos. As altitudes variam de 20 a 500 m, tendo ocorrências residuais de serras entre 500 a 800 m.

O principal rio que banha essa região é o Rio Piranhas, que nasce na Serra do Bongá, divisa entre Paraíba e Ceará, e desemboca no litoral do Rio Grande do Norte. Os principais afluentes do Rio Piranhas nessa região são o Rio do Peixe e o Rio Piancó, tendo grande importância na ocupação do território, desde o período pré-colonial, onde os povos nativos se distribuíam nas proximidades dos rios, e também no período da colonização e no desenvolvimento das atuais cidades da região.

O lócus desta pesquisa é o município de São José de Piranhas/PB. Os dados discutidos abaixo sobre a ocupação das terras; o processo de “colonização”; as transformações no meio rural; o processo de migração sazonal para o agronegócio canavieiro e etc. são fundamentalmente baseados neste município. Mas, em virtude de que no alojamento estudado

¹⁰ De acordo com o documento “Divisão Territorial do Brasil – IBGE (2008)”, os municípios de São José de Piranhas, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé e Cajazeiras pertencem à micro-região de Cajazeiras; já o município de Nazarezinho pertence à micro-região de Souza. Todos os municípios paraibanos citados na pesquisa pertencem a Meso-região denominada Sertão Paraibano. De acordo com o IBGE, o estado da Paraíba é subdividido em quatro meso-regiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Já os municípios de Mauriti e Barro pertencem à micro-região de Barro, e a meso-região Sul Cearense. O estado do Ceará é subdividido em sete meso-regiões: Centro Sul Cearense, Jaguaribe, Metropolitana de Fortaleza, Noroeste Cearense, Sertões Cearenses, Sul Cearense.

em São Paulo, havia trabalhadores também dos demais municípios acima citados, achei por bem agregar algumas informações da região.

De maneira geral, estes municípios de origem dos migrantes têm diversas características em comum, por estarem próximos geograficamente e desenvolverem atividades econômicas e sociais similares. Evidentemente que isso não significa dizer que há uma homogeneidade nos municípios citados, pelo contrário, nosso interesse aqui não é negar a existência de heterogeneidades, mas para efeito deste estudo observaremos as características gerais, que nos ajudem a compreender o processo de migração, o qual podemos afirmar que ocorre de maneira relativamente similar em toda a região.

2.2 - Aspectos da formação do campesinato e da organização do espaço agrário no sertão

Os trabalhadores migrantes, atores centrais nessa pesquisa, são membros de famílias camponesas. Para compreender, por que membros de famílias camponesas recorrem à migração sazonal no agronegócio canavieiro como forma de garantir a sobrevivência, se faz necessário analisar alguns elementos da formação do campesinato e da organização do espaço agrário no sertão.

A noção de campesinato é certamente complexa e polêmica nas ciências sociais. Os debates sobre o desaparecimento do campesinato ou sua completa proletarização, com a emergência e consolidação do sistema capitalista são exemplos da discussão¹¹. Teoricamente, creio que a definição que o Conselho Editorial da Coleção História Social do Campesinato elaborou é satisfatória e sintetiza um entendimento interessante, que consiste em reconhecer “princípios mínimos que permitam aos que investem tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma da condição camponesa” (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p.9).

Seguindo na definição, os autores de tal coletânea afirmam que “em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças do mundo contemporâneo” (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p.9). A descrição conceitual de campesinato é seguida por características como grupos que produzem *em modo e graus*

¹¹ O livro de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. (1992), é uma ótima reflexão sobre essa polêmica. Outro compendio interessante foi organizado por Horácio Martins Carvalho, *Campesinato no século XXI*. (2005).

variáveis, para o mercado (tanto local, em rede, nacional e internacional); organizam a produção com a *alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar*; tem *capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes*; se apresentam de maneira diversificada em diferentes contextos, desde *proprietários e posseiros de terras públicas e privadas*, até os recentes *assentados de reforma agrária*.

A explanação dos autores enfatiza alguns elementos históricos que servirão de chave para analisar diversos processos sociais que envolvem populações camponesas, inclusive deste estudo que se propõe a analisar as migrações no contexto rural, vejamos:

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social das condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentais na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador, alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, posseiros ou – designado a condição de coadjuvantes menos valorizadas nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 11-12).

Estas diferentes designações de campesinato estiveram presentes na formação do espaço agrário paraibano. Vaqueiros, moradores, parceiros, e os atuais migrantes sazonais são exemplos dessa diversidade camponesa.

É importante ressaltar que o espaço agrário é composto não apenas por camponeses, mas, também, por outras categoriais e classes sociais, que constituem a cena social. Moreira & Targino, ao nos brindarem com a obra *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*, afirmam que:

O espaço agrário paraibano desde o início da colonização portuguesa, tem-se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização, subordinadas inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e, mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não tem como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população. (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 19)

Pelo conteúdo da última frase, forte e revelador, teríamos pistas para uma explicação a cerca do processo de migração dos camponeses paraibanos, ou como fora referido acima “da

classe trabalhadora”. Ora, se o espaço agrário paraibano, pela sua condição de subordinação aos mercados externos, é hostil a reprodução de sua classe trabalhadora, é plenamente compreensível por que estes camponeses tenham que migrar para garantir sua sobrevivência. A pista é interessante, mas vamos apontar alguns elementos históricos, para elucidar melhor a questão e sua resposta.

Moreira & Targino (1997), descrevem que o atual território paraibano, antes de ser “dominado” pelos portugueses, no século XV, era povoado por três nações: Tupis, Cariris e Tarairiús. Estes povos por sua vez eram organizados em diversas “tribos” com denominações diferentes. A região por onde correm os Rios do Peixe, Rio Piranhas e Rio Piancó e que corresponde aproximadamente aos municípios desta pesquisa, eram habitadas por Tarairiús das tribos Árius e Panatis; e por Cariris das tribos Icós e Coremas. O atual território sul cearense era habitado por povos Tapuias e Tupiniquins.

De acordo com Andrade (1986), a colonização européia se instalou antes no litoral, com a exploração da cana-de-açúcar. Posteriormente é que se adentra a caatinga, o sertão, com a criação de gado que servia para sustentar a plantation canavieira do nordeste, como em seguida a atividade mineradora no sudeste (nas Minas Gerais) com animais de tração e também com a carne, para alimentação dos escravos¹². Com a plantation canavieira se desenvolve também uma categoria de trabalhadores não escravos, que ocupam as margens da atividade canavieira para a produção de alimentos como mandioca, gado, feijão, milho (PALACIOS, 2009).

¹² Há divergências, na literatura, na tese de que a economia pecuária sertaneja sustentava com carne a plantation canavieira do litoral. Oliveira(1977, p.45-46) nos informa que: “Esta ultima causa deve, no entanto, ser minimizada, se for considerado que o consumo de carne no Nordeste açucareiro, principalmente para a alimentação da população trabalhadora escrava, dava-se sob a forma de charque, uma carne-seca e salgada que até hoje faz parte da dieta alimentar de grande parte da população do Nordeste; verdade é que a produção que a produção dessa forma de carne teve início no Ceará, transferindo-se depois para o Rio Grande do Sul, que, juntamente com a Argentina, vieram a ser os principais fornecedores de charque ao Nordeste. É incontestável, porém, o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia. Encontra essa debilidade sua afirmação no fato de que essa economia pecuária nunca esteve fundamentada nos padrões de uma economia escravocrata; pode-se adiantar, como hipótese, que a formação dessa economia – se é que essa expressão pode ser usada com rigor para designar as atividades pecuárias do sertão nordestino – era uma forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal, sendo seus agentes do tipo dos que Maria Sylvia de Carvalho Franco descreveu e interpretou admiravelmente como uma forma de inserção de “homens livres na ordem escravocrata”. É evidente que neste sentido tal economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chegava sequer a ser notada”. De qualquer maneira, o fato é que a colonização do sertão se deu através da atividade pecuária, e a organização das fazendas de gado teve um papel fundamental na concentração da posse da terra, presente até os dias atuais no interior do nordeste.

A colonização do Sertão tem duas direções: a primeira (leste-oeste) que vem via litoral de Pernambuco (Igarassu, Recife, Goiana) penetrando via o Rio Paraíba e seus afluentes; e a outra (sul-norte) vinda da Bahia, via Rio São Francisco, atravessando o atual território do estado de Pernambuco, conforme podemos analisar no mapa. (Anexo 4)

A concessão de terras no sertão, através de sesmarias, é realizada pela Casa da Torre¹³ de Garcia d'Ávila. Cabe registrar que essa ocupação colonial é marcada por vários conflitos violentos entre os colonizadores e os povos nativos que a exemplo do que aconteceu em todo continente foram quase exterminados. No sertão paraibano, desde o século XVII se estabeleceram grandes fazendas de criação de gado, que de acordo com Moreira & Targino (1997); Guimarães (1968) Furtado (1959) e Prado (1985) eram caracterizadas por:

- a. Grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica.
- b. Baixo nível de capitalização para a implantação de uma fazenda: as grandes extensões de terras cobertas pela vegetação da caatinga davam conta de alimentar o gado, bastava apenas construir uma casa e preparar os currais para ocupar 18 km de terra, cedidos em forma de Sesmaria, pelo sistema de Capitânicas Hereditárias.
- c. Combinação entre trabalho livre e escravo: os vaqueiros e os escravos das fazendas eram mais bem remunerados que os escravos do litoral. A pecuária permitiu acesso à propriedade aos homens pobres e livres, por que o vaqueiro era pago por ¼ de produção do gado; e para criar este gado o vaqueiro arrendava terra ou se apossava.
- d. Relações menos dependentes do mercado internacional: apesar de existir exportação de couro e também de depender indiretamente da economia agroexportadora do açúcar no litoral, que consumia o gado sertanejo, a economia do sertão dependia bem menos do mercado externo do que a cultura da cana-de-açúcar litorânea. Isso permitia menos vulnerabilidade da fazenda em relação ao mercado exterior e suas crises.

Neste período, as relações de trabalho eram marcadas pela existência de três diferentes grupos: a classe de proprietários, os senhores, fazendeiros, latifundiários que obtinham a terra pela concessão da Sesmaria; os vaqueiros: camponeses que cuidavam do gado do senhor, e recebiam um quarto da produção como descrito acima; e também a presença de escravos africanos.

¹³ Casa da Torre, foi um grande latifúndio, concedido pela Coroa Portuguesa, no Sistema de Capitânicas Hereditárias, ao senhor Garcia D'Ávila. O território deste latifúndio se estendeu pelo que corresponde aos atuais territórios norte da Bahia, Sul do Piauí, Oeste de Pernambuco, Sul do Ceará e Oeste da Paraíba. Para uma análise mais aprofundada sobre este assunto, vale recorrer a: Lima (2010), Bandeira (2000) e Pessoa (2010).

Nota-se que, na fazenda sertaneja de gado, assim como existia na plantation canavieira do litoral, a produção de alimentos era encarregada ao que Franco (1969) descreveu como *homens livres na ordem escravocrata*. Não eram nem escravos, porém não tinham o domínio ou a concessão das terras como os fazendeiros. A existência dessa condição camponesa continuou no seguinte ciclo econômico que fora o algodão, onde terão destaque a meação e a morada, duas formas sociais de exploração do trabalho.

No sertão, o cultivo do algodão era comum no período pré-colonial, sendo utilizado pelos índios na fiação de tecidos. Oliveira (1977, pg. 46-47) expõe que: “O Nordeste semi-árido é ecologicamente propício à produção do algodão de fibra longa, conhecido ali como algodão-mocó ou seridó”. De acordo com Moreira & Targino (1997), no final do século XVIII, fatores externos como o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa; o aumento da demanda do mercado internacional; e o afastamento dos EUA do mercado mundial, devido a Guerra de Secessão; fazem com que o algodão passe a ter destaque na economia paraibana. Oliveira (1977) afirma que:

O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a ‘plantation’, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno próprio à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistência’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto um baixo valor que é apropriado à escala de circulação de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1977, p. 47).

O algodão passa a ser cultivado no sertão, tanto nas grandes fazendas de gado, como também nos lotes de terra menores, ocupados pelos vaqueiros e pequenos produtores de alimentos. O algodão era cultivado em consórcio com a pecuária e com as culturas de subsistência. De acordo com Moreira & Targino:

Com a consolidação da cotonicultura no Sertão, estabelece-se a combinação gado-algodão-policultura, trinômio, marco da organização do espaço agrário sertanejo paraibano, até a metade do século XX (MOREIRA & TARGINO, 1997, p.77).

O declínio da cultura do algodão se dá por volta do final da década de 1940, quando entra em cena o algodão produzido no centro-sul do país, economicamente mais competitivo, devido à redução dos custos de produção ocasionados pela mecanização das lavouras.

Nunes (2010, p.24) acrescenta que “nesse contexto, a praga do bicudo (que também sempre existiu) foi apenas um pretexto para justificar a crise do algodão, relacionada principalmente com a incapacidade de concorrer a nível regional e mundial.”

Dessa maneira, o trinômio gado-algodão-policultura perde um de seus pilares. A atividade da pecuária passa a ocupar um espaço maior no sertão. O declínio da cultura agrícola do algodão e a emergência da legislação trabalhista em 1963, através do Estatuto do Trabalhador Rural– ETR – que reconhece os direitos trabalhistas do morador e que aumenta os custos da reprodução da força de trabalho, são elementos fundamentais para o quase desaparecimento do sistema de morada¹⁴.

As grandes propriedades se voltam para a produção de gado e as pequenas propriedades para a produção de subsistência, como, também, para a criação de gado, porém em menor escala. As migrações para o sudeste, iniciadas na década de 1930, com o processo de industrialização, se intensificam neste período, como uma forma dos trabalhadores buscarem um meio de sobrevivência vendendo sua força de trabalho. Antes, porém, de apresentar mais detalhes dessa relação entre campesinato e migração, vamos observar algumas características do espaço agrário sertanejo.

Ao analisar as condições de reprodução dos trabalhadores no campo, buscando perceber como que a experiência da migração era vivida pelos camponeses, sobretudo em São José de Piranhas, no começo da década de 1980, Menezes (1985) descreve quatro categorias presentes no rural sertanejo:

- a. Pequenos proprietários: caracterizados por ter a posse da terra, entre 1 e 100 hectares. Orientavam a produção agrícola a partir das necessidades de subsistência da família. Tinham dificuldade de acesso a crédito para financiar a produção. Nas condições de produção agrícola do sertão, o tamanho da propriedade geralmente não era suficiente para garantir a sobrevivência da família.

¹⁴ A canção *Saga de Severinin*, de Vital Farias, ilustra elementos do processo de dismantelamento do sistema de morada no sertão paraibano. Vejamos: “Peço a atenção dos senhores/Pra história que eu vou contar/Falo de Severinin lavrador tão popular/Que morava numa palhoça/E cultivava uma roça perto de Taperoá (cidade localizada no sertão paraibano)/E Severinin todo dia lavrava a terra macia/E terra lavrada é poesia/Mexe com mão na terra/Sobe esta serra corta esse chão/Planta que a planta ponte/Por esses montes lã de algodão/Severinin vivia até feliz/Enchendo os olhos com bem d'rais/E mesmo a plantação tava bonita em flor/E ao seu lado a sua companheira/Tinha o seu amor/Mas como diz o ditado e haverá de se esperar/Depois de tudo plantado/Fazendeiro pede pra Severinin desocupar/Já tinha até fruta madura/Jirimum enrramando no terreiro/E tinha até um passarinho/Que além de ser seu vizinho/Ficou muito companheiro/Chega tanta incerteza/A alma presa quer se soltar/Luta, luta sozinho/Qual o caminho de libertar/Severinin ficou sozinho e só/Ingratidão não pôde suportar/Correu para o sul/Aí a construção se viu/De uma vez por todas/De uma vez por todas/Desabar.(adendo meu).(Canção: Saga de Sevirinin/Disco: Sagas Brasileiras, Polygram, 1982)

- b. Moradores: Trata-se de camponeses sem a posse da terra, que trabalhavam para um proprietário, geralmente médio ou grande. O morador trabalhava para o patrão, e em troca podia produzir alimentos para sua família, só não podia criar gado para si. Caso acontecer algum problema, o patrão expulsava o morador de suas terras. O que ocorreu nas décadas de 1970 e 80 foi uma grande expulsão de moradores, devido aos fatores mencionados acima – pecuarização e legislação trabalhista. A tendência, apontava a autora, era destes moradores converterem-se em assalariados.
- c. Rendeiro: Eram moradores que mudavam de patrão, e que geralmente moravam na cidade para ter acesso aos serviços públicos (saúde, rede escolar). Por não morar na propriedade do patrão, o rendeiro não se encontrava em condição de *cativo* como o morador, tendo, portanto menos obrigações. O único controle que o patrão exercia era sobre a produtividade do trabalho, geralmente pago por peça.
- d. Assalariados Permanentes: Existem em numero menor. Tem carteira assinada e fazem tarefas especializadas.

Além destas quatro categorias, a autora lista três atividades complementares na composição da renda dos trabalhadores do campo:

- a. Na própria agricultura: em atividades de plantio de capim, como também de destocamento. Nesse caso, os grandes proprietários preferem alocar a força de trabalho dos pequenos proprietários, pelo fato dos mesmos produzirem o alimento, o que reduz o custo de sua reprodução.
- b. No comércio: os pequenos proprietários vendem seu excedente de produção na feira local. Há também casos de pequenos proprietários agrícolas que empreendem estabelecimentos comerciais, principalmente bares na zona rural ou na beira de estradas.
- c. Benefícios e Empregos Estatais: é uma renda obtida através dos benefícios da previdência social pela aposentadoria ou pensões do INPS e também no emprego de algum membro da família em funções como vigia de escola, merendeira, etc.

Destas quatro designações: pequeno produtor, morador, rendeiro e assalariado; apenas a última não se inscreve dentro do que se pode considerar campesinato. Nossa preocupação não é com rótulos, porém é interessante perceber que os atores que habitam o meio rural sertanejo, podem ser inseridos analiticamente na chave do que podemos chamar de campesinato. São poliprodutores; que trabalham na terra, por vezes tendo a posse da terra; são produtores da maior parte de sua alimentação e se caracterizam por produzirem alimentos; a organização do trabalho é baseada no núcleo familiar; tem relação de autonomia relativa com o mercado, seja

a tradicional feira para negociar os excedentes da produção, seja o mercado de trabalho para “vender” a força de trabalho. Neste caso podemos citar tanto o mercado de trabalho constituído na própria região, através da agricultura, construção civil, comércio, como também o mercado de trabalho do centro-sul do país, acessado via o processo de migração.

Pela observação de campo feita nessa pesquisa, as categorias de trabalhadores do campo descritas acima são ainda presentes. A partir de informações coletadas por relatos orais, podemos afirmar de que a grande maioria dos camponeses que habitam o município de São José de Piranhas e região se encontra entre o que, na década e 1980, se chamava pequenos produtores e, atualmente, seriam “os agricultores familiares” e os rendeiros. A categoria de morador está reduzida, sendo presente ainda em apenas uma fazenda.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 ilustram que 69% dos estabelecimentos agropecuários considerados familiares são de proprietários, ou seja, são famílias que tem a posse e a titulação da terra, que se enquadram dentro do que podemos chamar de agricultores familiares. No conjunto dos 31% de não proprietários, se encontram os rendeiros e os moradores.

Tabela 1 – Estabelecimentos Agropecuários no Município de São José de Piranhas/PB¹⁵.

Tipo	Familiar	Não Familiar	Total
Total	1.364	145	1.509
Proprietários	940	106	1.046
Arrendatário	294	20	314
Parceiro	42	10	52
Ocupante	48	8	56
Produtor Sem Área	40	1	41

Fonte: IBGE, 2006.

A composição da renda das famílias camponesas é relacionada ao trabalho na terra; ao trabalho na diária; aos programas sociais do estado, aos empregos da administração pública: prefeitura, governo do estado e às atividades assalariadas fora do município. O trabalho na

¹⁵ De acordo com a Lei 11.326, de 24/07/2006, é considerado “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso dia 5/01/2011. De acordo com o INCRA, um módulo fiscal na região estudada corresponde a 45 hectares.

agricultura, seja no caso dos camponeses que possuem a terra, seja no caso dos que trabalham em parceria na terra de outros, é, sem dúvida, um dos vetores que compõem a renda das famílias. Produtos da dieta básica dos camponeses são produzidos ali mesmo, como o feijão, milho e as carnes de frango, caprino e gado.

Outra parte da renda familiar provém dos programas sociais como a aposentadoria, programa existente a longa data, e, sobretudo dos programas de repasse de renda. Dados informados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José de Piranhas, no final de 2010, indicam que o município tem três mil famílias cadastradas em programas de repasse de renda do governo federal, como o Bolsa Família.

Outro elemento presente na composição da renda das famílias é a emissão de recursos dos migrantes. Inicialmente, as migrações dos camponeses eram dirigidas para as metrópoles do Centro-Sul: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Porém da década de 1990 em diante, as fazendas do agronegócio, sobretudo o canavieiro, localizadas no interior dos estados do sudeste e do centro-oeste, passam a ser uma alternativa. Passaremos agora a discutir com mais detalhes a relação entre o campesinato e o processo social de migração.

2.3 - A migração como estratégia de reprodução do campesinato

As migrações de camponeses nordestinos para o centro-sul do Brasil iniciam na década de 1930, no processo de industrialização do sudeste. Com a crise do algodão e o conseqüente desmantelamento do trinômio gado-algodão-policultura, nas décadas de 1940/50; e a “expulsão” ou afastamento dos moradores das propriedades (tanto nas maiores como nas menores) em vista do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960, as migrações se intensificam.

Singer (1973) explica que a migração acontece por fatores de *expulsão*, ocasionados nas localidades de origem devido à estagnação econômica, combinada com fatores de *atração* pelas regiões de alta dinamicidade na economia, como o sudeste em ascendente industrialização e necessitando de um grande número de trabalhadores.

Os fatores de expulsão que levam as migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade de do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (...) e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de

grande parte da mesa pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos). (...) Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra (SINGER, 1973, p.38).

Estes fatores de mudança ou de estagnação, responsáveis pelo processo migratório, operam em áreas camponesas da seguinte forma, segundo o autor:

Já as segundas (se referindo a áreas de estagnação) apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando as vezes como “viveiros de mão-de-obra” para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas. É sabido que áreas de minifúndio, onde atuam tipicamente os fatores sedimentares de estagnação, são muitas vezes a origem de importantes fluxos migratórios sazonais: numerosos trabalhadores se deslocam para outras áreas agrícolas, onde participam das colheitas e depois retornam a própria gleba (SINGER, 1973, p. 39).

O trabalho de Menezes (1985) já dava conta de que era equivocado afirmar de que a região Nordeste, e, sobretudo, o semi-árido, era uma região estagnada, pois, estava em marcha um processo de modernização das fazendas de criação de gado, com técnicas aprimoradas de melhoramento genético e pastoril. Isso demonstraria que não eram apenas os fatores de estagnação que explicariam a migração, mas, também, os processos de modernização agrícola. A perspectiva apresentada por Paul Singer chama a atenção para um elemento importante, que são as diferenças regionais, visto que o movimento migratório acontece, na maioria dos casos, de regiões consideradas economicamente pobres, para regiões economicamente ricas. Mas, a explicação dos fatores de expulsão e atração, pode ser insuficiente para explicar o processo social de migração, por não levar em conta também as motivações sociais e a experiência dos atores. Os estudos de Garcia Jr (1989) e Menezes (1985; 2004) apontam um fato interessante da migração de áreas rurais do Estado da Paraíba. Levando em conta o fato de existir uma estrutura fundiária concentrada, que influencia na apropriação dos recursos produzidos na agricultura, e que origina a necessidade de buscar alternativas de sobrevivência fora do meio rural paraibano, a migração se apresenta como uma estratégia de reprodução da família camponesa. Para Menezes (2004):

Esta perspectiva reconhece que a migração não é mera transferência de força de trabalho entre as regiões menos desenvolvidas (que expulsam) para as mais desenvolvidas (que atraem), nem é simplesmente um movimento entre os setores arcaicos e modernos, com os agentes sociais sendo apenas vítimas de um processo determinado pela estrutura social ou pelo processo de acumulação capitalista. Os agentes sociais da migração – os migrantes – não olham para si dessa forma, mas se vêem como trabalhadores, colonos, pequenos agricultores, serventes de pedreiros, meeiros, garimpeiros, ou qualquer outra coisa, que para garantir sua sobrevivência e

de suas famílias, utilizam de diversas estratégias, sejam em seu “lugar de origem” ou em seu “lugar de destino”. Eles não são vítimas passivas, mas participantes ativos em um processo que não é exatamente a migração, mas sim um esforço para manter ou melhorar suas condições de vida¹⁶. (MENEZES, 2004 b, p.116-117).

A obra de Eunice Durhan, *O caminho da cidade* (1973), descreve e analisa este processo de migração das zonas rurais e a integração destes migrantes na cidade de São Paulo. Ressalta que estes trabalhadores migram com o projeto de mudar de vida, buscar um padrão de vida “melhor”. Porém pelo fato de não terem a qualificação profissional adequada para ocupar postos de trabalho que melhor remuneram, os migrantes ocupam os trabalhos “marginais”, como chapa, servente de pedreiro e emprego doméstico. Ocupações na maioria das vezes sem um contrato legal e com uma remuneração baixa. Com o passar do tempo, através das redes de amizade e parentesco, a tendência é do migrante se tornar operário, com carteira assinada e, posteriormente, buscar trabalhar por conta própria, tendo o seu negócio, geralmente no ramo do comércio. Um elemento interessante no trabalho de Durhan (1973) é perceber que a família como uma unidade que permanece neste processo de migração de uma área rural (“tradicional”) para uma área urbana industrializada (“moderna”).

Menezes (1985) explana a “tríade do migrante em São Paulo”, que consistia em: 1) Sobreviver na cidade; 2) Conseguir enviar recursos para a família no nordeste; 3) Poupar dinheiro. Para alcançar tais objetivos, geralmente, os migrantes intensificavam seu trabalho, fazendo horas extras ou arranjando mais que um trabalho; buscavam morar na periferia, na “favela”, porque reduziria o custo com moradia; diminuindo o consumo alimentar, como forma de economizar recursos. A autora ressalta ainda que os recursos enviados pelos migrantes em São Paulo na década de 1980 eram, por vezes, a fonte principal de renda de famílias nas localidades de origem no sertão nordestino.

Na década de 1990, a migração sazonal para a colheita de laranja, café e cana-de-açúcar no sudeste aparece como mais uma alternativa. É necessário registrar que, a migração sazonal

¹⁶ Tradução livre. No original “This perspective recognizes that migration is not merely the transfer manpower between the less developed regions (which drive it out) and the more developed (which attract it), nor is it simply a movement between archaic sectors and modern ones, with the social agents themselves just passive victims of a process determined by the social structure or the process of capitalist accumulation. The social agents of migration - the migrants - do not look at themselves in this way but rather see themselves as workers, settlers, smallholders, stonemasons' apprentices, tenant farmers, gold prospectors, or whatever, who, to ensure their survival and that of their families, use various strategies, whether in their "place of origin" or their "place of destination". They are not passive victims but active participants in a process that is not exactly migration but rather an effort to maintain or improve their living conditions”.(MENEZES, 2004 b, p.116-117)

para a colheita de cana-de-açúcar no litoral do nordeste era uma prática presente entre os camponeses do Agreste e do Sertão. O trabalho de Silva (2006) aponta este novo caminho de migração:

Desde a década de oitenta tem havido um redirecionamento das correntes migratórias internas no país, especificamente no sentido clássico Norte-Sul, como consequência do fim do “milagre econômico”, intensificando as migrações de retorno e também as migrações intra-regionais. Todavia, a reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista, que vinha se consolidando desde a década de setenta, inclusive sob a égide do Estado, contribuiu para um redirecionamento dessas correntes migratórias no sertão paraibano, passando a atrair uma parcela significativa da força de trabalho relativa dessa região, favorecendo dessa forma, o re-estabelecimento da predominância das correntes migratórias do Nordeste em direção ao Sudeste, de forma, porém diferenciada, se levaremos com conta que tal migração passa, na atualidade, a assumir um caráter de sazonalidade (SILVA, 2006, p. 120).

Nos dias atuais, as migrações nordeste-sudeste têm sofrido alterações, como apontam os estudos do IPEA (2010):

Desde o começo da série (1992) até o ano de 2001, o fluxo do Nordeste para o Sudeste era maior que o fluxo inverso. Essa situação foi invertida nos sete primeiros anos da atual década e em 2008 o fluxo entre as duas regiões voltou a ser favorável ao Sudeste novamente. Pode-se indagar sobre as motivações para esse comportamento. Nossas análises mostrarão uma mudança de perfil desses migrantes. Um exemplo é o fato de que os migrantes do Nordeste para o Sudeste já gozam de melhor situação, em termos de formalização do trabalho, que a dos próprios trabalhadores não migrantes da Região Sudeste (IPEA, 2010, p.4-5).

Porém, no que tange as migrações sazonais para a atividade canavieira, os números não tem diminuído, pelo contrário, tem crescido na última década. De acordo com um levantamento que fizemos juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, e também consultando os agentes arregimentadores das turmas que vão para o corte da cana-de-açúcar, em 2010 cerca de 1500 homens, a grande maioria deste município, se deslocaram para os canaviais paulistas. Tomando em conta a população rural do município, que de acordo como o censo do IBGE de 2010 é de 8.301 habitantes, a quantidade de 1500 homens representa 18% da população rural. Considerando que a grande maioria dos trabalhadores migrantes se encontra na faixa etária dos 20 aos 39 anos, estes 1500 migrantes representam 58% dos homens nessa faixa de idade, já que segundo o IBGE existem 2561 homens entre 20-39 anos em São José de Piranhas.

Esse número é percebido quando se visita as famílias no meio rural, pois é rara a família camponesa que não tem pelo menos um integrante homem que migrou ou que está migrando para esta atividade.

As possibilidades de explicação sobre esse fenômeno são diversas. A perspectiva da migração como estratégia de reprodução camponesa, descrita acima, é uma chave interessante.

Outra chave é a que propõe Silva (2006) que em seu estudo sobre a migração dos jovens de Tavares/PB (também localizada no Sertão Paraibano) para o corte de cana em São Paulo aponta que, um dos elementos que explica esta migração sazonal, é o desejo de autonomia que os jovens têm em relação aos pais em termos de renda e relação hierárquica.

os jovens migram, sobretudo, motivados por projetos de autonomia, pela afirmação de suas identidades de jovens e de gênero que passa hoje pelo acesso a certos serviços e bens de consumo: a participação em práticas culturais como as festas locais; a compra de motos e acessórios próprios para este grupo etário: roupa, som, etc. (SILVA, 2006, p. 31).

Os jovens rurais do município de Tavares, estudados por Silva (2006), são filhos de pequenos proprietários rurais, trabalham na agricultura com suas famílias. Por mais que relatam gostar do “sítio”, avaliam que a penosidade deste tipo de trabalho, as inconstâncias climáticas, que por vezes causa prejuízos às lavouras, e a baixa renda obtida não permitem a permanência no campo. Dessa maneira, a migração para os canaviais se apresenta como alternativa para atender a este “desejo de autonomia”. Nas palavras de Silva (2006) “Ao voltarem, (do trabalho nos canaviais) já não são mais os mesmos que saíram se sentem agora, cidadãos ‘plenos’, os espaços, antes interditados, foram abertos e, o que é melhor e símbolo de mais prestígio, abertos com seus próprios esforços, podendo entrar num bar e chamar os amigos e ainda pagar a conta.” (adendo meu). (SILVA, 2006, p.186).

As duas possibilidades explicativas serão observadas no caso estudado a seguir, em que na mesma família a migração é uma estratégia de reprodução da família camponesa, como também agrega elementos de busca de autonomia e prestígio por parte dos jovens.

2.4 - A experiência da migração

Pretendemos agora, a partir de elementos da trajetória de vida de uma família de camponeses migrantes cortadores de cana-de-açúcar, refletir sobre as transformações que ocorreram nas últimas duas décadas no município de São José de Piranhas, enfocando, sobretudo no processo social de migração para o centro-sul brasileiro, estabelecido na região desde a década de 1930, porém com constantes modificações nos destinos, como abordado acima.

Como enunciado no decorrer deste trabalho, a opção teórica para explicar o processo social de migração se baseia na perspectiva de perceber a orquestração entre elementos estruturais com motivações e trajetórias pessoais. Consideramos que, a metodologia da História Oral é uma ferramenta interessante para discutir essa temática. Antes de explanar as informações dos agentes entrevistados, faremos algumas considerações metodológicas. No que se refere à História Oral, Lang (2001) conceitua que,

A História Oral constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente; permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que a viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita e ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes visões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição daqueles que os viveram e os narram (2001, pg. 96).

A versão dos agentes entrevistados se apresenta como um dado importante nessa pesquisa, pois permite captar as transformações desde suas posições. Sua legitimidade se encontra em mesmo grau que os demais dados científicos que apontam as transformações sociais ocorridas no Sertão e na sociedade de maneira geral. Estes relatos podem oferecer uma interessante chave de compreensão.

O uso desta metodologia nos permite colher informações dos sujeitos sociais, dos trabalhadores, das “pequenas testemunhas”, como se refere Voldman (2006). Ferreira & Amado (2006), definem que “o uso sistemático do testemunho oral possibilita a história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma; são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos...” (2006 xi). Neste caso, as “pequenas testemunhas” são os camponeses migrantes, cortadores de cana.

Menezes (2005) descreve a importância de captar o sentido que o sujeito atribui ao que está narrando, dessa maneira,

A história oral, também, busca fazer uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mas o sentido atribuído pelo seu praticante. Os trabalhos baseados nos relatos orais tentam incorporar as vantagens da subjetividade dos documentos bem como das relações de subjetividade entre o pesquisador e o seu informante (MENEZES, 2005, pg. 03).

Captar este sentido que o sujeito está narrando é sem dúvida um desafio metodológico grandioso. O esforço de compreensão foi tentado, o que não quer necessariamente dizer que foi conseguido, devido às dificuldades que o campo, muitas vezes, apresenta ao pesquisador.

É necessário atentar para o que Bourdieu (2006) chama do risco da *ilusão biográfica*. A trajetória dos sujeitos é perpassada pela estrutura social em que os mesmos a constroem e são construídos por ela. Neste sentido, a migração não é ocasionada, simplesmente, por vontades individuais, mas, também, pela incapacidade estrutural de satisfação das necessidades básicas das famílias no rural nordestino. Assim, o esforço de refletir sobre elementos da trajetória de vida destes agentes é feito com a intenção de captar como nos aponta (QUEIROZ, 1998, p.36) “o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”.

Os agentes que selecionamos para entrevistar constituem uma família que reside na localidade de Boa Vista, interior do município de São José de Piranhas. Os dados foram coletados em duas entrevistas. A primeira fora realizada em 16 de outubro de 2010, em Piracicaba/SP, com um dos filhos que estava trabalhando no alojamento onde eu fazia a etnografia. A segunda entrevista fora realizada em 22 de dezembro de 2010, na casa onde reside a família em Boa Vista, São José de Piranhas/PB. Agregamos também informações coletadas no caderno de campo, tanto nos meses de convivência com os três irmãos que estavam na colheita nos canaviais paulistas, como também na observação realizada na visita de três dias a família em dezembro de 2010.

A família estudada é composta por seis membros: seu Manoel, o pai; dona Madalena, a mãe; Mateus, Neimar, Tiago e Bento, os quatro filhos. Seu Manoel e dona Madalena casaram-se em 1982. São filhos de moradores, que residiam e trabalhavam na propriedade de seu Flávio, no povoado de Riacho de Boa Vista, localidade vizinha a Boa Vista. Em 1983, tiveram seu primeiro filho, Mateus; em 1985 nasceu Neimar; em 1987 nasceu Tiago e em 1989 nasceu Bento.

Em 1990, com recursos obtidos através da venda de uma vaca, eles conseguiram comprar uma casa na localidade de Boa Vista, saindo da propriedade de seu Flávio. Durante este ano, seu Manoel continuou a trabalhar “alugado”¹⁷ e dona Madalena trabalhava com os afazeres domésticos e, também, cuidando dos quatro filhos.

A mudança desta família, que trabalhavam na condição de moradores, para se estabelecer num pequeno povoado, nos exige fazer algumas reflexões. A primeira diz respeito ao fato de que, como demonstrado anteriormente, fatores como a crise do algodão; a nova legislação trabalhista; e a pecuarização impulsionaram um movimento de saída (ou um

¹⁷ Trabalho “alugado” consiste em trabalhar por diárias, fazer serviços pontuais nas lavouras de terceiros, sendo remunerado por dia ou por semana.

convite a se retirar feito pelos proprietários) das fazendas dos camponeses que eram moradores, que passaram a habitar os povoados ou cidades, ou a migrar para outras regiões, sobretudo para o sudeste. No caso desta família, conforme os relatos colhidos, a saída não aconteceu por um convite do patrão, mas, segundo Tiago, “Painho saiu por que quis. E painho saiu e não quis nada dele não. Tem cara que sai e bota no pau.” A relação entre a família de seu Manoel com o patrão, seu Flávio, é apresentada como amigável. Segundo seu Manoel, seu Flávio “é um homem bom”. Inclusive, é padrinho de batizado de Tiago, terceiro filho da família.

É necessário considerar que a relação entre patrão e morador é perpassada por relações de dominação personalizada¹⁸, e que, portanto, ao apresentar-se para um estranho (no caso a este pesquisador), é um tanto quanto óbvio que a relação patrão-morador se apresente como amigável. O fato de sair da propriedade e não colocar o patrão “no pau”, ou seja, exigir na justiça os direitos trabalhistas previstos na lei demonstra uma série de valores que podem ser lidos com a chave da dependência personalizada, nos termos propostos por Weber e ilustrada de maneira didática na seguinte questão: como colocar na justiça um patrão “bom”, que acolheu as duas famílias (no caso a dos pais de Manoel e Madalena) por tanto tempo? Nesse caso, a noção de justiça existente entre os atores da fazenda sertaneja, e a noção de justiça proposta pelo Estado, através da legislação, são diferentes. Podemos ler a noção de justiça entre patrão e morador com a chave da reciprocidade, e neste caso, reciprocidade assimétrica¹⁹, onde que o camponês por pedir a morada ao proprietário, lhe deve além das obrigações monetárias, este favor moral.

De qualquer maneira, no depoimento de Tiago, notam-se alguns indícios do processo de exploração que era realizado na relação patrão-morador. Tiago comenta que, seu Flávio “tinha morador demais, por isso que era bem de vida. Era cinco por uma, tinha vez que era a meia”. Esse fato permitiu ao patrão acumular capital. A propriedade de seu Flávio era de 2500 tarefas, o que corresponde a aproximadamente 715 hectares, ou a 15,8 módulos fiscais. Pelas definições atuais do INCRA se enquadraria como um médio produtor rural. Uma parte da terra foi herdada e outra foi adquirida posteriormente. Na década de 1970, seu Flávio chegou

¹⁸ Os trabalhos de Sigaud (2004) e Garcia Jr.(1989); demonstram que a relação patrão-morador é caracterizada por traços de dependência personalizada.

¹⁹ De acordo com Sabourin (2010, p.4) “Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde a um ato reflexivo e reversível entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva. Ele se diferencia assim da troca que pode ser reduzida a uma simples permuta de bens ou de objetos”. No caso da relação entre patrão-morador, a reciprocidade é assimétrica, por que se dá entre atores em posições sociais diferentes, tendo o patrão comumente a vantagem na relação.

a ter mais de 20 famílias de moradores sobre suas terras, que se estendiam nas localidades de Riacho de Boa Vista, com lotes também na de Sitio Antas. Os últimos moradores da propriedade de seu Flávio foram os pais de dona Madalena, que também se mudaram para o povoado em 2000.

Toda a comunidade do Riacho da Boa Vista será inundada, dentro de dois anos, pelo açude de transposição do Rio São Francisco. O Estado Brasileiro indenizou seu Flávio, que atualmente se mudou para o município vizinho de Barro/CE.

Pelo que pudemos levantar de informações, em conversas informais com alguns habitantes da localidade de Boa Vista - em sua maioria famílias de trabalhadores que migram para o corte de cana - a maioria das grandes propriedades das localidades circunvizinhas, se encontram em situação econômica difícil. Nas palavras de Tiago, “Tudo oh, os F. e os M. aqui tão quebrado. J.R se espatifaram as coisas deles logo. Quem segurou mais foi os M. A. lá em cima e seu Flávio aqui”. No discurso de nossas fontes, é corrente utilizar a explicação de que os patrões “quebraram” por que os descendentes, filhos e netos, envolveram-se em disputas por heranças, o que dividiu o patrimônio e a maioria se mudou para cidades maiores, estudaram e passaram a atuar em outras profissões: como médicos, veterinários, advogados, etc. Essas profissões são resumidas na categoria de “doutor”. Todavia, por mais que estas fazendas se encontrem em situação econômica frágil, “quebradas”, as terras são ocupadas com a criação de gado.

Estes fatos elucidam o processo de transformações ocorridas no meio rural sertanejo. É necessário anotar também que o sistema de morada, no final de década de 1980, já apresentava mudanças em relação o que Menezes (1985) anotava em relação à década de 1970, em que no contexto de pecuarização, os patrões não permitiam que seus moradores criassem animais. No caso de seu Manoel, ele teve a possibilidade de criar uma vaca. Com a venda dessa vaca, ele conseguiu levantar os recursos para comprar a casa. Seu Manoel explica: “com o dinheiro de uma vaca eu comprei a casa e uma cabra”. Dona Madalena ilustra com mais detalhes a operação, dizendo que seu marido, “vendeu a vaca por oitenta contos. Ai nos comprou a casa, fizemos compras, fizemos a feira. Mas com o dinheiro da cabra no outro ano dava pra nos ter comprado outra casa. (O vizinho) vendeu a casa por setenta.”

A “casinha” como a família se refere à casa antes de ser reformada em 2004, estava construída na beira da estrada, no “povoado”, um conjunto de casas estabelecidas ao redor do templo da Igreja Católica. As terras onde se localiza o atual povoado de Boa Vista pertencem a Igreja Católica, que obteve uma doação ainda no século XIX, de uma fazendeira (Dona Mariquinha) que para agradecer a São João pela cura de uma doença, teria feito essa doação.

Até hoje, são chamadas de “Terras de São João”. A Igreja Católica cobra uma taxa anual de aluguel para cada proprietário de casa, correspondente a 15 reais.

Como apontam os estudos de Garcia Jr (1989) e Menezes (1985; 2002), a aquisição da casa é um demarcador fundamental da saída da condição de morador para a condição de rendeiro. Nos termos de Garcia Jr, seria uma passagem da condição de *sujeito*, pelo fato do morador estar submetido ao controle pessoal e autoritário dos proprietários, para a condição de *liberto*, onde o camponês, tendo sua própria casa ou terra, estaria fora dos mandos e desmandos dos patrões.

O recente estudo de Nogueira (2010), também discute a centralidade da casa na conformação de uma territorialidade camponesa. Ao analisar as migrações de camponeses de Aracatu/BA para os cafezais paulistas, assinala que “migra-se para casar, ou seja, para conseguir recursos para construir uma nova casa para morar um novo casal”. (NOGUEIRA, 2010, p.222).

Assim sendo, ali estabelecido em 1990, seu Manoel trabalhava de “alugado” para os proprietários da região, sobretudo na tarefa de “brocar”, que consiste em arrancar tocos de terrenos onde planta-se capim. Em 1991, seu Manoel foi trabalhar no “corte de cana”. Era o quarto ano que trabalhadores de Boa Vista iam trabalhar nos canaviais paulistas. Seu Felipão, que atualmente ainda trabalha como “turmeiro”, nos relatou que em 1988 um trabalhador local (seu Nelson) foi o primeiro da localidade a migrar para essa atividade. Em 1989, foram quatro trabalhadores, além de Nelson, Felipão e mais dois foram “para fazer uma experiência”. Nos anos posteriores a turma foi aumentando. Em 1991, seu Nelson, Felipão, Manoel e mais cerca de trinta trabalhadores foram para trabalhar numa usina em Capivari/SP.

Durante 15 anos, seu Manoel migrou para o corte de cana. Trabalhou nas Usinas Zambianqui, Santa Helena, Furlan, Costa Pinto. Atuou como cortador de cana e também como zelador.

Dona Madalena ficava em casa cuidando das crianças. Os filhos passaram a trabalhar e a freqüentar a escola. Mateus cursou até a terceira série do ensino fundamental; Neimar até a sexta série; Tiago até a quarta série e Bento até a terceira série do ensino fundamental.

Desde a adolescência, os filhos trabalhavam de “alugado” recebendo por diárias. Sobre este período Neimar, comenta que: “Nos trabalhava na diária de primeiro ai, não dava nem pra ir pra cidade, nem uma passagem pra ir pra cidade. Hoje você trabalhando na diária lá dá pra ir pra cidade, comprar um quilo de carne, mas hoje. Mas na época o cara trabalhava a semana todinha pra comprar dois quilos de feijão, dois quilo arroz”.

Em 1998, o último filho, Bento adoece, passa a ter crise de convulsões. Esse fato influencia na organização do trabalho na família. Dona Madalena passa a se dedicar por mais tempo para cuidar do menino, que teve diversas internações nos hospitais de São José de Piranhas e Cajazeiras e, posteriormente, acompanhando o tratamento do filho, que, inicialmente, eram viagens quinzenais para João Pessoa. Na medida em que o menino foi se recuperando as viagens para a capital passaram a ser mensais, depois trimestrais, semestrais. Isso até 2008, quando não foi mais necessário ir até a capital, tendo consultas periódicas ali mesmo no hospital do município.

Já os irmãos Neimar, Mateus e Tiago tiveram que abandonar os estudos e intensificar os trabalhos, para juntamente com seu Manoel, trazer recursos para a família, que necessitava de um aporte maior de dinheiro para pagar exames e comprar remédios para Bento. Sobre este fato Tiago comenta que: “Foi em noventa e oito até agora. Oxe, nois sufrimos véio. Nois só faltava morrer de trabalhar, era exame e não tinha de onde tirar véio. Até de exame de dois mil reais sem ter de onde tirar.”

Em 2002 o filho mais velho, Mateus, acompanhou o pai para os canaviais paulistas. Em 2003 foi a vez do segundo filho, Neimar, iniciar na atividade. Em 2005, Tiago também passou a migrar. Sobre essa possibilidade de trabalhar no corte de cana-de-açúcar em relação ao trabalho “alugado” nos roçados da Paraíba, Neimar explana que: “Era miserável mesmo (o trabalho na PB). Ai quando apareceu isso (o corte da cana-de-açúcar), o pessoal não quer mais se escravizar. Aqui o cara não ganha muito, mas sempre trabalhando um mês, ganha pelo ano todinho na Paraíba”.

Pelo que aparece nos discursos dos cortadores de cana, a possibilidade de receber mais recursos é o fator elementar para optar pelo trabalho nos canaviais paulistas. A frase “era miserável mesmo”, se refere ao pagamento do trabalho nos roçados da Paraíba. O diálogo apresentado a baixo traz mais elementos:

Por que, o pessoal saiu das fazendas e começou a morar na Boa Vista ou passou a morar em qualquer lugar?

Qualquer lugar eles tão morando. Fazendo sua casa, compra às vezes seu pedaço de terra e morando. E não tem mais aquele dono de terra com renda não, eles faz vez hoje, um dono de terra, que tem muita terra, aqueles fazendeirão rico daquela época, os caras sempre dão terra de graça trabalhar e os caras não quer trabalhar.

Preferem vir cortar cana. Dá mais?

Dá mais lucro.

Então tu teria a alternativa de trabalhar lá, mas tu prefere vir trabalhar aqui.

Se fosse pra viver pior do que eu vivo hoje eu tinha.

Por que paga muito mal?

Paga mal demais. (Entrevista com Neimar, cortador de cana-de-açúcar, Piracicaba, 16 de outubro de 2010).

Neste trecho da entrevista, Neimar aborda o tema das transformações que ocorreram no meio rural do município e, também, a preferência dos camponeses, ex-moradores e seus filhos, dos rendeiros e até dos pequenos proprietários, em trabalhar nos canaviais do sudeste do que nos roçados sertanejos. A afirmação “se fosse pra viver pior do que eu vivo hoje, eu tinha” (trabalho nas fazendas da Paraíba), demonstra a busca de um trabalho “que tenha futuro”, e que nesse caso, o trabalho nos canaviais assim se apresenta em relação ao trabalho nas fazendas de gado do sertão. Outro dado que podemos refletir a partir destas informações expostas por Neimar, é a concorrência que este novo mercado de trabalho, criado com as migrações, estabelece com o mercado de trabalho já estabelecido da agropecuária sertaneja. Esse elemento, também verificado na pesquisa de Menezes (1985), é presente também no contexto atual. A diferença é que até a década de 1990, as migrações eram direcionadas para os centros urbanos, e atualmente são para o agronegócio.

No trecho a seguir, Neimar aponta as vantagens do trabalho nos canaviais:

Tu ta me contando que trabalhando aqui num mês...

Num mês tu tira a safra da Paraíba por um ano.

Que outras vantagens têm além dessas do ganho?

No final do ano, se o cara trabalhar bem, dá pra comprar alguma coisa pra você. Uma moto, alguma coisa, um pedaço de terra, uma casa.

Ai tu ganha a diária mais a produção?

Tu ganha a produção no dia que trabalha. Agora o dia que tu for pra roça só, sem cortar cana, você ganha a diária.

O mínimo é 18 reais, e num dia bom tu pode ganhar?

Eu cheguei a ganhar 70, 80 reais.

Mas é média é ganhar quanto, uns 40 reais por dia?

30, 25 reais por dia.

Tu trabalha quantos meses?

Seis, sete meses. Até oito meses que a gente trabalha.

Dai tem o seguro desemprego?

Esse ano tem o seguro.

Por que nesse ano tu tem seguro?

Por que trabalha um ano. Por que não é todo ano que ganha seguro, tem que ter um tempo de mês pra poder ganhar o seguro. Fosse todo ano ganhar o seguro era bom demais. A cada três anos se tem dois seguros.

E o FGTS é a cada quanto tempo?

Todo ano se pega o FGTS.

O FGTS é quanto?

Varia da produção.

Mas em porcentagem?

Ele paga 50%, o ganho que parece. Não sei como explicar direito isso ai. Chegou a ser até 1050, num ano que trabalhei.

No fim do ano tu recebeu mais 1050 de FGTS, a tua média salarial foi de quanto?

800 reais.

E mais quatro meses de seguro desemprego.

Eu peguei seis meses em 2008.

Por que?

Por causa que em 2008, a Cosan trabalha com todo tipo de coisa. Deu uma parcela única por causa do negócio que deu lá né, de produção, deu uma parada lá, ela deu mais duas parcelas.

E 2009 tu não veio?

Não vim por que não quis vir, tava com vontade de ficar um ano em casa. Fazia tempo que eu não ficava em casa, tava com seis anos direto. Tava abusado, ai fiquei um ano pra relaxar. (Entrevista com Neimar, cortador de cana-de-açúcar, Piracicaba, 16 de outubro de 2010).

O trabalho na *diária* nas propriedades sertanejas é realizado de maneira informal, ou seja, sem a contratação via a carteira de trabalho profissional. Já o trabalho nos canaviais do agronegócio, é realizado com a contratação da carteira de trabalho, e isso permite ao trabalhador acessar direitos como o FGTS e também o seguro-desemprego.

O fato do corte de cana-de-açúcar, ser uma atividade melhor remunerada, permite como descrito à cima “comprar alguma coisa, uma moto, um pedaço de terra, uma casa”. São objetos de consumo que não seriam possíveis de serem comprados, trabalhando na *diária* da agricultura local.

É comum também um período de recesso, tirado pelo próprio trabalhar, a cada tempo, para ficar no sertão junto com sua família. Nesse período, geralmente, o trabalho na agropecuária do sertão é o destino para estes camponeses; seja em suas próprias terras, seja nas outras propriedades da região (tanto pequenas, como médias e grandes). Outra possibilidade de trabalho é vender roupa em outros estados do nordeste.

Os recursos obtidos com o trabalho nos canaviais paulistas são utilizados pela família da seguinte maneira: uma parte é para gastos com a sobrevivência; outro montante vai para os gastos com o tratamento do irmão mais novo, Bento; em 2004 fizeram a reforma da casa; em 2005, compraram a moto; em 2008 compraram 10 hectares de terra que fora vendida em 2010 para a compra de uma camionete D20; em 2011 na festa de casamento de Neimar e na construção de sua casa.

A lógica de organização dos recursos pode ser lida com a perspectiva teórica de Wolf (1970), que em seu estudo intitulado *Sociedades Camponesas*, descreve a existência de uma organização do trabalho que busca efetivar um *fundo de manutenção* para que se alcance “o consumo diário de calorias alimentares exigido para compensar o desgaste de energia que o homem despense em seu rendimento diário de trabalho”(WOLF, 1970, p. 17) como também um *fundo cerimonial*, que visa arcar com as despesas das cerimônias realizada como meio de estabelecer relações sociais, como é o caso do casamento.

O aporte teórico de Wolf pode ser uma chave para compreender o que tenho chamado aqui de período de recesso. Nesta perspectiva, quando o trabalhador tem o *fundo de*

manutenção garantido para mais um ano, existe a possibilidade do mesmo de optar em ficar com a família e não migrar naquela safra.

A compra da camionete²⁰ está ligada com os planos de futuro dos três irmãos. Uma das possibilidades de trabalho em 2011 é de vender roupas nos estados do Maranhão e Pará. Em 2009, os três irmãos não trabalharam nos canaviais paulistas e ficaram pela Paraíba. Neste ano, trabalharam com um primo da família na venda de roupas nestes estados. Esse ramo se configura como uma possibilidade de trabalho para os camponeses da região. A lógica do negócio funciona da seguinte maneira: uma pessoa – *o empreendedor* – que dispõe de um montante de recursos para iniciar o negócio vai até o pólo de confecções de Pernambuco (na região de Caruaru e Santa Cruz de Capibaribe), adquire uma quantia de roupas (em sua maioria artigos femininos e redes), aloca uma quantia de trabalhadores e segue para os estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará e só retorna quando vender todo o lote. Geralmente são necessários de trinta a cinquenta dias para vender o lote de roupas. A remuneração dos trabalhadores é realizada por comissão nas vendas, em outras palavras, pelo salário por produção. O “dono da turma”, como é chamado o empreendedor, fica cuidando do estoque de roupas no carro e cozinha, enquanto os trabalhadores fazem as vendas. O pernoite geralmente é realizado em postos de gasolina, onde os trabalhadores dormem em redes.

Um dos planos dos três irmãos é entrar nesse ramo de negócio, alegando que seria mais vantajoso, pois estariam trabalhando para eles mesmos e praticamente todos os meses passariam por casa, na Boa Vista.

Outro plano de futuro, expresso por Neimar, é continuar com a migração para os canaviais paulistas. Dentro deste contexto se apresentam duas possibilidades. A primeira é de

²⁰ Outra possibilidade explicativa da compra da camionete é entender este veículo não apenas como um meio de trabalho (para vender roupas), mas também como sinal de prestígio. LOPES JUNIOR (2006, pg. 370-371) ao analisar o crime organizado no interior do Nordeste, descreve elementos que podem ser utilizados em nossa análise. O autor fala que “o que distingue essa nova situação (a qual, alguns mais apressados, denominarão de *globalização*) é o fato de que a luta social de vida e morte que é a luta pelo *reconhecimento* (algo que, não raro, traduzimos como *luta por honra e prestígio*) está cada vez menos alicerçada nos referenciais de distinção de algumas décadas atrás (dentre eles, *dignidade, respeito, sabedoria, conhecimento do seu lugar, saber entrar e saber sair*, etc.) e, mais na posse de bens posicionais e de recursos materiais que possibilitem o controle sobre territórios(...) Dentre os bens posicionais dessa nova economia simbólica nenhum é mais distintivo do que a picape cabine dupla (e Hilux, automóvel da marca Toyota é, de longe, o mais desejado)”. Pelo fato do modelo Hilux ser relativamente caro, podemos entender que os veículos são bens posicionais dos cortadores de cana, sobretudo a moto, mas também e por que não a camionete. Ao chegar no canavial em Capivari/SP, havia uma picape S10 cabine dupla, de um dos encarregados da Usina, estacionada na beira da estrada. Ao avistar a camionete um dos cortadores de cana assim se referiu “eita camionetão da porra, com uma dessas, eu como até a filha do prefeito lá no norte”. O exemplo ilustra essa tese explicativa, de que a camionete é um símbolo de prestígio.

continuar como cortador. A segunda é de organizar uma turma para outra Usina. Segundo Neimar:

Esse ano eu ainda venho um ano ainda, não sei se é pra cortar cana, mas eu venho um ano. Eu acho que vou trabalhar com turma aqui como o Paulo Henrique (fiscal da turma dele). Tô vendo ainda, não tenho certeza ainda, pra Cosan, e quem tá sabendo é você, ninguém precisa saber. O cara me chamou ali em cima (Bela Vista).

Tu já tem em vista uma galera?

Já. Eles têm que ver pra mim, eu acho que vou pegar uns 35 a 40.

Vai pegar dessa turma também alguns?

Tem uns caras aqui que vão trabalhar comigo.

E Felipão não vai ficar de mal contigo?

Felipão arruma muita gente fácil. Não vou trabalhar com o Paulo Henrique não, vou trabalhar com um outro cara. Vou vir de fiscal e se tiver alguém de medidor é o Tiago. E vou ver se arrumo outra vaga pra Mateus, de faxineiro, zelador, alguma coisa.

O cara te ofereceu o que pra organizar a turma?

Ele tá pra conversar comigo. Ele paga um salário melhor, um salário bom. Vão pagar uma quantia boa, um x a mais. Paga o tempo que o cara tá lá, procurando os cabras lá. (Entrevista com Neimar, cortador de cana-de-açúcar, Piracicaba, 16 de outubro de 2010).

Referente a este fragmento da entrevista, é importante observar que Neimar solicitou para não repassar a informação de que ele estaria sendo sondado para organizar uma turma de cortadores, para que a mesma não chegasse aos ouvidos de possíveis concorrentes, no interior do alojamento, que estariam sendo sondados para organizar equipes.

Em segundo lugar, deixa claro que o fato dele organizar uma turma, não macularia sua relação com seu atual “turmeiro”, seu Felipão, alegando que o mesmo tem facilidade de encontrar trabalhadores, pela experiência profissional adquirida. Em terceiro lugar, caso organizar a turma, buscará tarefas diferentes para seus irmãos, como a de medidor para Tiago e de zelador para Mateus. São tarefas menos penosas, que exigem menos esforço físico do que cortar cana, e também, como veremos no capítulo 3, estão num outro patamar da hierarquia existente no canavial.

Quanto ao futuro da migração para os canaviais, Neimar atenta para o processo de mecanização existente no agronegócio canavieiro.

Essa história aí das máquinas, como é que tá vendo essa história das máquinas cortar cana.

A ruindade que vai ficar é que o cara só vai trabalhando em buraco, por que as canas melhor que tá em cima, o cara não pega, só se pega cana nas barocas e pedras, as canas nos planos, eles vão comendo, vai deixando o cara só nas bombas embaixo. É pior de cortar e a produção é menor.

Tu acha que a mecanização é um negócio sem volta, que vai terminar com o corte manual?

Eu acho que pra terminar, de uma vez não consegue não, mas um dia eu acho que para né.

Tem mais máquinas agora do que quando tu começou a cortar?

Quando eu comecei era difícil de ver uma, e agora você vê, só nessa usininha, bem pequenininha, nove máquinas.

O que você tem pensado, por exemplo, se fechar essa possibilidade de cortar cana?

Tem que mudar de ramo, procurar um ramo que de melhor, qualquer tipo de ramo que de melhor. Investir em alguma coisa que dê, cara não sabe direito, mas tem que investir numa coisa que dê pra você ganhar por lá. (Entrevista com Neimar, cortador de cana-de-açúcar, Piracicaba, 16 de outubro de 2010).

O trabalhador percebe a evolução do corte mecanizado, e a conseqüente eliminação de postos de trabalho. Descreve que com a introdução de máquinas, restaram as canas dos terrenos em declive para os trabalhadores manuais. E, diante da possibilidade eminente do fechamento dessa possibilidade de trabalho, visualiza que a saída é realizar investimentos em sua região de origem.

As dúvidas em relação ao futuro no trabalho canavieiro acompanham não somente Neimar, mas milhares de camponeses trabalhadores migrantes. Porém, isso não é motivo de desânimo. As afirmações de que a condição de cortador de cana é passageira, e de que sabe-se buscar outras possibilidades de trabalho é corrente entre os trabalhadores.

Numa conversa informal, no alojamento, Neimar e seus irmãos discutiam com outros trabalhadores, mostrando que as mudanças ocorrem, como foi no tempo em que na Paraíba só se plantava algodão, porém depois da queda deste ciclo, outras atividades foram surgindo e as pessoas buscando outros meios para trabalhar.

Antes de finalizar, é importante mencionar alguns trechos onde seu Manoel faz referência às políticas sociais, e seus impactos na vida cotidiana dos camponeses. Ao chegarmos à casa de seu Manoel, numa tarde calorosa de dezembro, ele comentava que em 2010:

A seca foi tão forte e não houve emergência, mas por que, por que tem bolsa escola, fome zero e mais, um bucado de coisa né. E o povo tinha umas coisinhas, não tinha muito, mas tinha pra comer, por que, mode o governo, ajudou, por que antes tinha aquele Fernando Henrique, e ele não ajudava não. (Entrevista com Seu Manoel, aposentado, ex-cortador de cana, São José de Piranhas, 22 de dezembro de 2010)

Nas secas anteriores, como a de 1998, o governo organizava as chamadas “emergências”, que consistia em contratar os camponeses para fazer obras públicas como a construção de estradas, de açudes e etc. Porém, o pagamento pela jornada de trabalho era insuficiente. Segundo seu Manoel, “Por que também não dava. O que o cabra ganhava na emergência, cabra com quatro, cinco filhos, não dava pra comprar comida”. Dessa maneira,

era comum, a ocorrência de saques aos estabelecimentos que estivessem com estoques de alimentos provenientes do governo.

O cabra ajuntava tudo aqui. De 50 a 60 pessoas, 200 peão. Quando chegava em Cajazeiras e em São José de Piranhas, não tinha quem não botasse um saco de legumes na feira não. Se botasse os cara esvadia. Aonde os cabra sabia que tinha os legumes do governo, os cabra ensinava, e nois ia buscar.(sic).(Entrevista com Seu Manoel, aposentado, ex-cortador de cana, São José de Piranhas, 22 de dezembro de 2010).

Os saques eram realizados com frequência até a década de 1990. Posteriormente, de acordo com os relatos ouvidos, as políticas sociais têm atendido aos itens básicos de alimentação destes camponeses, não necessitando mais recorrer a este tipo de prática social, em tempos de seca.

A família aqui citada não é beneficiária dos programas de repasse de renda, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família, pois não se enquadram nos critérios, devido ao fato de não terem crianças na família.

Neste capítulo, buscamos mostrar alguns fatores que originam o processo social de migração dos camponeses para o corte da cana-de-açúcar no agronegócio canavieiro. Pela trajetória da família, é possível perceber que a migração sazonal é uma estratégia de reprodução da família camponesa, e também, um meio para adquirir objetos que denotem prestígio e dignidade.

CAPITULO III

A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES MIGRANTES NO SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO



Figura 6: Canavial com trabalhadores migrantes. Foto: Maciel Cover – 29.05.2010.

Que vida cruel!

Essa é a vida que Deus nos Deus!

(Diálogo entre dois cortadores de cana, ao chegar ao canavial numa manhã de maio de 2010)

Nos capítulos anteriores mostramos como foi realizado o trabalho de campo e como são os espaços de origem dos trabalhadores migrantes. Nesta parte vamos mostrar o contexto onde se insere essa força de trabalho dos migrantes. Para tanto, este capítulo tem dois objetivos: Em primeiro lugar será explanado o espaço onde os camponeses migrantes se dirigem para trabalhar – o agronegócio canavieiro paulista. Dessa maneira, será abordada sua constituição histórica e sua caracterização atual.

Em segundo lugar, será descrito o contexto em que se realiza o processo de exploração da mais valia destes trabalhadores; as formas de organização do trabalho, as hierarquias sociais, que demarcam a posição dos sujeitos no desenvolvimento de práticas de dominação e controle ou de resistência.

O atual contexto agrícola e agrário brasileiro vem sendo tratado de diferentes maneiras pela literatura acadêmica. Termos com “Agricultura Moderna”, “Complexos Agroindustriais”, e “Agronegócio” têm uma tênue fronteira. Eles identificam o processo agrícola de integração à indústria; com altos investimentos de capital e tecnologia. Optamos por utilizar a noção de Agronegócio Canavieiro, seguindo a orientação de Heredia, Palmeira & Leite (2009):

Assim ao tratarmos dos processos relacionados ao “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, seja, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas. Em boa medida a permanência destas últimas tem sido apontada como “obstáculo”, “atraso” ou, ainda, como experiências “obsoletas” num meio rural cada vez mais industrializado. Isso implica, entre outras coisas, em questionar a capacidade da “noção” de agronegócio em tornar-se a chave explicativa das mudanças agrárias em curso (HEREDIA, PALMEIRA & LEITE, 2009, pg. 5).

Dessa maneira, nosso foco é analisar, também, as relações de trabalho no processo de modernização da agricultura canavieira e como a moderna agricultura lança mão de formas de super-exploração do trabalho.

3.1 - O setor do Agronegócio Canavieiro

Os dados deste setor são significativos para a economia nacional. O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, sendo responsável por 30% da produção internacional (MAPA, 2009, p.17). O setor sucroalcooleiro é responsável por 2,35% do PIB nacional, faturando cerca de R\$ 30 bilhões por ano²¹. Previsões²² indicam que em 2020, o setor contará com 8% de participação no PIB (POCHMANN, 2009).

São 72 mil unidades agrícolas produtoras²³ de cana-de-açúcar, sendo 413 usinas e destilarias em operação. Gera cerca de 3.6 milhões de empregos diretos e indiretos. As frentes de plantio e corte de cana empregam 800 mil trabalhadores. Destes, cerca de 400 mil são

²¹ Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária. (14/09/2010). *Valor das principais lavouras brasileiras pode chegar R\$ 163,8 bilhões este ano (Atualizada)*. Disponível via internet em www.agricultura.gov.br Acesso em 20/09/2010.

²² É necessário considerar que estas previsões parte da perspectiva de que a realidade social se mantém estática e evolui de maneira linear, o que é uma perspectiva no mínimo problematizável. Mas o fato é de que a tendência do setor do Agronegócio Canavieiro ter cada vez mais destaque no cenário nacional é pertinente.

²³ São unidades agrícolas produtoras de cana-de-açúcar as empresas agrícolas e propriedades rurais que produzem esta cultivar. Neste conjunto estão as usinas, destilarias, fazendas dos fornecedores, etc.

cortadores de cana²⁴. No estado de São Paulo²⁵, cerca de 40% destes trabalhadores são migrantes²⁶ (DIEESE, 2007). As lavouras de cana-de-açúcar ocupam cerca de 1% do território nacional²⁷. O estado de São Paulo é responsável por 55.3% (que corresponde a 5,5 milhões de hectares²⁸) da área plantada de cana no país e 59% da produção nacional (TEIXEIRA, 2010).

Essa pujança econômica, com um parque agroindustrial considerado moderno pela alta tecnologia adotada no processo de adubação do solo, cultivo e melhoramento genético da cana, fabricação do açúcar e do etanol, colheita mecanizada e etc. - coexiste ao mesmo tempo, com condições degradantes de reprodução da força de trabalho (POCHMANN, 2009). O acelerado ritmo e o esforço repetitivo realizado para aumentar a produtividade fazem com que a “vida útil” de um cortador de cana do século XXI seja inferior a um escravo no período de 1850-1880²⁹.

²⁴ De acordo com o estudo *Desempenho do setor sucroalcooleiro e os trabalhadores*, do DIEESE (2007, p. 17) “Nos tratos culturais e na colheita da cana-de-açúcar são empregados em torno de um milhão de assalariados no Brasil, segundo fontes empresariais (UNICA). É difícil precisar esse número, porque parte dos trabalhadores é empregada de forma clandestina e temporária. Também há variações conforme o clima, mudanças de remuneração nas demais lavouras e outros fatores. Levantamento de 11 federações vinculadas à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) nos 11 principais estados produtores apurou um total de 778.713 trabalhadores empregados nas safras e entressafras”.

²⁵ De acordo com Baccarin & Junior (2010), a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em julho de 2010, havia 163.272 trabalhadores contratados nas atividades de cultivo e corte da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo.

²⁶ Dados de fontes ligadas ao setor empresarial: UNICA. – União das Indústrias de cana-de-açúcar. (28/01/2008). *UNICA considera irresponsável reportagem da Bloomberg TV* <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={B1B84E47-946B-46D9-95E7-25B7FB86CF8B}> acesso 23/01/2011.

²⁷ Fonte: Jornal de Santa Catarina (20/09/2010). *Uma segunda geração para o etanol*. Disponível via internet em <http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/impressa/4,1914,3045462,15534> Acesso em 22/01/2011.

²⁸ Fonte: G1. Portal de Notícias da Rede Globo (20/09/2010). *Avanço da cana deverá exigir atenção do futuro governo de SP*. Disponível via internet em <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/avanco-da-cana-devera-exigir-atencao-do-futuro-governo-de-sp.html> Acesso em 22/01/2011.

²⁹ Fonte: Folha de São Paulo. (01/05/2007) *Pressionado a produzir mais, trabalhador atua cerca de 12 anos, como na época da escravidão*. Disponível em <http://www.sucro-ethique.org/Cortadores-de-cana-tem-vida-util.html> acesso 23/01/2011. De acordo com a reportagem: “A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, professora livre docente da Unesp (Universidade Estadual Paulista), diz que a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia. Esse esforço físico encurta o ciclo de trabalho na atividade. “Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão”, diz. Nas décadas de 1980 e 1990, o tempo em que o trabalhador do setor ficava na atividade era de 15 anos. A partir de 2000, “já deve estar por volta de 12 anos”, diz Moraes Silva. Devido à ação repetitiva e ao esforço físico, “ele começa a ter problemas seriíssimos de coluna, nos pés, câimbras e tendinite”, afirma.”

No ano de 2009, o setor canavieiro liderou com 31% os casos considerados como análogos a escravidão, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, foram 1911 trabalhadores libertados pelas equipes de fiscalização, em canaviais.

Afora estes casos que denunciam as condições de super-exploração, são comuns outras práticas de descumprimento da legislação trabalhista como excesso de jornada de trabalho e condições de alojamento não adequadas³⁰.

Vejam agora, a partir de algumas literaturas, como se constituiu o atual complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, palco da exploração da força de trabalho migrante.

3.1.1 - A modernização das usinas e os trabalhadores migrantes

A cana de açúcar é uma cultura produzida no Brasil desde a época em que o país era Colônia Portuguesa. Até a década de 1950, a produção nacional era liderada pelos estados do Nordeste, principalmente por Pernambuco e Alagoas.

O estado de São Paulo passa a ser o líder da produção sucroalcooleira nacional a partir da década de 1950, pelo fato de orientar sua produção para o mercado interno da região Sudeste, já que o açúcar da região Nordeste era voltado para a exportação. Além do mercado interno, também houve aumento da demanda no mercado internacional, devido ao embargo dos Estados Unidos à Cuba na década de 1960. A concentração e expansão da agricultura canavieira em São Paulo, também, resultou do fato do Estado brasileiro ter destinado maiores investimentos para a região Sudeste para a modernização de usinas. Assim, São Paulo

³⁰ “Em São Paulo, maior estado produtor de cana do país, não foram registrados casos de trabalho escravo em 2009. Mas isso não significou que os canaviais e usinas paulistas estejam livres de graves problemas trabalhistas. Roberto Martins de Figueiredo, coordenador do Grupo de Estadual Rural de São Paulo, uma equipe de 25 auditores do trabalho especializada na fiscalização do campo, explica que a causa das atuações mudaram nas últimas safras. Hoje em dia é mais raro encontrar no Estado cortadores de cana sem registro em carteira. No entanto são muitas as atuações por excesso de jornada e por violações à saúde e a segurança do trabalhador, como nos casos em que as instalações sanitárias não são adequadas, o transporte e até a frente de trabalho é feito em ônibus inseguro e não são fornecidos ao trabalhador equipamentos de proteção individual (EPI) e ferramentas com qualidade. Em 2009, o grupo rural fiscalizou 26 empresas do setor da cana na região de Bauru, 13 na região de Ribeirão Preto, e 7 na de São José do Rio Preto. Foram analisadas as relações trabalhistas de 32.939 pessoas. Os auditores verificaram principalmente o nível de respeito das empresas a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e à Norma Regulamentadora 31. Foram emitidas no total 72 autos de infração referentes a violações e à legislação e 166 à segurança”. (REPORTER BRASIL, 2010, pg. 15).

ultrapassou a produção do setor canavieiro da Zona da Mata Nordestina (ALVES, 2007; NOVAES, 2009; POCHMANN, 2009).

A partir da década de 1960, se desenvolve no Brasil um processo de modernização da agricultura, conceituada como conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1981), trágica (SILVA, 1999) e perversa (ALVES, 2009) pelo fato da estrutura social da propriedade não ter sido alterada, fortalecendo o latifúndio - não realizando a Reforma Agrária como nos países da Europa, da América do Norte e da América do Sul como é o caso do Chile - e mantendo relações de trabalho degradante.

A agricultura brasileira continuou a ter como características principais o latifúndio, como forma principal de estrutura social da propriedade; a produção de mercadorias para a exportação; a monocultura como forma técnica de produção, com plantações homogêneas de café, frutas, cana, gado; e com relação de super-exploração do trabalho, agora com a exploração do trabalho volante do camponês expropriado, como veremos a seguir.

É importante ressaltar a existência de uma agricultura de produção de alimentos desenvolvida pelos escravos e, posteriormente, pelos imigrantes europeus. Essa coexistência, muitas vezes, revelou uma relação orgânica entre o latifúndio e o minifúndio (SÁ JR. 1973). O minifúndio era caracterizado pela produção de alimentos e por fornecer força de trabalho aos empreendimentos capitalistas agrícolas e industriais.

O processo de modernização da agricultura foi um conjunto de ações realizadas no período pós-guerra, que envolveu mudanças nas técnicas de produção, com novas tecnologias que aumentassem a produtividade do trabalho e que elevasse a taxa de lucro. Como exemplos dessas tecnologias, podemos citar a utilização intensiva de insumos agroquímicos e a incorporação de tratores e colheitadeiras, que caracterizou o início de um processo de mecanização das atividades de plantio, cultivo e colheita de produtos agrícolas, que por sua vez eliminou postos de trabalho no campo. Nas relações de trabalho, expandiu-se o trabalho assalariado como relação principal, substituindo as relações do colonato e morada. Na legislação, a criação de aparatos jurídicos como o Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, deu bases legítimas para a expropriação dos camponeses e a formação de uma força de trabalho livre. O Estado teve um papel fundamental na distribuição do crédito rural, financiando todo o processo, priorizando regiões sudeste e sul, e as grandes propriedades, como explana Graziano da Silva (1981):

Finalmente, um importante ponto a considerar é que a transformação capitalista da agricultura brasileira tem que estar referenciada à política do Estado que, sem sobra de dúvida, tem criado mecanismos que favorecem a capitalização da grande

propriedade. Dentro dessa política, destaca-se como principal instrumento o crédito rural, que tem privilegiado o grande proprietário de terras, por poder dá-las como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 39).

A modernização da agricultura consolidou a lógica capitalista de produção em determinadas regiões do campo brasileiro como é o caso da região de Piracicaba/SP. A partir de uma abordagem inspirada em Santos (2004) e Pochmann (2009), este processo de modernização, com a colaboração do Estado, fez surgir dois circuitos econômicos distintos.

O setor do Agronegócio Canavieiro paulista aparece como um circuito econômico que tem como características a difusão de tecnologias consideradas modernas, tendo um conjunto de políticas públicas como crédito financeiro e apoio tecnológico. Este circuito econômico subordina a dinâmica de outros circuitos econômicos, como a agricultura familiar que dispõe de um montante menor de capital financeiro. Essa relação assimétrica é reforçada com a modernização da agricultura, que irá permitir o fortalecimento dessa exploração entre regiões, fator circunstancial para a ocorrência das migrações. O montante maior de aplicação de capital estatal e privado, na agricultura paulista, permitiu o desenvolvimento diferenciado nos meios de produção o que faz demandar de força de trabalho, e que no caso, nos últimos anos, tem sido a força de trabalho migrante, como explicaremos a seguir.

É necessário perceber, como nos orienta Rosa Luxemburgo (1985), em seu texto sobre o processo de acumulação do capital, e mais recentemente David Harvey (2009), ao estudar o “novo imperialismo”, que o capital como processo social necessita de outras lógicas de produção para o processo de acumulação primitiva ou, nos termos de David Harvey (2009) de “acumulação por espoliação”. Neste caso, a relação entre o agronegócio canavieiro paulista com a agricultura familiar do sertão paraibano pode ser entendida como “acumulação por espoliação”. O agronegócio canavieiro paulista explora a força de trabalhadores migrantes provenientes de áreas de agricultura familiar da região Nordeste do Brasil. Como indica a pesquisa de Novaes (2007), o agronegócio se utiliza da força de trabalho jovem (sobretudo na faixa dos 18 a 40 anos), portanto, no período da vida em que o trabalhador dispõe de mais energias, sendo mais produtivo. Quando o trabalhador já não tem mais a capacidade física e saúde para suportar o desgaste do trabalho do corte de cana, o que, muitas vezes, se revela em doenças, incapacidades físicas, ele terá que buscar na agricultura do sertão e outras atividades em seus municípios meios para sua sobrevivência. Essa é uma característica que constitui e diferencia estes dois circuitos econômicos.

Na lógica capitalista de produção, o processo de trabalho agrícola passa a ser determinado pelas necessidades de produção da indústria. A indústria, por sua vez, organiza

sua produção a partir do mercado consumidor, e no caso do agronegócio canavieiro, a demanda por etanol é fundamentalmente organizada pelas necessidades dos agentes dispostos num mercado global.

De acordo com Pochmann (2009), a crise mundial do petróleo da década de 1970 abriu a possibilidade de consumo de novas fontes energéticas, dentre elas, o etanol. O governo brasileiro passa a investir num Programa de Incentivo a Produção de Álcool, o Proálcool, aplicando investimentos no setor. O processo de desindustrialização causado pelos anos de neoliberalismo, fez com que a agricultura de exportação, o chamado agronegócio das commodities, tivesse um papel fundamental na balança comercial. Os tratados assinados com o FMI na década de 1980 exigiam exportações agropecuárias, e nisso o agronegócio passou a ter mais investimentos e, conseqüentemente, foi assumindo um papel importante na economia nacional.

Dessa maneira, o agronegócio canavieiro se firma no cenário nacional e, ganha novo impulso nos anos 2000, com a emergência do etanol como uma das soluções energéticas para manter o padrão internacional de consumos de combustíveis³¹, tendo em vista as previsões de esgotamento das fontes energéticas não renováveis como o petróleo.

Alves (2007) chama atenção para um elemento importante a considerar na constituição do atual agronegócio canavieiro, que foi a abertura da concorrência interna no mercado, pois até 1998 quem determinava o preço do açúcar e o álcool era o Estado, através do Instituto do Açúcar e Álcool – IAA. Dessa maneira as usinas tinham uma média de lucro garantida, pela política de preços do estado.

A livre concorrência exigiu das usinas programarem inovações na produção, que fossem eficientes para aumentar a taxa de lucro. As usinas adotaram um novo paradigma de produção, baseado nas seguintes perspectivas:

- a) Mecanização do plantio e corte da cana crua;
- b) Automação no controle do processo de produção industrial;
- c) Busca de uniformidades dos produtos;
- d) Inovações no sistema de logística para transportar a cana de açúcar do campo;
- e) Aumento da sacarose na produtividade agrícola;
- f) Aumento da produtividade industrial instalada;

³¹ Um dos fatores para o aumento da produção de etanol é o aumento na produção de carros com a tecnologia flex, que utilizam tanto gasolina quanto álcool. De 2003 a 2009, a produção de carros flex aumentou em 55 vezes. Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA. Disponível via internet em <http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/> acesso em 21 de setembro de 2010.

- g) Aumento da produtividade do trabalho, com redução de postos de trabalho e técnicas de gestão;
- h) Pagamento da força de trabalho via salário por produção;

Dentro desse paradigma de produção, a empresa agrícola passou a se organizar a partir dos princípios da racionalização dos processos produtivos e do trabalho, ou seja, influenciada pelos padrões toyotistas de produção. Portanto, o processo de subcontratação de mão-de-obra passou a ser freqüente (POCHMANN, 2009).

A lógica empresarial industrial em que as usinas canavieiras se inserem tem como características a incorporação dos princípios de gestão do toyotistas, hegemônicos na gestão empresarial e na organização do trabalho contemporâneo.

Para abordar este tema da gestão do trabalho, presente no universo do agronegócio canavieiro, nos baseamos em Antunes (2002), que explica que os paradigmas de gestão do trabalho, no modo de produção capitalista, têm como objetivo final a extração cada vez mais elevada de mais-valia, para obter mais acúmulo de capital para a empresa. Para Antunes:

similarmente ao fordismo vigente ao longo do século XX, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia (ANTUNES, 2002, pg. 34).

O toyotismo passa a ser hegemônico na gestão do trabalho na década de 1970. Esse método foi criado no Japão, nas fábricas da empresa automobilística Toyota, permitindo uma acumulação de capital maior do que as empresas estadunidenses, que se baseavam no método fordista/taylorista. Antunes (2002) sintetiza o que vem a ser o Toyotismo:

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade, que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultando de introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolvem-se numa estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente, a desconcentração produtiva, as empresas terceirizadas etc. Utiliza-se novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva na seqüência as condições de trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “ multifuncional”, “ qualificado”, combina com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre as

diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 2002, pg. 28-29)

É possível identificar este método de gestão no agronegócio canavieiro, a partir dos seguintes elementos:

- a. Produção vinculada à demanda do mercado consumidor: o açúcar e etanol são vendidos antes mesmo de serem produzidos, nas Bolsas de Valores. Assim, nas usinas, o estoque de produção é apenas o suficiente para cobrir os meses da entressafra (Dezembro-Fevereiro)³².
- b. Mecanização e automação flexível, de acordo com as necessidades de mercado: apesar de existirem máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar, desde a década de 1990, este setor ainda não foi completamente mecanizado pelo fato de que é mais rentável a subcontratação de mão-de-obra, em determinadas ocasiões (ALVES, 2009).
- c. Melhor aproveitamento possível do tempo de produção (Just in time), produzindo somente a mercadoria necessária, no tempo necessário: o corte de cana é determinado pela necessidade da usina, até pelo fato de que a cana perde qualidade se depois de colhida demorar a ser esmagada. Outro exemplo é a própria racionalização da moradia dos trabalhadores migrantes em alojamentos, o que permite otimizar o tempo de trabalho.
- d. Estrutura de trabalho horizontalizada baseada na *teoria do foco*, ou seja, a empresa produz sua especialidade, terceirizando grande parte do processo produtivo. Assim, as frentes de carregamento e transporte são terceirizadas. A frente de plantio e colheita não é terceirizada legalmente, pelo fato das constantes denúncias e fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, porém no cotidiano do trabalho, atuam de maneira autônoma. Dessa maneira, as operações da lavoura não são preocupações centrais da usina, já que o foco que é produzir os derivados da cana-de-açúcar.

³² Os dados destas informações se baseiam em fontes empresariais, acessadas nos sites ligados ao setor como: 1) <http://www.blogindustrial.com.br/index.php/2010/01/18/grande-parte-do-estoque-de-acucar-foi-exportado-em-2009/> 2) <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=82025> 3) <http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={D6C39D36-69BA-458D-A95C-815C87E4404D}> Todos os acessos em 30/01/2011.

- e. Inserção da ideologia de “vestir a camiseta da empresa”, buscando o controle não só da força física, mas também da produção cognitiva: essa constante é percebida nos discursos tanto de cortadores como de fiscais expressa numa frase de seu Chico: “a empresa é como um corpo depende do meu trabalho e do trabalho de todos, para que todos ganhem. Se a empresa vai bem eu também vou bem”. (Seu Chico, migrante paranaense estabelecido, fiscal-motorista).

É este modelo de gestão da força de trabalho que orienta a contratação de trabalhadores migrantes, provenientes de áreas rurais de Minas Gerais e de diversos estados da região Nordeste brasileira, como é o caso que estudamos na Usina Peperoni em Santa Barbara d'Oeste, onde todos os cortadores de cana são migrantes temporários oriundos dos estados da Paraíba e Ceará.

3.1.2 - O sentido histórico das relações de trabalho no canavial: da herança escravista à inserção de migrantes

Para compreender a configuração atual das relações de trabalho do agronegócio canavieiro e o subjacente processo de dominação, faz-se necessário considerar alguns elementos históricos das relações de trabalho na agricultura brasileira. Em primeiro lugar, é necessário recordar que a economia brasileira teve como característica fundamental a utilização de força de trabalho escrava durante três séculos. Não é objeto desta pesquisa analisar os resquícios dos três séculos de escravidão no Brasil, mas é importante mencionar que no trabalho de campo foi constatado que os “encarregados gerais” e os “fiscais” ainda são chamados de “feitores”, por pessoas idosas que vivem na região. “Feitor” era a denominação dos “arregimentadores” dos escravos no período colonial.

Após a lei áurea de 1888³³, o colonato foi o regime predominante nas fazendas agrícolas de São Paulo. O sistema do colonato no sudeste como o sistema de morada (ANDRADE, 1986; SIGAUD, 2004) no nordeste, consistem, portanto na organização da propriedade da terra baseada no latifúndio, que explora a força de trabalho camponesa. Os camponeses organizam seu tempo de trabalho entre a fazenda e o cultivo de alimentos nas glebas, que são cedidas pelo grande proprietário de terras, em troca do trabalho. Porém, a propriedade da terra permanece com o latifundiário e, também o poder de decidir o tempo de permanência do camponês sobre suas terras.

³³ Lei que define a abolição da escravatura no Brasil.

Esta relação de trabalho, pouco comum na atualidade, foi quase totalmente substituída por relações capitalistas de produção. Observamos que parte dos cortadores de cana, oriundos da região Nordeste são filhos de ex-moradores, que foram expulsos ou saíram das terras dos patrões nas décadas de 1970 e 1990, como é o caso da família do cortador de cana migrante de Neimar, que relatamos no capítulo II deste trabalho. Outra expressão das transformações do colonato nas relações de trabalho assalariada no agronegócio canavieiro é que, em muitas fazendas, verificamos que os alojamentos para os trabalhadores migrantes são construídos nas antigas vilas onde havia as casas dos colonos. Em alguns casos, ainda são aproveitadas as antigas construções para alojar os migrantes.

Maria Aparecida Moraes da Silva (1999) no livro *Errantes do Fim do Século* trata das transformações ocorridas nas relações de trabalho nas áreas rurais de São Paulo a partir dos anos 1960. O Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, promulgado na ditadura militar, consolidou a mudança nessas relações de trabalho, pelo fato dessa nova legislação exigir que o proprietário fosse obrigado a arcar com 27% de encargos trabalhistas, além do salário, o que implicava num aumento de despesas. A ocorrência de casos de trabalhadores que acionavam este direito na justiça, fez com que os proprietários agissem de maneira preventiva, desfazendo-se dos seus colonos ou moradores. O Estatuto do Trabalhador Rural, ao mesmo tempo em que assegurava os direitos trabalhistas ao morador, fazia com que o proprietário se desfizesse de seus inquilinos, pois manter essa força de trabalho e cumprir com a nova legislação seria oneroso.

Dessa maneira, houve um considerável aumento no deslocamento destes camponeses para as cidades. Os trabalhadores das grandes fazendas se transformam em assalariados e passam a morar nos bairros das cidades circunvizinhas aos latifúndios, se deslocando com um transporte posto pela fazenda ou por terceiros, geralmente num caminhão, que passava no bairro recolhendo os trabalhadores diaristas.

O processo de transformação das relações sociais no meio rural denota o surgimento de uma nova categoria no campo brasileiro, o trabalhador *volante*, que já não tem amarras a somente um patrão como no período anterior (SILVA, 1999). É um proletário que mora nas periferias das cidades e vende sua força de trabalho para os latifundiários através de diárias, já que a produção agrícola é marcada pela sazonalidade, o que torna oneroso para a empresa agrícola manter a força de trabalho no período em que não há tarefas na lavoura.

É uma característica do período de acumulação primitiva expropriar um conjunto de pequenos proprietários para que formem uma classe livre que venha a vender a mercadoria irredutível da força do trabalho. Na literatura acadêmica há diversos trabalhos que tratam

deste processo de expropriação de camponeses, como o famoso capítulo XXIV da conhecida obra denominada de *O Capital* de Karl Marx (1973), e também em Silva (1999), Stolcke (1986).

Agora essa força de trabalho é livre e pode ser mobilizada pela dinâmica espacial e temporal do mercado de trabalho capitalista. A mobilidade desta força de trabalho engendra as regras do controle e da dominação. A implantação da forma de salário por produção reforça as diferenças de habilidades entre os trabalhadores, provocando diferenças entre seus rendimentos e estabelecendo a concorrência, que estimula a intensidade do trabalho e o aumento da produtividade, como veremos abaixo.

Um novo sujeito social surge neste contexto, trata-se do agente mediador entre a fazenda e os trabalhadores, popularmente conhecido por “gato”. Este agente é um intermediário entre a *força de trabalho*, e o *capital* (MENEZES, 2002). Faz a tarefa de organizar as turmas, se remunerando (pelo menos num primeiro momento) com a exploração dos trabalhadores. Essa figura social, o “gato”, surge juntamente com o trabalhador volante, no processo de modernização da agricultura. Para Silva (1999)

O surgimento do “gato” deve ser entendido nos contextos da circulação da força de trabalho, da eficácia da lei como instrumento de negação do trabalhador e do mascaramento das relações entre patrões e empregados. Como já foi assinalado, os patrões se escondem sob o envelope dos “gatos” (SILVA, 1999, pg. 114).

O controle da força de trabalho através da fiscalização dos agentes mediadores (conhecidos como “gatos”, mas identificados, no caso do grupo estudado como “turmeiros” ou “chefes de turma”), também, garante maior produtividade e caracteriza o exercício da dominação (SILVA & MENEZES, 2008).

A partir da década de 1980, há uma expansão da contratação de trabalhadores migrantes, oriundos de Minas Gerais e da região Nordeste. O relato de agenciadores de mão de obra da região de Cerquilha/SP, os senhores Borges e Jonas revelam esse processo de inserção de migrantes:

Eu vou contar pra vocês. Quando meu pai começou. Isso é coisa que faz tempo já. (década de 1980). O pessoal lidava com mineiro lá. Na época. Era tudo largado mesmo, não existia registro e nada. Não tinha pessoal melhor pra trabalhar do que mineiro. Só que o pessoal no norte não tava migrando pra lá, certo. O pessoal não ia. E ninguém também imaginava que o pessoal aqui iria cortar cana lá. Ai as Usinas, na época, tinha varias usinas independentes né, hoje é tudo grupo Cosan, é forte. E trabalhavam com 500 mineiros, outras 400. Só que quando os mineiros iam pra lá, eles queriam fazer o que eles queriam. Tipo, eles achavam que a usina não funcionavam sem eles. E não conseguia trabalhar sem eles, pois na época não tinha maquina. Então eles chegavam na usina e faziam o que queriam. “oh, eu quero fazer

isso, fazer isso, fazer isso”. Ai começou imigrar nordestinos daqui pra lá. Indo por conta acho que ia. Aqui do Ceara, da Paraíba. Iam pra chegar lá, iam sem destino. Chegavam lá, começaram a trabalhar e o pessoal começou a gostar. Ai foi pegando esse conhecimento. Isso foi a 20 anos atrás né, 25 anos. Ai foi pego conhecimento, conhecimento, conhecimento. Agora duns 15 anos pra cá que começou o pessoal vindo contratar e da uma opção de vida melhor pra pessoa né. Agora sem discriminar ninguém. Lá em São Paulo, paraibano e cearense mata a pau. Não desmerecendo os baianos e os mineiros, de maneira nenhuma. Só que eles no começo, eles aproveitaram, eles acharam que a Usina nunca ia, a Usina precisa deles, eles não precisavam da Usina,entendeu? E tem Usina que trabalha com mineiro ainda, mas é pouco. Só que eles mudaram também, eles viram que eles perderam o campo deles, então mudaram, eles dependem de ir pra lá (Borges e Jonas, Agenciadores, Brancos, 10.04.2010).

Conforme relatei no primeiro capítulo deste texto, entrevistamos estes dois agenciadores em São José de Piranhas/PB, em abril de 2010. São dois senhores, Borges tem 42 e Jonas tem 40 anos de idade. São filhos de um migrante baiano, que rumou para o estado de São Paulo na década de 1960 e a partir da década de 1980 passou a trabalhar como “gato” para esta usina. Eles seguiram no ramo de negócios do pai. E passaram a viajar para a região Nordeste desde 2003, para fazer o processo de “triagem” dos trabalhadores.

O relato dos entrevistados mostra como a migração dos mineiros e baianos é anterior a de outros estados da região Nordeste, marcando uma hierarquia espacial e temporal dos trabalhadores.

Com o crescimento das plantações de cana-de-açúcar, devido à crescente demanda por etanol em nível global, aumentou também a necessidade de força de trabalho pré-disposta, ou pré-parada para atuar na atividade agrícola. Como nos relata Sr. Borges e Sr. Jonas:

É o seguinte. Lá (no estado de São Paulo) tem muita empresa. Hoje se você tem um filho lá hoje, com 18,19 anos, ele não quer cortar cana. Ele vai trabalhar na empresa lá. E lá as empresas lá pagam melhor do que aqui. Aqui no norte. Tipo assim, aquele que não teve estudo, a lei, com menos de 18 anos tu não pode por trabalhar. Se pega. Ai, aqui no norte não sei, tem molecada. Hoje, os pais são cientes, não deixa mais trabalhar muito, mas um pouco ensina, desde novinho. Lá em São Paulo, se tu pega um moleque pra ensinar cortar cana lá, **ele prefere ir roubar**. Se ele tem estudo não, ele vai optar por outra coisa né, agora aquele coitado que é classe baixa, se ele não estudou, não teve uma faculdade, não teve curso nenhum, ele vai aprender o que? Até os 18 anos? Nada, só rua, rua, rua. Ai vai cortar cana. Cortar cana não é aquele serviço de matar o ser humano. Mas também não é moleza, não é mulher te dando beijinho né. Ai o moleção com 18 anos vai lá, dois dias e sai (Borges e Jonas, Agenciadores, Brancos, 10.04.2010).

Este relato revela a necessidade específica do setor, por força de trabalho adequada à atividade agrícola. A gama de possibilidades do mercado de trabalho industrial é preferida pelos habitantes das cidades do estado de São Paulo, em *potencial* para cortar cana. Os descendentes de camponeses e de trabalhadores volantes que, diferente dos pais, tiveram

acesso a escolarização, agora disputam espaço no mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Os trabalhadores que migraram na década de 1980, dos estados do Paraná e Minas Gerais, buscam empregos nas cidades ou em tarefas nos canaviais, mas como tratoristas, motoristas, etc. O trabalho manual na lavoura de cana é penoso e visto como inferior a dignidade humana, que pelo relato é preferível “roubar”, ou seja, cometer um ato considerado socialmente ilícito e criminoso, do que cortar cana. O discurso destes agentes entrevistados desqualifica os trabalhadores do Estado de São Paulo, se referindo como “aquele coitado que é classe baixa”. De qualquer maneira, nos fornece elementos para uma explicação ao fato da preferência das usinas pelos trabalhadores migrantes.

Neste contexto é que os mediadores de força de trabalho se dirigem sertão adentro (primeiro Minas, Bahia, e depois o sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão) em busca de trabalhadores temporários. Estes por sua vez aderem ao trabalho por diversos fatores já explicados no capítulo II deste trabalho.

A migração de camponeses sertanejos se dá de maneira espontânea num primeiro momento, porém posteriormente as usinas organizam um processo de seleção dos trabalhadores, que se dá através de redes sociais de parentesco e amizade.

Ocorre que, as usinas e os “gatos” de São Paulo, vão fazendo parcerias com os trabalhadores que se destacam no corte de cana, pela produtividade e pela obediência. Dessa maneira, ao voltar para a região Nordeste, este trabalhador irá organizar uma turma de cortadores que sejam produtivos e obedientes. Menezes (2002, pg. 129-130) ao analisar o sistema de recrutamento dos trabalhadores migrantes paraibanos em usinas da zona da mata pernambucana, define estes trabalhadores como arregimentadores, que atuam como *uma espécie de empreiteiro*. Para Menezes:

Segundo definição de um dos gerentes da Usina São José, o arregimentador *faz a ligação entre capital e trabalho*. Em geral é uma pessoa proveniente do local de origem dos migrantes, e atua como intermediário entre a usina e os trabalhadores, no que diz respeito ao recrutamento do trabalho a vida nos alojamentos. Normalmente é um corumba³⁴ que conseguiu ganhar a confiança dos gerentes da usina, e é respeitado entre os migrantes. Os escolhidos para esta função são considerados *bons trabalhadores*, classificação que identifica aqueles que trabalham arduamente, não reclamam nem reivindicam e aceitam as condições de trabalho e vida que lhes são impostas (MENEZES, 2002, pg.129-130).

Assim surge a figura do *turmeiro* que geralmente é um ex-cortador de cana, que organiza a turma a partir dos seus amigos, parentes e de trabalhadores que “não dêem

³⁴ Corumba é a denominação do cortador de cana migrante na Zona da Mata Pernambucana. Ver Menezes (2002).

problemas”, “não se envolva em confusão”. O *turmeiro* é um colaborador do *gato*, que como mostraremos a seguir, este segundo foi incorporado com novas roupagens pelas usinas (SILVA, 1999). No relato de Paulo Henrique a seguir, há elementos dos critérios utilizados para selecionar uma turma de trabalhadores.

Então Paulo Henrique, esse ano tu tá levando os mesmos trabalhadores do ano passado?

Não, todo ano muda um pouco.

P: Quais são os critérios pra selecionar o pessoal? Tu tem informações deles por que tu conhece o pessoal?

Uns que eu conheço. Não tanto pela informação não, às vezes pela pessoa mesmo. Por que é o seguinte: você formar uma turma, você tem que ter primeiramente idéia de como seja o comportamento da pessoa. Olha, não precisa ser bom de cana, tem que ter um bom comportamento, que seja uma pessoa boa de lidar.

Que daí não vai te dar incomodação?

Daí não vai dar incomodação. Principalmente que não seja envolvido com drogas. Que se for eu procuro não levar. Não pelo fato de preconceito, mas porque ali, você leva uma pessoa, por exemplo, um ou dois que mexe e que goste de droga ali ele vai usar e depois já passa pra quatro cinco e a droga é assim, ela espalha rápido.

E isso vai te criar problemas?

Aí vai me criar problemas, porque a empresa sabe, ai exige que não aceite. Ai eles vem e entram em conflito com a gente na medida que você vai falar. Então não é bom.

Tu já tenta eliminar?

Eu procuro. Não, quando eu vejo que o camarada gosta da droga eu já procuro não. Outro critério também, o primeiro critério é o cara ser saudável. Ir lá nele e ver que ele é bom de saúde.

Depois também tem o exame medico que?

Tem o exame médico, mas eu procuro assim, por que não adianta na hora do exame médico você já leva o selecionado. Pra não ter perigo. Até por que a empresa pede que já dê uma olhada e já leva selecionado porque é o seguinte, ela paga pelo exame médico, então, se eu levar de qualquer jeito, na hora do exame médico lá, por exemplo, eu vou levando 40 pessoas. Se de cada cinco ou seis não for aprovado, vai ser obrigado eu colocar mais seis no lugar e ela vai pegar por seis exames a mais desse pessoal que não vão, e vai ter prejuízo. (Paulo Henrique, fiscal e turmeiro, mestiço, entrevista realizada em São José de Piranhas no dia 09.04.2010).

O relato do agente entrevistado destaca que são levados em conta diversos critérios para selecionar os trabalhadores. Em primeiro lugar “não precisa ser bom de cana, tem que ter um bom comportamento, que seja uma pessoa boa de lidar”. A frase é direta, a produtividade do trabalhador não é o primeiro critério a ser considerado, mas sim o comportamento. Todavia, o turmeiro destaca a necessidade do candidato ter “saúde”, ou seja, energia para realizar a tarefa de cortar cana. A produtividade é considerada sim, por que não basta ser um trabalhador “comportado”. Se em dois meses o cortador não atingir as metas da empresa, seu contrato temporário não será renovado pelo restante da safra. “Comportamento” (não “criar confusão”, não “usar drogas”) e “saúde” (leia-se energia para atingir as metas) são assim os principais critérios apontados.

O *turmeiro* por vezes, é responsável por contratar o ônibus que transportará os trabalhadores da região Nordeste até São Paulo. Durante o período de trabalho na usina, o *turmeiro* tem a função de *fiscal* sobre a turma, que descreveremos com mais detalhes ainda neste capítulo.

Dessa maneira, nos “eitos” há um “feitor” que mudou de nome, mas continua controlando a força de trabalho, como no período escravista. Nos canaviais, trabalham os filhos dos ex-moradores do nordeste, juntamente com os filhos dos colonos de São Paulo, como verificamos na Usina Peperoni, salvo a diferença de que o filho do colono dificilmente corta cana, é mais comum que esteja operando uma máquina.

Assim se configura o atual período. A contratação de trabalhadores migrantes pelas usinas do Estado de São Paulo que nas décadas de 1970/80 eram do interior de São Paulo, do Paraná, do sertão da Bahia e de Minas Gerais (sobretudo do Vale do Jequitinhonha como estudou Maria Aparecida Moraes da Silva, 1999) a partir da década de 1990 passam a ser da Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão.

Migrantes, turmeiros, fiscais são os personagens que atuam nos eitos canavieiros, e que detalharemos suas posições sociais a seguir.

3.2 – As três faces do processo de dominação: trabalho, moradia e política

Passemos agora para a análise do processo social de exploração e dominação que acontece no interior do agronegócio canavieiro, delimitando o espaço do canavial e o espaço do alojamento. Constatamos que a dominação é perceptível nas relações de trabalho através das hierarquias entre os trabalhadores da usina, tanto nos espaços de trabalho quanto nos espaços de moradia.

Trata-se de um processo de exploração-dominação, por que a exploração que acontece no “eito” é combinada com a dominação, exercida cotidianamente por diversos agentes das relações de trabalho da usina.

3.2.1 – A dominação no processo de trabalho

Como já mencionado por Antunes (2002) a organização do trabalho é regida pelo processo de acumulação do capital, pela lógica capitalista de poder. Há centros de decisão do poder diferenciados na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, expressos por diversos agentes

que compõem o agronegócio canavieiro: neste contexto temos o Estado que financia boa parte do processo produtivo e, também, busca regular as relações de trabalho; os bancos privados que também financiam parte deste processo; as cooperativas e associações de produtores que entre outras tarefas organizam a comercialização do açúcar e etanol junto ao “mercado” e as *trades* (multinacionais que comercializam commodities agrícolas); os fornecedores de matéria prima e equipamentos; as empresas terceirizadas de carregamento e transporte; os trabalhadores da indústria e do canavial.

Na usina, há três espaços distintos e interligados: o escritório, a indústria e o talhão (SILVA, 1999). O escritório é o espaço do trabalho intelectual, e se localiza anexado à indústria. Ali trabalham os gerentes e seus auxiliares, que fazem a relação com os agentes exteriores: financiadores; compradores dos derivados da cana; vendedores de matéria-prima e insumos; agentes do Estado: vigilância sanitária, receita federal, fiscalização trabalhista e etc.

O escritório é a porta de entrada do migrante no canavial, com já descreveu Silva (1999). É ali que ficam seus documentos. É ali que está o “poder central” da usina. Se o trabalhador for demitido, tem que passar pelo escritório para pegar seus documentos. É do escritório também que vem às ordens sobre qual talhão deve ser cortado a cada dia.

A indústria é o espaço onde acontece a transformação da cana em açúcar e etanol. As exigências de qualidade da indústria refletem no cotidiano do trabalho do canavial. O ritmo de trabalho também. Se uma máquina no interior da usina quebrar, o corte de cana é suspenso até o conserto.

O terceiro espaço no complexo agroindustrial é o talhão que, de acordo com Silva (1999), também faz parte da fábrica/indústria, já que o trabalho é organizado desde as necessidades fabris. No talhão, o trabalho é organizado em duas frentes: a de plantio e a de “corte” (colheita). A frente de plantio é responsável pelo cultivo da terra, adubação, plantio, aplicação de herbicidas. A frente de “corte” que é responsável por cortar a cana e entregá-la até a indústria (usina) organiza-se em três setores: o corte; o carregamento e o transporte.

Os trabalhadores migrantes são inseridos fundamentalmente no plantio e no corte; em atividades manuais que exigem um grande dispêndio de energia física. Este estudo se limita aos trabalhadores do “corte da cana”, setor que absorve a grande maioria dos migrantes.

As atividades de carregamento e de transporte são terceirizadas a outras empresas. Em verdade, por mais que os cortadores sejam contratados da Usina, a lógica do serviço é como

se fosse terceirizado, pois as responsabilidades são terceirizadas³⁵. Os setores na frente de corte funcionam como ilhas de produção, que atuam de maneira autônoma e combinada, tendo os traços da horizontalidade toyotista, com explicamos anteriormente.

O alojamento, espaço de moradia dos trabalhadores migrantes, é cercado por canaviais. Os alojamentos da Usina Peperoni foram construídos em espaços que antes habitavam as famílias de colonos que trabalhavam na fazenda. De maneira geral, essa prática de construir alojamentos nos espaços que antes ficavam as famílias de colonos - que trabalhavam principalmente nas lavouras de café, agora substituídas por cana - se reproduz nas outras fazendas do agronegócio canavieiro paulista. Os novos alojamentos ficam imersos no “mar de cana”, e guardam certa distância das cidades e periferias urbanas. Portanto, a hipótese de que os espaços de moradia estão pensados dentro de uma estratégia de controle da força de trabalho, conforme revisamos na literatura acadêmica apontada anteriormente, se configura como plausível neste caso.

Como exposto acima, o processo agrícola segue a lógica do processo industrial. Neste contexto é que se desenvolvem as relações de poder, as práticas de dominação e as práticas cotidianas de resistência, no agronegócio canavieiro atual.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho em geral, com adoção de novas técnicas de gestão e controle, têm afetado também o setor sucroalcooleiro no meio rural. O processo de reprodução do capital aplicado nos investimentos em usinas necessita de força de trabalho migrante para se realizar. Assim, a disciplinarização da força de trabalho é fundamental para o aumento da produtividade e, portanto para o processo de extração de mais valia ter êxito. Basta recordar com dados de Alves (2007) que a média de produtividade de um cortador de cana, no mesmo período de dia trabalhado, dobrou de 1980 para os anos 2000³⁶.

³⁵ O fim da terceirização do corte de cana é um dos itens que consta no documento “Dialogo Social para Humanizar o Trabalho”, em vigor desde 25 de junho de 2009. Este documento é um acordo assinado entre representantes das usinas, sindicatos e governo federal e tem 18 itens que buscam melhorar as condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. Não se trata de uma lei, pois as usinas têm a opção de aderir voluntariamente ao acordo. A imprensa especializada em agronegócios tem divulgado que mais de 75 % das usinas já aderiram ao acordo. (<http://www.agrosoft.org.br/agropag/210868.htm>). Especialistas no assunto, ligados a entidades não governamentais e reconhecidos socialmente pelo trabalho realizado na denúncia do trabalho escravo tem criticado a eficácia do acordo. (<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1628>). Além de proibir a terceirização, consta neste documento à melhoria nas condições de moradia e transporte. O fato constatado em observação a campo é que os cortadores de cana da Usina Peperoni são devidamente registrados com carteira profissional.

³⁶ “Se na década de 1980, um cortador, em média cortava seis toneladas de cana em um dia de trabalho, nos anos 1990 e na presente década os trabalhadores tem declarado que cortam no mínimo dez toneladas por dia, para se

Dessa maneira, o tempo em que os migrantes estão em São Paulo, é regido por uma racionalidade orientada pela busca do lucro. Envolve além de técnicas de controle no processo de trabalho; práticas de controle comportamental nos espaços de moradia e de controle político referente à sindicalização ou direito a greve, como descreveremos a diante. Isso caracteriza um processo de exploração-dominação, que analiticamente pode ser separado, porém acontece simultaneamente no dia a dia.

Caracterizamos de maneira analítica como processo de exploração-dominação pelo fato da ação ser dirigida tanto no campo econômico (exploração da mais valia) quanto no campo político (dominação ideológica).

Identifiquei em minha imersão a campo que o processo de exploração- dominação tem estas três esferas: no trabalho; na moradia; e no que tenho chamado de organização política. As práticas de resistência que pude identificar são constituintes e constituidoras das relações de dominação e serão problematizadas no capítulo VI.

Há vários elementos para serem analisados no que tange ao processo de trabalho. O salário por produção é um método fundamental no processo de exploração. Uma das conseqüências dessa forma de pagamento da força é de estimular a produção, partindo do pressuposto de que quanto mais o trabalhador produzir, mais vai ganhar. E, nos canaviais esse pressuposto tem sido válido, visto que essa forma de pagamento é hegemônica.

Se o salário por produção é um agente externo e invisível no eito, há outros agentes visíveis que estão no controle do processo de trabalho. É o caso dos arregimentadores e das hierarquias que veremos a seguir.

3.2.1.1 - As hierarquias no agronegócio canavieiro

As hierarquias no agronegócio canavieiro materializam um processo de reprodução do capital, exercendo um processo de dominação. Afinal, que tranquilidade terá o capitalista de Londres, de Nova York ou de Tóquio, de que seus investimentos no Brasil darão resultado? E o que tem a ver o Neimar, cortador de cana em Piracicaba, com o capitalista de Londres? Tudo a ver. Um produz a mais-valia, o outro se apropria dela. Porém, este processo de reprodução é materializado numa hierarquia, com diferentes agentes e funções. É a velha

manterem empregados. Caso os trabalhadores não consigam manter essa média nos dois primeiros meses de experiência, eles são substituídos por outros. A média de produção diária em grande parte das usinas da Região de Ribeirão Preto passou a ser 12 toneladas de cana por dia de trabalho” (Alves, 2007, p.23)

Divisão Social e Técnica do Trabalho. Distingo a divisão do trabalho entre agentes ausentes e agentes presentes. Pois a relação de trabalho que se estabelece entre os detentores da força de trabalho, e o detentor dos meios de produção vai além do canavial. Perpassa por outros espaços.

a) Os agentes presentes no canavial

No canavial é possível identificar os seguintes agentes: cortadores de cana, medidores, fiscais, encarregados gerais, motoristas, tratoristas. A seguir descreveremos sua função e seu lugar na hierarquia.

Essa descrição do processo de produção da mais valia é parcial, já que estamos falando somente da colheita da cana-de-açúcar. Para ter uma visão da totalidade seria necessário investigar também o processo de plantio, de produção industrial e de comercialização.

Para fins didáticos começamos com a base da hierarquia. Creio ser pertinente falar em base, por que em se tratando de números, os cortadores são a grande maioria. Da usina pesquisada, os cortadores chegam à cifra de 80% dos agentes. Claro, os proprietários, na ponta da pirâmide estão em número bem reduzido.



Figura 7: Trabalhadores preparando seus instrumentos de trabalho para começar mais uma jornada no canavial. Foto: Maciel Cover – 26.05.2010.

➤ O cortador de cana e o processo de exploração.

A função do cortador no canavial é cortar cana. As canas são plantadas em fileiras, também chamadas de ruas. Cada cortador tem cinco ruas pra cortar. Então o trabalhador

chega ao canavial e em primeiro lugar amola o facão. Depois segue a instrução do fiscal que irá lhe indicar que “eito” pegar. O método de distribuição das ruas (dos eitos) é diferenciado, variando em cada usina. Na Usina Peperoni o fiscal segue uma escala circular, por ordem alfabética. Dessa maneira, todos os trabalhadores terão a oportunidade, de começar no primeiro eito, o que é uma vantagem de tempo, já que a distribuição dos trabalhadores por vezes leva até 15 minutos.

Estando já no seu eito para cortar a cana, o cortador com um braço abraça um feixe de aproximadamente cinco canas e com o outro braço dispara golpes de facão para cortar rente ao chão. Em seguida, dá um giro de 180 graus e arremessa a cana para um monte, que de acordo com as regras da usina, deve ser organizado de maneira perpendicular as ruas, e centralizado. A localização do monte é determinada pelo setor de carregamento, que é mecanizado. A cada um ou dois metros avançado, o cortador deve voltar e cortar as pontas, para eliminar as folhas da cana.

E o cortador de cana ali segue seu dia de trabalho. Repete este movimento diversas vezes durante o dia³⁷, o que exige um dispêndio de energia elevado, comparado a um atleta corredor fundista (ALVES, 2007). O cortador está subordinado diretamente ao fiscal/turmeiro, único agente que lhe dá ordens. A relação com outros trabalhadores sejam cortadores, motoristas, e tratoristas é pouco comum, e acontecendo se dá de maneira simétrica, do ponto de vista da relação de trabalho, porém há hierarquias diferenciadas por estados de origem e temporalidade na cana, o cortador de cana é, em geral, um nordestino e os demais trabalhadores são paulistas ou migrantes estabelecidos (principalmente paranaenses que migraram para São Paulo na década de 1980).

O cortador de cana não manda em ninguém, só tem que obedecer. Tira o sustento da família com suas podadas. Aliás, da sua família que está no “norte”; da família do fiscal; do encarregado geral; do proprietário da usina; dos investidores na bolsa de valores. Ou seja, por

³⁷ A Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, em estudo realizado durante o período de 2007-2010, e publicado no dia 6 de janeiro de 2011, demonstra que: “A cada um minuto trabalhado são feitas 17 flexões de tronco pelo cortador, aplicados 54 golpes de facão, o joelho fica todo o tempo semiflexionado e há extensão da cervical. Não há sombra nos canaviais e o cortador não se hidrata adequadamente. Por dia, são cortadas e carregadas em média 12 toneladas de cana e percorrido um recurso de quase nove quilômetros. No final de um dia de trabalho, o cortador perdeu oito litros de água. Os trabalhadores normalmente já levam de casa a água para consumo na lavoura e depois reabastecem nos reservatórios dos ônibus quando possível. Esses reservatórios não são refrigerados e apresentam péssimas condições de armazenamento e higiene. A água fornecida não vem de fontes tratadas em 40% dos casos e, por isso, nem sempre atende aos requisitos de potabilidade. Quanto à alimentação, os trabalhadores também não têm local adequado para realizarem refeições e nem local apropriado para acondicionar a refeição. Enquanto trabalham, os cortadores carregam consigo suas marmitas. Muitas vezes, o alimento fermenta ou azeda. Porém, como o trabalho consome muita energia, eles acabam consumindo a comida mesmo que esteja estragada.” Disponível via internet em <http://portal.saude.sp.gov.br/content/dutenehuji.mmp> acessado em 25/01/2011.

estar na chamada “ponta da cadeia produtiva”, se porventura este trabalho parar, toda a cadeia pára.

Como já mencionamos a remuneração para esta força de trabalho é realizada através do salário por produção. Primeiramente, é assinado um contrato de trabalho entre o cortador e a usina, em que os dois primeiros meses são de experiência, se o trabalhador não atingir as metas estabelecidas de corte, o contrato não é renovado e o trabalhador é demitido. Caso o cortador atinja as metas (geralmente acima de cinco toneladas ao dia, de acordo com a usina e com o tipo de cana a ser cortada), sua carteira é assinada com um salário mínimo, e com o adicional da produção, baseado na quantidade de cana cortada por dia. O preço da tonelada de cana varia de acordo com o tipo de cana, entre três a quatro reais. Assim, no final da jornada é medida a quantidade de metros que cada trabalhar cortou em cinco ruas. A mensuração é realizada por um método chamado “campeão”, que implica em:

antes do corte (da cana), um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesada. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas amostras colhidas (MENEZES, 2009, p.53).

Devido à pressão e fiscalização exercida por instituições da sociedade civil (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra) sobre os órgãos do Estado (Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho³⁸), o trabalhador tem um salário mínimo estabelecido na carteira de trabalho. Porém se, em dois meses o cortador não atingir as metas estabelecidas de cortar no mínimo cinco toneladas por dia, o mesmo é demitido. Em média, os cortadores ganham de R\$ 800,00 a 1.200,00 por mês. E cortam na faixa de 8 a 20 toneladas por dia. Guanais (2010), ao analisar o método de pagamento chamado de quadra fechada³⁹ em Cosmópolis/SP, descreve o processo de exploração atual nas Usinas Canavieiras:

Pensando em atender as exigências atuais de produtividade e qualidade impostas pelo mercado, as empresas redefinem as suas estratégias administrativas, isto é, investem seus esforços em duas direções na gestão dos recursos humanos: de um

³⁸ Com a Portaria nº 550 de 14 de junho de 1995, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel para agir diretamente nos casos de prática de trabalho escravo diante das denúncias providas de vários pontos do território nacional. Dessa maneira, as usinas que não cumprirem com as obrigações trabalhistas podem ser autuadas com multas e entrar para a lista do trabalho escravo. (GONÇALVES, 2000)

³⁹ Este método de pagamento do trabalho dos cortadores de cana consiste em “um sistema alternativo de metragem e pesagem do corte manual da cana-de-açúcar, denominado “*Quadra fechada*”, resultado do entendimento entre o Sindicato de empregados Rurais de Cosmópolis/SP e a Usina Açucareira Ester S/A, (que) permitiria que a produção diária de cada cortador de cana venha a ser conhecida e fiscalizada pelos próprios trabalhadores.”(GUANAIS, 2010, pg. 5).

lado, racionalizam o uso de recursos introduzindo modificações nos processos de trabalho, valendo-se, principalmente, de inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho – a mecanização das atividades agrícolas e automatização do controle dos processos em geral -; de outro lado, procuram formar um contingente de trabalhadores fixos, disciplinados, tecnicamente qualificados e, sobretudo, “envolvidos” com a produção sucroalcooleira. Tal envolvimento é condição fundamental para garantir a continuidade do processo de racionalização através do uso de tecnologia poupadora de força de trabalho e deve ocorrer no sentido de integrar e direcionar os diferentes esforços para atingir as metas de produtividade e qualidade (GUANAIS, 2010, pg. 32-33).

Há, de acordo com Guanais (2010), duas estratégias de relação com os cortadores de cana por parte dos agentes administrativos da usina: estratégias de controle e estratégias de envolvimento.



Figura 8: Cortador de cana sendo observado pelos fiscais ao fundo. O trabalho é vigiado e controlado permanentemente. Foto: Maciel Cover – 29.05.2010.

No que tange às estratégias de envolvimento, as técnicas utilizadas são o treinamento; o programa de participação dos resultados e as premiações aos cortadores que tiverem os melhores desempenhos no trabalho, fatos também verificados pela pesquisa de Menezes (2002) na zona da Mata Pernambucana.

No que tange às estratégias de controle, há diversas técnicas que buscam organizar e aproveitar ao máximo o tempo e a força de trabalho: pagamento por produção, pagamento por média, suspensão a trabalhadores não obedientes e fiscalização permanente.

O salário por produção consiste numa forma de pagamento da força de trabalho executada a longa data. Marx, ao analisar este tipo de salário afirma que:

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do

trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal (MARX, 1988, p.135).

Diversos autores em trabalhos recentes (ALVES, 2007; NOVAES, 2007; SILVA, 1999; GUANAIS, 2010; TAVARES & LIMA, 2009) tem afirmado que a sistemática do salário por produção é um mecanismo que proporciona o aumento da produtividade do trabalho, de maneira absoluta com o aumento da jornada de trabalho e de maneira relativa, com a intensificação do trabalho. Funcionando, também, como um método de autocontrole de introversão da disciplina, o que caracteriza um processo de dominação. Em meu trabalho de campo, no eito com os cortadores durante o trabalho eu os abordava de maneira breve, sem me estender para não ocupar o tempo do trabalhador e, também, para não ser repreendido pelo fiscal. Eu os interrogava com a seguinte pergunta: *No que você pensa enquanto corta cana?* E a resposta da grande maioria era: “Penso apenas em cana” ou “não dá pra pensar em outra coisa né! tem que prestar atenção no serviço”. Isso pode ilustrar o nível de disciplinamento tanto do corpo quanto da mente do cortador durante o processo de trabalho.



Figura 9: Cortador arremessando a cana cortada ao monte. Foto: Maciel Cover – 26.05.2010

➤ Os medidores ou “apontadores”

A função do medidor, como o nome já sugere é medir a quantidade de metros que cada cortador realiza durante o dia. O medidor também é chamado de apontador, pelo fato de apontar no eito a metragem de cana cortada. Para trabalhar, o medidor conta com um instrumento chamado de cambão, que consiste em duas barras de madeira, que formam um triângulo que tem dois metros. Além disso, ele anota a metragem num caderno, e no final do

dia digitaliza essas anotações num aparelho eletrônico chamado de mensurador, uma espécie de microcomputador parecido com um aparelho de GPS. Os dados ali digitalizados são descarregados nos computadores do escritório, onde ficam contabilizados, de onde será a base para o pagamento mensal.

Além deste trabalho, o medidor também atua como ajudante do fiscal, fazendo as tarefas de distribuir comida e soro; montar a lona, cadeiras e mesas para o almoço; fazer a relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que os trabalhadores necessitam.

Na hierarquia, o medidor está na mesma posição patamar do cortador. O medidor não chama atenção do cortador, nem orienta como se faz o corte. Ele apenas anota os metros de cana cortados.

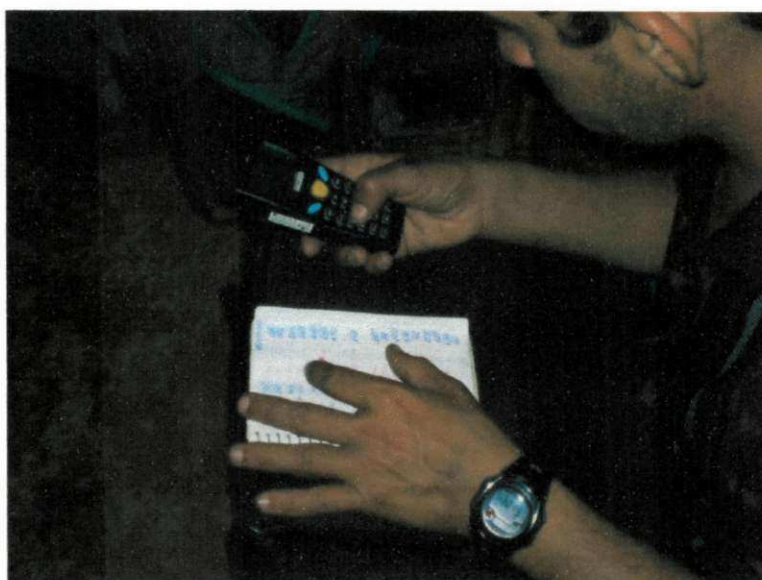


Figura 10: A medição de cana derrubada por cada cortador é anotada num caderno e a noite, o medidor digitaliza neste aparelho, onde depois serão passados os dados aos computadores do escritório que farão a soma do mês para realizar o pagamento. Foto: Maciel Cover – 25.05.2010.

➤ Os fiscais: turmeiros e motoristas

Tem funções do comando sobre os cortadores e medidores. Suas tarefas no canavial consistem em distribuir as ruas para cada cortador; fiscalizar uma turma de aproximadamente 40 homens; observar e chamar a atenção do cortador para o corte de cana ser executado dentro dos padrões exigidos pela usina (tamanho do toco, distância do primeiro monte em relação à estrada, tamanhos das pontas, entre outros); fazer os trabalhadores cumprirem os horários de alimentação e descanso; distribuir os alimentos, soros; encaminhar os doentes ao

atendimento médico; distribuir os Equipamentos de Proteção Individual – EPI; ser responsável pelo cumprimento das normas da usina no alojamento.

Na hierarquia, o fiscal está um degrau acima dos cortadores e medidores, por suas atribuições e responsabilidades. Há dois tipos de fiscais de turma: os turmeiros e os motoristas.

Os turmeiros, como analisado anteriormente, são agentes que se configuram como um intermediário na relação de trabalho, entre os donos dos meios de produção (usineiros) e os detentores da força de trabalho (cortadores).

O turmeiro é remunerado por duas formas. Em primeiro lugar é um funcionário registrado com um salário-hora fixo. Em segundo lugar, o turmeiro ganha uma comissão pelo rendimento da turma, o que em tese, o estimulará a zelar pelo rendimento dos trabalhadores a ele subordinados.

O outro tipo de fiscal são os motoristas de ônibus. Estes por sua vez não são nordestinos. São habitantes do estado de São Paulo (geralmente migrantes oriundos do processo de mecanização das lavouras no Paraná na década de 1980). O diferencial destes para os fiscais que vem do nordeste é que eles são fichados como motoristas, porém também recebem comissão sobre os rendimentos dos cortadores.

Pelo que vi em campo, os fiscais trabalham sincronizadamente dividindo tarefas entre si. A relação entre os motoristas e os fiscais nordestinos é simétrica, estão no mesmo degrau da hierarquia. Porém, quem fica com a tarefa de resolver problemas de ordem do trabalho ou comportamental com os trabalhadores são os fiscais nordestinos, pelo fato de serem próximos afetivamente, como também pela relação que já vem estabelecida do nordeste. Até por que, este fiscal organizou a turma na Paraíba e conhece a família dos cortadores, tem uma relação afetiva instituída. Isso permite que os fluxos de ordens a serem impostas, sejam recebidos de maneira atenuada pelo cortador. Assim, expôs Neimar, um cortador em relação ao fiscal Paulo Henrique “valorizo muito a amizade, e Paulo Henrique é meu amigo desde o tempo de colégio. Ele é muito asilado⁴⁰ e sabe conversar com a peonada”. (Neimar, 23 anos, branco).

Como relatou um interlocutor (Seu Galvão), que já fora encarregado geral, a vantagem de ter fiscal nordestino é a comunicação que o mesmo estabelece com seus iguais; o fato de saber lidar, não ser grosso, conceder pedidos. A relação de amizade é aproveitada pela usina como

⁴⁰ Asilado: nos dicionários de língua portuguesa este termo significa “pessoa internada em asilo” ou refugiada política”, porém este termo é utilizado entre os cortadores de cana-de-açúcar como sinônimo de “malandro”, “esperto”, “brincalhão”, “conversador”, “galante”, “sábio”.

meio de atenuar os conflitos da relação de trabalho e evitar possíveis atos (como paralisações ou greves) que venham a afetar a produção.

Mas uma pergunta que surge é: por que os motoristas têm também função de fiscal, já que quem efetiva essa função é o fiscal nordestino. Uma primeira interpretação pode ser a de que os proprietários não confiam totalmente nos fiscais nordestinos, e, portanto, colocam estes agentes para ficarem na fiscalização do fiscal. Uma segunda possibilidade é de aproveitar o trabalho destes motoristas. Conforme o Sr. Vitor, encarregado geral da usina, “os motoristas ficariam o dia todo no ônibus vadiando”, portanto, é mais proveitoso para a usina que estas horas ociosas do motorista sejam utilizadas na fiscalização da turma.



Figura 11: Motorista Fiscal e Medidor observando o trabalho dos cortadores. Sobre o pneu do ônibus está o instrumento utilizado pelo medidor, chamado de “cambão”, que serve para medir a metragem de cana derrubada pelo cortador no dia. Foto: Maciel Cover – 26.05.2010.



Figura 12: Fiscal turmeiro distribuindo soro anti-câimbra para os trabalhadores durante o almoço, realizado em barracas acopladas no ônibus. Tempo para os trabalhadores descansarem e espaços

“apropriados” para os trabalhadores fazerem as refeições no eito, são medidas do expressas no Diálogo para Humanizar o Trabalho, explicado na nota 7. Foto: Maciel Cover – 26.05.2010.

➤ O encarregado geral e a metamorfose do gato

Na hierarquia o encarregado geral, se encontra um degrau acima dos fiscais. É responsável geral pelo processo de trabalho dentro do canavial, no que tange ao corte da cana e ao alojamento, já que o carregamento e o transporte são terceirizados.

Recebe ordens diretamente do escritório, dos gerentes, principalmente do gerente agrícola e do gerente de recursos humanos. O encarregado é responsável pela atividade de queima da cana, realizada sempre na noite anterior ao corte. Para tal, há uma equipe especializada em queimadas, subordinadas ao encarregado.

Durante o dia o encarregado circula entre todas as turmas da usina. Observa se o trabalho está sendo bem executado. Se perceber alguma irregularidade ele chama a atenção do fiscal. O encarregado dificilmente dirige ordens diretamente aos cortadores.

O encarregado é fichado na usina. Recebe pagamento por hora e também pelos rendimentos das turmas. Mora numa casa próxima ao alojamento. É branco ou mestiço e também é um migrante estabelecido (seja do Paraná, de Minas Gerais ou do Nordeste).

O encarregado geral já fez o papel do “gato”. Inclusive na Usina Peperoni, o encarregado geral, seu Vitor, trabalhava como “gato” na cidade de Monte Mor/SP. Sua experiência como “gato” lhe serviu para ser o encarregado geral da usina.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) analisa a metamorfose do “gato” em agenciador (empreiteiro). Momento em que se altera o cenário, mas se mantêm os atores, que são os mesmos, embora revestidos de outras roupagens.

No palco, apenas a mudança da roupagem. Retiram-lhe a de ‘gato’ e revestem-no com a de agenciador: figura séria, responsável, seguidora da lei, contratada pela usina, fazenda, indústria e prestadora de serviços a elas (...). Figura engendrada pela usina, situada espacial e socialmente próxima dos trabalhadores. Figura insubstituível, jamais extinta, mas igualmente contraditória (SILVA, 1999, p. 119-120).

Com a negatividade do papel do gato, visto com um agente que está à margem da lei, as usinas incorporaram este agente, mudando de nome, porém mantendo a função de comandar a força de trabalho no canavial.

Dessa maneira, seu Chico, que já trabalhou com “gatos” e hoje é fiscal-motorista da usina, explicou que antes o “gato” até tinha motivo pra pagar o peão a um valor menor por hora de trabalho, pois dali era o seu sustento. Mas agora, como ele é registrado na usina, com carteira assinada e a garantia dos direitos trabalhistas é pouco provável que o agenciador logre o peão, pois essa diferença não ficará mais com o gato e sim com a usina.



Figura 13: O encarregado geral (D) passa orientações ao fiscal (E), enquanto observam os trabalhadores migrantes que cortam a cana ao fundo. Foto: Maciel Cover – 29.05.2010.



Figura 14: Fiscais observam o trabalho dos cortadores de cana. Foto: Maciel Cover – 29.05.2010

b) Os agentes ausentes no canavial: funcionários do escritório e acionistas

O escritório tem outra função no processo de trabalho. São dali que são dirigidas as ordens para o talhão. O escritório é o espaço do trabalho intelectual. Evidentemente, há hierarquias internas no escritório, mas cabe aqui registrar que na hierarquia do processo de trabalho o escritório está em posição de ordenação em relação ao canavial. O trabalho intelectual comanda o trabalho manual. E dentro do escritório trabalham os gerentes e seus auxiliares. É comum por parte dos cortadores, identificarem os trabalhadores como um bloco homogêneo, dos que trabalham numa atividade limpa e protegida do sol. Mas é necessário ressaltar que existem heterogeneidades. Silva (1999) ao analisar o escritório das empresas agrícolas de São Paulo explica que:

O escritório com seus *moços e moças*, representa o poder da empresa. Não só é uma parte da arqueologia deste poder como a medula dos dispositivos de poder, segundo Foucault. É daí que brotam as normas de vigiar e punir. É uma organização que segundo princípios panópticos para remodelar, regenerar física e moralmente os corpos para o trabalho (SILVA, 1999, pg. 149).

No capitalismo contemporâneo, os agentes da classe que detém os meios de produção também são chamados de acionistas. Nas usinas, geralmente o quadro de acionistas é composto por familiares dos fundadores. No caso da Usina Peperoni, eram três irmãos que fundaram e hoje são mais de 40 acionistas. Ali estão os filhos e netos dos três fundadores. Há usinas de capital aberto, onde as ações são compartilhadas entre os membros das famílias e grandes multinacionais, como a Bunge, a Cargill, a Dreyfus e bancos como o Bradesco, Santander, etc.

Estes agentes não estão presentes no canavial, pois a hierarquia social é organizada de uma maneira que consegue combinar os interesses de todos os envolvidos, e isso garante a reprodução do capital aplicado. Assim, o cortador tem o interesse de vender sua força de trabalho para garantir o sustento de sua família; da mesma maneira o fiscal, o encarregado e os gerentes, que estão em posição de comando e se diferenciam dos outros trabalhadores pela remuneração; e os acionistas aplicam e gerem os investimentos, correndo o risco de o negócio quebrar (o que é improvável, pois é comum do estado arcar com os prejuízos do setor) e ficando com os dois tipos de mais valia produzida neste processo de trabalho: a absoluta (larga jornada de trabalho); a relativa (intensificação e aumento da produtividade).

É evidente que não se trata apenas de uma simples combinação de interesses. É necessário levar em consideração a constituição histórica dos agentes que hoje detém os meios de produção e dos que necessitam vender a força de trabalho para sobreviver. A aparente combinação de interesses é mais um mecanismo de controle, que é, constantemente, utilizado

no canavial pelos fiscais e encarregados, que ao dirigir ordens aos subordinados usam a frase “sou pago para fiscalizar e dar ordens⁴¹”, como justificativa da opressão e controle que está exercendo e, também, como estratégia para garantir o consenso da dominação e exploração em favor dos proprietários dos meios de produção.

3.2.2 - A dominação nos espaços de moradia

Para compreender a dominação nos espaços de moradia, recorreremos à perspectiva metodológica proposta por Foucault. A questão que orienta a produção teórica de Foucault é entender através de que modos o ser humano se torna sujeito. Distingue então três modos que influenciaram suas pesquisas: o modo da *investigação* que criou o sujeito do discurso, o sujeito produtivo e o sujeito vivo; o modo das *práticas divisoras* que objetiva o louco do são, o doente do sadio, o bandido e o mocinho; e o modo da *sexualidade*, ou como o ser humano se reconhece sujeito através da sexualidade.

Foucault constata que não há ferramentas conceituais adequadas nas ciências sociais para analisar as relações de poder e propõe um olhar desde as relações de resistência ao poder.

Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico, de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar as relações de poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, pg. 234).

Para Foucault, o poder não está concentrado no estado ou num sistema geral de dominação. Ele nos convida a observar o poder nos micro espaços. Ele faz esta observação analisando as lutas nos meados do século XX, em que emergiam na Europa. Não se tratavam de lutas de classe contra a exploração econômica, mas sim de lutas pelo reconhecimento da subjetividade, de grupos transversais como o movimento feminista, o movimento estudantil, o movimento por direitos homossexuais. Estes grupos sociais sofrem uma opressão que não necessariamente a de classe, ou do estado, mas sim de técnicas de poder, que vão

⁴¹Verificamos que, no *Errantes do Fim do Século* de Maria Aparecida Moraes Silva (1999) há também essa explicação por parte de um entrevistado que diz: “Eu falo: *pessoal, eu tenho 34 anos, sendo 22 de lavoura e eu vivi com ela até hoje*. Eu estou lutando para sair, **eu sou pago pra desenvolver** (grifo meu) este trabalho. Então eu estou sempre botando na cabeça que *eles tem que trabalhar, aceitar essa situação, mas sem se acomodar com ela, que eles tem que lutar...procurar melhorar de vida.*” (SILVA, 1999, pg.132). Esta fala exemplifica um dos métodos que os fiscais e encarregados utilizam para estimular os cortadores a trabalharem e garantir o consenso.

disciplinando os corpos a produzirem e reproduzirem determinados tipos de relação. Essa disciplinarização dos corpos acontece nas usinas de cana de açúcar, através das técnicas descritas por Guanais (2010) anteriormente no que tange as estratégias de controle e de envolvimento que são utilizadas para com os trabalhadores.

Para Foucault, “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade de uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga o sujeito a” (1995, p. 235).

Estas lutas contra estas formas de sujeição prevalecem no século XX pelo fato da estrutura política, o Estado, não considerar os indivíduos, e apenas considerar as totalidades, a classe ou grupos de cidadãos. Isso se deve, pois o estado moderno ocidental integrou uma antiga tecnologia de poder: o poder pastoral criado pela Igreja no decorrer da história.

Este poder pastoral é diferente de outras formas de poder, pois sua centralidade é o serviço (e não o mando) que pretende assegurar a salvação do ser humano, cuidando-o de maneira individual por toda sua vida. Essa técnica de poder só é possível com um conhecimento que possibilite dirigir a consciência da pessoa.

A salvação na modernidade não consiste em vida após a morte, mas na garantia de serviços sociais mínimos para a reprodução da vida humana. Essa combinação de uma técnica de individualização com procedimentos de totalização é o que define o poder na modernidade. E este poder é fragmentado e disperso, não é exercido num pólo único, mas sim em vários pólos da sociedade, como na família, na escola, na medicina, na psiquiatria, nas empresas.

Essa dispersão faz com que o poder não seja uma exclusividade de uns exercendo sobre o outro, mas sim torna o poder relacional, ou seja, “um conjunto de ações que se induzem e se respondem uma às outras” (1995, pg. 240).

uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, pg. 243).

Foucault ainda afirma que governar é estruturar a ação dos outros. Convida-nos a analisar as instituições a partir das relações de poder que a constituem, pois assim será possível perceber o movimento real do processo do poder.

As observações de Foucault são importantes para pensar a dominação na modernidade, e nos espaços de sociabilidade das usinas canavieiras de São Paulo. As relações de poder são mais complexas do que aparentam. Além da coação física é possível observar a coação

psicológica, ou da consciência que fazem com que os corpos sejam disciplinados e obedientes a determinado mando. Porém, o fato de observar o poder desde o ponto de vista da resistência abre um amplo e rico campo de análise. As relações de poder não são homogêneas e simples.

A partir da matriz conceitual de Foucault, é possível conceber as relações de poder, de dominação e resistência, nas usinas canavieiras e nos alojamentos onde habitam os cortadores de cana. Em todos os espaços, ou micro-espacos há relações de poder. Dessa maneira, é plausível pensar o alojamento como um espaço onde acontecem relações de poder. Primeiro pela sua existência: por que determinados agentes dormem em casas e outros, com perdão da redundância, se alojam em alojamentos? Portanto a existência do alojamento já demonstra uma relação de poder, materializada nos espaços de moradia. Em segundo lugar, outra questão merece tratamento: O alojamento se constitui como um espaço para governar a ação do outro? A opção de colocar os trabalhadores em alojamentos é puramente econômica?

Sitas (1985) ao estudar o caso dos migrantes que trabalham em minas de ouro na África do Sul, enquadra o sistema de alojamentos como uma necessidade da indústria de ter um espaço planejado e racionalizado, uma forma orgânica de controle da força de trabalho, do ritmo, dos turnos, do descanso. Seria o que Foucault (1978) chamou de instituição disciplinaria.

Menezes (2002) analisa as relações de sociabilidade nos alojamentos onde ficam os camponeses-migrantes nas usinas da zona da mata pernambucana. Relata que

o espaço de alojamentos não se resume a um conjunto de prédios e instalações, mas contém a ideologia de controle e disciplinamento da força de trabalho... a proximidade entre os dormitórios e a moradia dos chefes da usina expõe os trabalhadores a permanente vigilância e os torna disponíveis para todas as tarefas, a qualquer hora do dia ou da noite (2002, pg. 149).

A vida cotidiana dos trabalhadores está sob vigilância dos funcionários da usina, tanto no local de trabalho, quanto no local de descanso, o que configura um tipo de dominação total dos trabalhadores.

Essa dominação se expressa nas regras exigidas para a existência da ordem nos espaços de moradia, em que o fiscal de turma é responsável por executar. Identifiquei algumas normas que expressam este tipo de relação de poder.

Em primeiro lugar, o tempo é controlado através da fixação de horários que organizam o cotidiano. Os trabalhadores têm a primeira refeição do dia, o café da manhã, disponível das cinco até as seis horas da manhã. Neste período são despertados por aparelhos celulares, que os próprios trabalhadores programam. Em torno das seis da manhã o ônibus sai para o

canavial, retornando à tarde por volta das dezesseis ou dezessete horas. A janta é servida até as dezenove horas e as vinte e uma horas é horário de silêncio, onde todos são orientados a dormir para estarem descansados no dia seguinte. No Alojamento Horizonte onde fiz a etnografia, havia um cortador que alegava ter problemas de insônia e sempre ia dormir depois dos demais e acordava antes. Pelo fato de fazer barulho, era comum ser repreendido pelo fiscal.

Uma segunda regra é referente às visitas no alojamento. É permitida nos dias de folga a presença de amigos ou familiares que venham visitar os trabalhadores, porém os mesmos não podem dormir no alojamento. Relações sexuais, sejam com namoradas ou prostitutas, são expressamente proibidas.

Uma terceira norma é referente ao uso de televisão nos quartos. Após uma análise feita por técnicos de eletricidade, de que o uso de tomadas “T” poderia causar incêndios no alojamento, a usina proibiu a utilização de eletrodomésticos como televisão nos quartos. Em compensação há uma televisão numa sala próxima ao refeitório para uso coletivo. Na avaliação do fiscal de turma, Paulo Henrique, o fato de nesta safra não haver televisões nos quartos, garante que os trabalhadores durmam mais cedo. Não há dados que constatem que o não uso de televisão aumente a produtividade do trabalho, mas a iniciativa se configura mais como uma imposição de uma regra de controle do espaço e tempo do trabalho e moradia do que uma medida técnica para prevenção de incêndios. Até por que, para prevenir incêndios, a usina teria condições de colocar mais tomadas nos quartos, isso teria um custo insignificante.

A quarta é referente à ingestão de bebidas alcoólicas. A norma é que bebidas alcoólicas sejam ingeridas fora do espaço dos alojamentos e preferencialmente nos dias de folga. Neste contexto disciplinário, desenvolve-se também práticas cotidianas de resistência, que problematizaremos no capítulo a seguir.

3.2.3 - A face da dominação numa rede de três fios: gênero; étnico-racial e classe

Aqui parto do pressuposto elaborado por Maria Aparecida Moraes da Silva, que chama atenção para a importância de considerar, no processo de dominação, a combinação de três processos de diferenciação social: classe, gênero e raça/etnia, pois,

o que ocorre é que as desigualdades sociais, frutos das organizações sociais de gênero e étnico-raciais vão continuar ocorrendo quando estas relações sociais forem produzidas. Desta sorte, o migrante será percebido, por exemplo, enquanto trabalhador e enquanto ‘negro’, ‘baiano’, ‘mineirada’, enfim, diferente do trabalhador do lugar. O processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é

independente do processo de exploração-dominação gerado em seguida. Igualizados do ponto de vista da classe social diferenciar-se-ão a partir das categorias de gênero e étnico-racial. No que tange as mulheres, a dominação já existia anteriormente, o mesmo ocorrendo em relação aos negros e mestiços quanto à raça-etnia (SILVA, 1999, pg. 19).

No caso pesquisado, o migrante é o “Paraíba” ou o “Cearense”. Já o encarregado e o motorista-fiscal é um paulista ou paranaense. Assim como os proprietários são brancos, descendentes de italianos, e os cortadores são negros e mestiços.

Estas diferenças de identidades regionais são verificadas nas hierarquias sociais existentes no processo de trabalho no interior do agronegócio canavieiro e estão ligadas as fases de migrações que ocorreram em diferentes períodos históricos, de outras partes do Brasil para o interior de São Paulo. No primeiro momento os paranaenses migram para o interior paulista devido ao processo de modernização e mecanização das fazendas, que os expulsou do Paraná. Posteriormente chegam os mineiros e os baianos, para trabalhar em lavouras de café; e por fim, na fase atual, os paraibanos, piauienses, maranhenses e cearenses. Os migrantes que chegaram ao período anterior ascenderam a posições de encarregado, ou a trabalhar com máquinas.

É pouco comum a presença de mulheres nos canaviais, o que revela mais uma faceta para ser analisada. A explicação dada por uma agente do setor de Recursos Humanos de uma Usina de Rio das Pedras/SP é de que a contratação de homens é preferida em relação às mulheres:

Tem aumentado a oferta de mão de obra feminina, que isso, as mulheres tem questão de filhos, todas estas variáveis, tem adaptação, tem a questão dos hormônios femininos tudo isso interfere no desempenho da trabalhadora, principalmente a questão dos filhos. Então a gente tá trabalhando mais com homens, que por questões de estrutura aí, acaba mais que a mulher (Sra. Julia, branca, psicóloga, funcionário do setor de Recursos Humanos, 10/04/2010).

A preferência por homens no corte da cana também é observada por Silva (1999), os argumentos dos agentes que contratam força de trabalho se repetem: as mulheres menstruam; tem os filhos pra cuidar; podem engravidar e causar prejuízos pra usina. Isso revela essa face da dominação de gênero, que reforça a idéia de que o “corte da cana” é um lugar para homens.

Cabe ainda levantar hipóteses sobre a dominação política. Na década de 1980, os trabalhadores do corte de cana utilizavam do recurso da greve para exigir melhores condições

de trabalho e aumento nos salários⁴². De acordo com Seu Galvão, que fora encarregado geral da Usina Peperoni da década de 1980 até o ano de 2008, os migrantes mineiros e baianos eram os que mais se envolviam neste tipo de atividade. Para controlar as greves dos cortadores foram tomadas medidas como de substituir os trabalhadores migrantes de Minas Gerais e da Bahia, por migrantes do Ceará e da Paraíba, pelo fato de segundo o informante, os “paraibas” e os “cearenses” se metem menos em “confusão” (greves). Outra medida foi de colocar fiscais migrantes ao invés de fiscais paulistas, por que segundo seu Galvão as greves aconteciam quando os trabalhadores pegavam vários dias de cana ruim, e isso é responsabilidade do fiscal que deve saber dividir os dias. Colocar dois dias na cana boa, depois dois dias na cana ruim, pra evitar o problema da greve. Seu Galvão elogia a atuação do fiscal Paulo Henrique, pois “ele sabe trabalhar com os ‘paraibas’, ele brinca com eles, sabe trabalhar em equipe”.

O relato de Seu Galvão explicita as táticas utilizadas pelo conjunto dos usineiros de São Paulo e revela como se constitui a dominação política, pois no contexto de desorganização política dos trabalhadores rurais e elevado exército de reserva, a classe detentora dos meios de produção exerce sua hegemonia, retirando inclusive o direito dos trabalhadores de fazerem greve. Primeiro, as usinas passaram a substituir os migrantes oriundos de Minas Gerais e da Bahia, considerados como grevistas, por migrantes do Ceará e da Paraíba, considerados “menos aptos” a participarem de greves e revoltas. É plausível, portanto cogitar essa hipótese, que configura uma dominação de classe, e que configura este terceiro fio do nó das relações de dominação presentes nos talhões e nos alojamentos do agronegócio canavieiro paulista.

⁴² Diversos textos na literatura acadêmica tratam das greves dos trabalhadores canavieiros, na década de 1980, dentre os quais está o de Vettorassi (2007).

CAPITULO IV

O SABER VIVER E O TRANCO DO COTIDIANO DOS CANAVIAIS

Para iniciar este capítulo que tratará da sociabilidade dos camponeses-trabalhadores migrantes⁴³ no interior do setor do Agronegócio Canavieiro, ou no mundo do “corte de cana” vou expor duas situações, que fornecem expressões chaves para explicar este mundo: *Por que o cara já sabe o tranco e saber viver nos barracos*.

Posteriormente, descreverei elementos que caracterizam a sociabilidade no alojamento e no canavial. Em seguida, busco descrever este contexto de exploração-dominação a partir de como os agentes representam, através da linguagem, as relações deste “mundo do corte de cana”. Por fim, faço uma reflexão sobre as formas de resistência cotidiana.

“Por que o cara já sabe o tranco”

Na entrevista que fiz com Neimar, em outubro de 2010, no alojamento, ele disparou a seguinte frase: “Por que o cara já sabe o tranco”. Ao ouvir a frase fiquei surpreso, até por que a afirmação foi dita sem um prévio estímulo da pergunta. Vou citar o trecho da entrevista:

E além dessa dificuldade que tu falou da TV, que outros problemas tu vê? (Da vida em alojamento).

Eu acho que deveria ter mais higiene aqui nos barracos, que não tá tendo. Só um zelador pra zelá de um monte de barraco como desse aqui! E os banheiros lá você vê! É zelado uma vez por dia! E devia ser zelado duas vezes por dia.

Ah, tá...

Acho que as maiores é essas aí.

Aham...

Neimar: Em termo de roça eu nem esquento, por que o cara já sabe o tranco!
(Entrevista com o cortador de cana Neimar, Piracicaba, outubro de 2010).

A pergunta era relacionada às dificuldades da vida em alojamento, e o camponês-trabalhador revelou mais. Talvez suspeitasse que eu pudesse perguntar sobre as dificuldades que existem no trabalho, e quisesse se antecipar a resposta. Talvez, para este trabalhador, a

⁴³ A utilização da categoria *camponeses – trabalhadores* segue a proposição de Menezes(2002) , pela fato de que “a categoria camponeses-trabalhadores permite ultrapassar limitações de proposições teóricas baseadas em dualismos que examinam a realidade social através de oposições exclusivas. É também preferível à visão que concebe o desenvolvimento social através da periodização linear, na qual uma fase histórica é seguida por outra mais avançada. (...) o uso da categoria camponeses-trabalhadores parece apropriado para explicar a natureza híbrida de grupos de camponeses que têm trabalho em atividades assalariadas, ao longo de suas vidas e através de gerações. (MENEZES, 2002, p. 50).

dissociação analítica que pode ser feita entre espaço de moradia e espaço de trabalho não faça sentido, afinal, tudo faz parte do mundo do “corte de cana”. De qualquer forma revelou que em termos de “roça” ele não “esquenta”, por que “o cara já sabe o tranco”. Ao se referir ao “cara” e não a si próprio, é possível ler como uma descrição que o camponês-trabalhador faz não apenas de si, senão, provavelmente teria usado o pronome em primeira pessoa. Como se referiu a uma terceira pessoa, no caso, “o cara”, estaria ele descrevendo além de si, os demais trabalhadores que fazem este processo de migração para o corte de cana? Estaria ele formulando, uma espécie de personagem para me explicar sobre a sua situação e a situação dos seus iguais?

O seguinte trecho da entrevista pode dar mais pistas:

Sim! Como assim em termos de roça?

Por que os caras só falam que a roça “não, é ruim de trabalhar”, mas o cara já sabe que trabalha, a carga horária aqui como é que é.

É pesada sim...

É! Já sabe! Já sai da Paraíba eles já explica. O alojamento também eles explica, mas só que eles quer exigir da gente, mas não quer oferecer nada também em troca né, das exigências que eles dão.

Aham...

Se eles exigissem que pelo menos oferecessem alguma vantagem! Olha o armário (risos irônicos) bonito pra caramba. (mais risos irônicos).

(Entrevista com o cortador de cana Neimar, Piracicaba, outubro de 2010)

Na primeira frase de Neimar, neste trecho, podemos perceber que quando falou “os caras”, se referiu a seus colegas, que reclamam das condições de trabalho, como se não soubessem que o trabalho seria difícil, penoso. Para Neimar, a reclamação dos companheiros é desnecessária. Por que reclamar se já sabe como é o “tranco”? Ora, o corte de cana não é um lugar para desavisados! Assim, o discurso de Neimar, nos oferece pistas para entender como é esse lugar, quais as regras que se constituem e regem esse espaço social.

Em seguida, na afirmação “se eles exigissem, que pelo menos oferecessem alguma vantagem!”, Neimar indica uma noção de justiça, baseada na reciprocidade. Ora! Se “eles” (no caso o trabalhador refere-se à usina) exigem, é necessário que ofereçam algo. E então ri da situação dos armários que existem no alojamento, o qual considera que estão em condições precárias. Essa noção de justiça, também nos indica elementos para analisar as práticas de resistência, que trataremos adiante. Essa primeira situação que narrei, se complementa com a segunda situação, que também nos dará pistas para entender as relações dos camponeses-trabalhadores migrantes nos canaviais.

“Saber viver em barraco”

No terceiro dia de minha segunda visita ao Alojamento Horizonte, em outubro de 2010, um trabalhador chamado César, me convidou para tomar cachaça com seus amigos. A ingestão de bebidas que contenham álcool é proibida no alojamento. Mas, os trabalhadores bebem cachaça, rum, uísque e conhaque. Essa prática, porém, é organizada com uma série de práticas de dissimulação, de modo a impedir que o fiscal seja informado que tais trabalhadores estão desrespeitando a regra. Descreveremos estes procedimentos com mais detalhes, no decorrer deste capítulo, porém, agora, para ilustrar o caso, terei que adiantar dois procedimentos. O primeiro trata-se de esconder a bebida. O segundo trata-se de impedir que caguetes venham a informar ao fiscal.

Este grupo de trabalhadores esconde a cachaça num dos armários que se localiza num quarto, que naquele momento, não está sendo ocupado como dormitório. Chegamos neste local eu e César. Tiago e Mateus já estão dentro do quarto. César bate na porta e fala “sou eu”. Os de dentro reconhecem sua voz e abrem a porta. Ao entrar a porta é novamente fechada. Tiago, que tem a chave, abre o armário, pega o litro da cachaça *Velho Barreiro* e se serve bebendo meio copo num gole. Ele passa o copo e o litro para mim, que também me sirvo, porém bebendo apenas um golinho, pois não sou acostumado com a bebida. César e Mateus se servem, posteriormente, também bebem meio copo, em apenas um gole. Sentamos no chão, em forma de círculo, para conversar. No meio da roda, além do litro e do copo, há o saco de salgadinhos, que serve como aperitivo, para acompanhar a bebida, e também como artifício para disfarçar numa possível chegada de caguetes. Constantemente, alguém bate na porta para entrar. Então Tiago guarda o litro de cachaça, e Mateus abre a porta. Se for um amigo deste grupo e não for caguete, o mesmo é convidado a entrar. Se for caguete é pouca conversa e a porta é fechada. Numa das batidas era um trabalhador chamado de Calango, e este é convidado para entrar. Calango bebeu um copo num gole só. Na outra batida, era Guilherme. Com este o diálogo travado por Mateus foi monossilábico, e a porta elegantemente fechada.

Segundo Tiago, há apenas dois caguetes no alojamento. Um destes é o medidor, que tem apelido de Coro Veio; o outro é um novato, que se chama Guilherme. Tiago me explica que Coro Veio é medidor, portanto tem o dever de entregar os descumpridores de regras, para o fiscal. E Guilherme é “novato” e “não sabe viver no barraco”, e na dúvida é melhor não convidá-lo.

E nessa conversa, regada de *Velho Barreiro*, Tiago ao me explicar quem são os caguetes, me fornece uma fala, que usarei como chave para entender o mundo destes

cortadores de cana. Por que o que se passa é o seguinte: é de se esperar que o medidor, ao ver os trabalhadores bebendo cachaça no alojamento, informe ao fiscal. É esperado por que faz parte do ofício do medidor, e também do fiscal, vigiar os cortadores de cana. E os trabalhadores *naturalizam, aceitam* esse fato, por que isso já lhes é explicado antes mesmo de sair da Paraíba. E no caso de Guilherme, também é de se esperar que informe ao fiscal, pelo fato dele ser novato, de ser seu primeiro ano no “corte de cana”. E, portanto, nas palavras de Tiago, ele “não sabe viver em barraco”. Barraco é como os trabalhadores se referem ao alojamento. Diante disso me veio à questão: o que é saber viver em barraco? Que “sabedoria” é necessária para viver e conviver neste mundo social dos canaviais? Saber viver em barracos implica num processo social de aprendizagem? Aprender a viver em barraco está relacionado a uma experiência pessoal e coletiva?

Os dois elementos são relacionados a uma *sabedoria*. No primeiro episódio, Neimar afirma, “por que o cara já **sabe** o tranco”. No segundo episódio, Tiago informa “o novato não **sabe** viver em barraco”. Estas “sabedorias” demarcam as práticas de sociabilidade dos camponeses-trabalhadores migrantes nos canaviais. Estas sabedorias nos fornecem chaves para compreender alguns códigos de sociabilidade neste espaço social marcado por vigilância, repressão, dominação, mas, também, práticas de resistência (SCOTT, 1985, 1990, 2003) ou por táticas (CERTEAU, 1994).

4.1 - Elementos da vida social dos alojamentos

A existência de alojamentos para abrigar trabalhadores migrantes é um antigo meio que as empresas utilizam em diversos setores da economia⁴⁴. No Agronegócio Canavieiro paulista, a utilização de alojamentos é intensificada nas décadas de 1980-90, com a contratação de trabalhadores migrantes.

Em pesquisa realizada durante a década de 1990, na região de Ribeirão Preto/SP, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) atribui o fato dos empregadores rurais destinarem alojamentos para abrigar os trabalhadores migrantes, como uma forma de mesclar a segregação étnico-racial com segregação de classe. Em seu estudo, a autora detecta que os trabalhadores migrantes (provenientes da Bahia e Minas Gerais), e os trabalhadores locais, sempre são colocados para trabalhar em talhões separados. A separação entre os “de fora”

⁴⁴ Como por exemplo, nas Minas de Ouro na África do Sul, como analisado por Sitas (1985), e também em construções de hidroelétricas na América do Sul. (Ribeiro, 1988)

(migrantes) e os trabalhadores locais é constatada também no que se refere aos espaços de moradia.

Os migrantes são destinados aos alojamentos das usinas, situados nos espaços dos canaviais. Nas fazendas de café, eles são alojados nos barracões, que se assemelham a senzalas. São em geral antigas colônias ou sedes de fazendas. Construções abandonadas, em péssimas condições, não possuindo nenhuma infra-estrutura. Às vezes, são construídos grandes galpões com grandes quartos, capazes de alojar até cem pessoas, distribuídas em número de até vinte por quarto, sem se levar em conta o sexo, idade ou estado civil. Produz-se um verdadeiro amontoamento (SILVA, 1999, pg.242).

As novas construções de alojamentos são qualificadas pela autora, como espaços que tem o objetivo de controlar a força de trabalho migrante.

Os alojamentos, ao contrário dos barracões, são bem construídos, não ultrapassando quatro trabalhadores por quarto. Não obstante o controle e a disciplina, os conflitos são imensos nestes alojamentos. Não é permitida a entrada de mulheres ou de qualquer outra pessoa sem a permissão do escritório da usina. É um espaço em que o processo de habituação e modelagem do trabalhador tem prosseguimento. Constitui-se um lugar fechado, cujo objetivo é tão somente completar a formação destes corpos para o trabalho (SILVA, 1999, pg. 242).

A perspectiva de considerar os alojamentos como um espaço de controle da força de trabalho migrante, também é constatada na plantation canavieira pernambucana no trabalho de Menezes (2002), onde esta autora analisa que “o espaço de alojamento não se resume a um conjunto de prédios e instalações, mas contém a ideologia e disciplinamento da força de trabalho” (MENEZES, 2002, p.149).

Devido às diversas pressões da sociedade civil, com as constantes denúncias de condições subumanas nos espaços de moradia e trabalho, tanto na área canavieira quanto em outras áreas como a pecuária e a exploração florestal, o governo federal aprovou em 2005 uma legislação proposta na CLT (Consolidação da Legislação Trabalhista) de 1977 que regulariza os atributos necessários para garantir condições de saúde e segurança para os trabalhadores destes setores. *A Norma Regulamentadora 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura*, como é chamado este documento, tem como objetivo:

Estabelecer os preceitos a serem observados **na organização e no ambiente de trabalho**, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a **segurança e saúde e meio ambiente do trabalho**. (*grifos meus*) (NR 31, 2005, pg.1).

De acordo com a NR 31, os empregadores rurais têm que garantir espaços de moradia com condições de conforto para os empregados. Estas condições significam garantir locais adequados para a acomodação dos trabalhadores; com roupas de cama limpa, colchões, camas devidamente espaçadas entre si, ventilação nos quartos, proteção contra umidade ou calor; instalações sanitárias limpas, com uma quantidade razoável de vasos sanitários e mictórios; água limpa para o consumo humano; áreas de vivência; refeitórios limpos, com mesas, cadeiras, recipientes e talheres limpos; espaço de cozinha limpos, com instalações adequadas para a conservação e a confecção de alimentos; espaços para que os trabalhadores possam lavar e secar suas roupas, etc. e tal.

Observando essas normas, poderíamos concluir que isso é o mínimo para que um ser humano possa ter conforto e segurança. O problema é que as condições de alojamentos eram - e por vezes ainda são - inferiores a essa “padrão mínimo” que a NR 31 estabelece. Um agente de fiscalização sanitária de um órgão da Prefeitura Municipal de Piracicaba descreve no seguinte depoimento a situação dos alojamentos para trabalhadores migrantes no “pujante” agronegócio do estado de São Paulo:

As condições eram muito precárias, péssimas. A gente chegou a pegar gente aí morando em chiqueiro pra você ter uma idéia, há quatro anos atrás, cinco anos atrás. Tá, mas em outras regiões isso acontece ainda, aqui no Estado de São Paulo, se a gente pegar aí outros lugares, por que as pessoas vão se escondendo. Antigamente as pessoas reclamavam mais, vinha pro sindicato. Hoje as pessoas não reclamam mais, então a gente só vai pegar quando as condições estão precárias mesmo, quando as relações de trabalho, quando as coisas não estão dando certo para os trabalhadores, aí eles vem e reclamam, que eles querem voltar para suas cidades, pros municípios deles. Então sem essas informações destes trabalhadores fica muito ruim pra gente (Alexandre, agente do CEREST, Piracicaba/SP. Entrevista realizada em outubro de 2010).

É notável, na avaliação dos trabalhadores, certa “evolução” na melhoria das condições de moradia dos alojamentos. Até por que, se houver denúncias quanto a irregularidades nas instalações físicas dos alojamentos, o empregador sofre sanções que variam desde pagar elevadas multas, até entrar na temida “lista suja do trabalho escravo” divulgada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O estado, pressionado pela sociedade civil, busca, portanto ter influência na organização do ambiente de moradia dos trabalhadores. Porém, a prática dos empregadores rurais, como indica o agente de fiscalização acima citado, é de constante desvio das normas, o que caracteriza a existência de condições precárias de moradia para os trabalhadores migrantes.

A Usina Peperoni tem cinco alojamentos, que são administrados pelo Setor de Recursos Humanos, através de uma profissional Assistente Social; e pelo setor de Segurança

no Trabalho, através dos técnicos de segurança do trabalho. O alojamento é de propriedade da usina. Consiste num complexo de prédios, que são utilizados como espaços para dormitórios; banheiros e chuveiros; sala de vivência; refeitório; lavanderia; como podemos observar no croqui (Anexo 6).

Estes profissionais são responsáveis pela manutenção física dos alojamentos e também pela formulação de regras para a convivência social (ordem) dos trabalhadores neste espaço. No alojamento, a pessoa responsável pela manutenção da ordem é o fiscal (turmeiro), que mora ali. A assistente social e o técnico de segurança do trabalho fazem visitas esporádicas ao alojamento.

Como podemos observar no mapa (Anexos 5 e 6), o Alojamento Horizonte fica cercado por canaviais. A cidade de Piracicaba fica a 7 km dali. A rodovia que liga Piracicaba a Santa Barbara d'Oeste passa a 3 km. A proximidade com a cidade é um elemento que facilita os deslocamentos dos trabalhadores, onde se dirigem uma ou duas vezes ao mês, para comprar alimentos, roupas, depositar dinheiro no banco para as famílias no Nordeste. Nos meses finais da safra, os trabalhadores se dirigem com mais frequência à cidade para comprar eletrodomésticos e roupas para levarem às suas famílias.

Este alojamento era uma antiga vila de colonos⁴⁵. No processo de substituição do regime do colonato, para a contratação de trabalhadores assalariados, mudou-se o nome do complexo, que antes era chamado de Vila Horizonte, agora é Alojamento Horizonte. O espaço que antes era povoado por famílias camponesas, que trabalhavam nas lavouras de cana, e as crianças brincavam nos pátios das casas, hoje é substituído por camponeses migrantes, que trabalham cinco dias e folgam um; e ficam no alojamento das 17 horas quando o ônibus os trás, até as 6 horas quando o ônibus os leva ao trabalho.

Geralmente os alojamentos são cercados por muros, com guardas nos portões, que controlam a entrada e a saída dos trabalhadores. Porém, o Alojamento Horizonte não tem cercas. Talvez seja pelo fato de ali residir apenas uma turma. Também é pertinente levantar a hipótese de que os canaviais que circundam o alojamento funcionem também como uma espécie de muro, que impede os trabalhadores que ali residem, de circularem. A violência e o crime, característica das médias e grandes cidades, se estendem pelos canaviais. Os

⁴⁵ De acordo com Emília Viotti da Costa (1998), as vilas de colonos foram criadas pelos fazendeiros para receber os imigrantes europeus, no final do século XIX, durante o processo de substituição da mão de obra escrava dos africanos, pela mão de obra imigrante. Em alguns casos as senzalas que abrigavam os escravos, eram destruídas, e no mesmo espaço construídas as vilas dos colonos. Mas isso se mostrou um inconveniente, por que os colonos preferiam que as vilas fossem longe das casas dos fazendeiros, para terem maior liberdade. A Vila Horizonte, construída na década de 1960, é um destes casos, onde a vila fora construída longe da sede da fazenda.

carreadores, estradas de terra entre os talhões dos canaviais, servem como rota de fuga para carros roubados. O canavial também é um espaço para esconder cadáveres; e um território de consumidores de drogas, sobretudo o crack.

A estrada que passa em frente ao canavial é patrulhada rotineiramente pela polícia militar, pela suspeita de ali próximo existir um desmanche de carros roubados. É comum a polícia abordar os trabalhadores migrantes que circulam por esta estrada. E o método de abordagem da polícia geralmente constrange-os. Os trabalhadores relatam que *já não é novidade* encontrar cadáveres, ou esqueletos humanos dentro dos canaviais, sobretudo nas áreas próximas as cidades.

A 3 km do Alojamento Horizonte há um bairro de Piracicaba. Neste bairro tem o Bar do Romário, que os trabalhadores freqüentam. Porém, se a cana estiver alta, os trabalhadores consideram uma atividade de alta periculosidade ir caminhando de noite até o bar, pelo fato do risco de ser assaltado, ou até mesmo violentado, pelos “noiados” (consumidores de crack, ou assaltantes) que circulam pelos canaviais, a fim de abordar os desavisados. Estes relatos dos trabalhadores relacionam os canaviais, próximos às cidades, como espaços violentos, que produzem medo. E, portanto, o lugar mais seguro nas horas de folga é o alojamento. O canavial é um “muro invisível” que ao mesmo tempo segrega os trabalhadores “de fora” da população local e os “protege” da violência urbana.

4.1.1 - Pelas redes sociais de amizade e parentesco

Na estrutura física do Alojamento Horizonte há três prédios, subdivididos em quatro cômodos, destinados para servirem de quartos. Em cada cômodo há três beliches, porém nem todas as camas são ocupadas, e isso faz com que cada cômodo tenha entre três a quatro trabalhadores. A divisão é feita de maneira espontânea, no começo da safra, cada trabalhador escolhe o quarto que quer ficar. Neste alojamento, os trabalhadores buscavam ficar em quartos que tivessem parentes ou conhecidos. Os onze quartos, eram assim ocupados: 1) Ficavam dois irmãos e um cunhado; 2) Dois irmãos, um cunhado e um primo. 3) Três primos e um sobrinho. 4) Três trabalhadores da mesma localidade no Ceará. 5) Dois primos. 6) Três irmãos e um cunhado. 7) Dois irmãos e dois irmãos. 8) Dois irmãos e um afilhado. 9) Dois da mesma localidade. 10) Dois da mesma localidade. 11) Três trabalhadores sem parentesco e nem vizinhança.

Em cada quarto (ou cômodo) além dos beliches há armários, onde são guardadas as roupas e também alimentos complementares à dieta fornecida pela usina, como suco em pó, iogurte, bolachas e rapaduras. Estes alimentos são adquiridos em mercados da região nos dias de folga, ou numa das vendas ali próximas ao alojamento, e estocados ali. De maneira geral, estes alimentos eram consumidos coletivamente no quarto.

Essa distribuição espacial nos quartos indica a manutenção de redes de parentesco e vizinhança presentes desde as localidades de origem. Em estudo realizado nos alojamentos da plantation canavieira de Pernambuco, Menezes (2002), também detecta a manutenção destas redes de parentesco e amizade, que os trabalhadores se inserem nas regiões de origem, e continuam nas regiões de destino de migração. Menezes e Silva (2008), em trabalho sobre os migrantes paraibanos que cortam cana em Sales/SP, afirmam que:

Os trabalhadores tendem não apenas a viajarem, mas também a residirem, comerem, conversarem e se divertirem com o que Mayer chama de *companheiros moralmente significantes*, entendendo os mesmos enquanto *aqueles com os quais os migrantes vivem, comem, dormem, conversam, bebem e se divertem; são também os amigos em tempos de necessidade e os julgadores em casos de disputa ou comportamentos incorretos* (Mayer 1964 p. 29). (grifo dos autores) (MENEZES & SILVA, 2008, p. 12).

Estas redes de parentesco e amizade caracterizam a sociabilidade no espaço dos alojamentos. Servem como canais de comunicação, para atitudes de solidariedade, como dividir os alimentos; como também para manter segredos e a vigilância em casos de ser necessário descumprir as regras do alojamento, como por exemplo, para beber a *proibida* cachaça.

A cachaça, e outras bebidas que contém álcool, é terminantemente proibida dentro dos quartos. Mas, como colocado anteriormente, os trabalhadores encontram formas criativas de esconder as bebidas alcoólicas, geralmente adquiridas na cidade, no dia da folga, ou num bar existente ali próximo ao alojamento. As bebidas de álcool eram escondidas ou no interior de uma árvore de bambu; por baixo de algumas pedras; ou nos armários de quartos desativados⁴⁶.

A cachaça é consumida por volta das 17 ou 18 horas, quando os trabalhadores retornam do canavial. Neste horário, o fiscal está ocupado, por que, juntamente com o medidor, eles repassam as quantidades de metros cortados de cana-de-açúcar, de cada trabalhador que fora anotada no caderno, para o medidor digital. Neste aparelho os dados

⁴⁶ Este tinha capacidade para suportar 120 trabalhadores. Porém, atualmente, apenas 40 ficam ali. A usina tem adquirido máquinas colher a cana, e dessa maneira foram fechados alguns postos de trabalho, dentre estes, os 80 que ficavam neste alojamento.

ficam gravados num arquivo, que é transmitido aos computadores do escritório da usina, onde serão feitas os cálculos para ter os resultados da produção de cada trabalhador, para posteriormente ser convertido em salário.

Quando os trabalhadores percebem que o fiscal está ocupado, eles se comunicam com sinais, como piscadas de olhos, ou risos acompanhados de gestos, ou até mesmo conversando próximos num tom de voz baixo com algum código como “Fubua⁴⁷”, ou tipo “os meninos já estão lá”. E de maneira individual, ou no máximo em grupos de dois, eles chegam ao local e bebem a cachaça. O local vai mudando, num dia é no bambu, no outro, no quarto vazio, no outro atrás do prédio dos chuveiros.

As doses de cachaça, ingerida nos finais de tarde, não interferem na produção dos trabalhadores, nem ameaçam a lucratividade da usina. Beber cachaça é um fator cultural⁴⁸ típico de áreas rurais do nordeste e do Brasil. Na visita que fiz aos mesmos trabalhadores, em suas áreas de origem na Paraíba, todos os dias é bebida a cachaça. Seja para receber um amigo, seja um gole antes das refeições, seja em dias de festa, seja para se embriagar.

A questão é que a usina, através de seu corpo de agentes, encarregados e fiscais, proíbe o uso de bebidas alcoólicas dentro do alojamento, para evitar possíveis conflitos entre trabalhadores embriagados⁴⁹. E o fiscal, mesmo sendo amigo e conhecido dos trabalhadores, precisará punir, caso enxergar alguém bebendo cachaça. Se o fiscal optar por não punir, seus superiores o punirão.

Em meu entender se estabelece um pacto. O fiscal, de um jeito ou de outro sabe que seus subordinados estão bebendo no alojamento. Nas redes de parentesco e amizade, circula a informação de que os trabalhadores bebem cachaça nos alojamentos, e o fiscal tem acesso a essas redes. O fato é que se o fiscal não enxergar, não tem como ficar sabendo. E se os trabalhadores beberem e não provocarem conflitos, também não se comunica um possível problema decorrente do uso de cachaça. Então, os interesses se combinam sem haver uma comunicação oral ou um debate. O fiscal sabe que antes de tomar banho os trabalhadores

⁴⁷Marca Comercial de uma cachaça produzida no estado de São Paulo.

⁴⁸ O estudo realizado por Marilda Menezes (2002) nos alojamentos da *plantation canavieira* de Pernambuco, também é verificada a proibição do uso da cachaça e as formas alternativas, que os trabalhadores encontram para esconder e beber a cachaça. Este mesmo estudo identifica a manutenção das redes de parentesco e vizinhança das localidades de origem, no interior do alojamento.

⁴⁹ No estudo de Silva (1999) é constatado que nos barracões onde se albergavam trabalhadores migrantes, havia vários conflitos entre trabalhadores embriagados. Esta experiência social pode ter sido, em minha análise, o motivo para proibir o uso de bebidas alcoólicas no alojamento.

gostam de “tomar uma”, então, ele se ocupa de outras coisas, para não ter que enxergar tal ato e ter que punir.

Essa é uma regra, que percebi neste alojamento, e que faz parte do “saber viver nos barracos”. E aqui se encontra o perigo do novato, que por sua pouca experiência, por não saber viver neste espaço, por ainda não ter demonstrando confiança suficiente para participar deste pacto, pode em virtude de querer fazer algum tipo de relação de confiança com o fiscal, acabe tendo que fazer o fiscal enxergar e punir.

Criar meios para “suportar” o cansaço do trabalho, as dores no corpo, a saudade da família, a carência de mulheres, faz parte da “sabedoria” para viver em alojamento. O pacto entre os fiscais e os trabalhadores, também faz parte dessa sabedoria, pelo menos neste caso.

4.1.2 - Cultivando o “norte” no transitório “barraco”

Há outra regra que é quebrada de maneira radical no alojamento. A usina, através dos técnicos de segurança do trabalho, proibiu a utilização de televisão nos quartos, como medida de segurança, para evitar sobrecarregar as tomadas com “T” que causem possíveis curtos circuitos e conseqüentes incêndios nos alojamentos. Essa mesma medida de segurança, no entanto não se estende para o uso de T no carregamento de baterias de aparelhos celulares e na utilização de rádios, o que gera desconfiança nos trabalhadores, e abre a possibilidade de interpretar como uma maneira de controlar o tempo de descanso. Se tiver televisão nos quartos, há o risco dos trabalhadores dormirem mais tarde, e prejudicar o trabalho no dia posterior. Para compensar esta medida é disponibilizada uma televisão, com antena parabólica, que fica numa sala, como espaço de vivência.

Porém essa regra, independente do motivo (seja para controlar o tempo livre dos trabalhadores, ou seja, para de fato, evitar possíveis incêndios nas já antigas e defasadas instalações elétricas), mexe num elemento central da vida dos trabalhadores em alojamento, que é a transitoriedade deste espaço.

De maneira geral, o sentimento dos trabalhadores sobre o alojamento, é expresso na denominação de espaço deletério e transitório que lhe dão – “barraco”. São incomuns, eu diria raríssimos (por que talvez o termo *impossível* seria exagerado) dos trabalhadores se referirem ao alojamento como casa, ou mesmo como alojamento. Entre eles o alojamento é “barraco”. Como me explicou Mateus “alojamento é a usina que chama, a peonada chama de barraco”. Quando pergunto por que chamam assim, a resposta dada foi “sabe como é peão, gosta de por

nome em tudo”. Como expôs Silva (1999), os “barracões” foram espaços para alojar migrantes, sobretudo nas fazendas de café. Como o Alojamento Horizonte, fica numa antiga colônia, a denominação “barraco” poderia ser uma derivação do tradicional barracão. Mas o fato é que, os trabalhadores de maneira geral chamam de “barraco” também os alojamentos atuais, que são grandes construções assemelhadas a escolas ou presídios.

Entendo que a nomeação do alojamento como “barraco” sinaliza a transitoriedade deste espaço para estes trabalhadores migrantes. Nesta perspectiva, não é comum que um trabalhador pretenda morar a vida inteira num barraco. E o sentimento que os trabalhadores têm quando chegam ao alojamento é, além de denotar, este espaço como transitório, onde ficarão apenas por um determinado tempo, eles também, querem que este tempo passe o mais rápido possível. E este desejo se estende, também, ao eito, onde a maioria dos trabalhadores diz que procura “não pensar em nada”, por que dessa maneira “o tempo passa mais rápido”.

Neste sentido a televisão ajuda há fazer o “tempo passar”, como me explicou o fiscal e alguns trabalhadores. Como citei acima, a “usina” proíbe que se utilize televisão nos quartos. Porém, o fiscal permitiu a utilização de uma televisão, que foi instalada num quarto de um dos prédios desativados do alojamento. Essa televisão é de propriedade de três irmãos, “os irmãos sardinha”, que também compraram um aparelho de DVD, e duas caixas de sonorização. Com essa aparelhagem, este quarto se transformou numa espécie de sala de cinema, onde quase todas as noites, e principalmente nos dias de folga, os trabalhadores assistem a filmes e a DVDs de bandas do forró.

Na primeira visita que fiz ao alojamento, o fiscal solicitou que eu não contasse pra ninguém que ele estava permitindo aos trabalhadores terem uma televisão, devido ao fato da usina proibir tal prática. O fiscal não concorda com a regra da usina, mas se alguém da usina (encarregado, assistente social, etc.) ficar sabendo, ele terá que proibir o uso da TV, além de ser punido por não ter cumprido a regra. Então, o fiscal necessita fazer este jogo dúbio, de cumprir as regras impostas pela usina, e, também, de agradar aos trabalhadores.

Os DVDs são adquiridos no comércio informal das cidades da região. Alguns vendedores ambulantes, vão nos dias de folga aos alojamentos para vender roupas e DVDs, sobretudo. Estes vendedores também vendem pilhas, celulares, rádios portáteis, perfumes, etc.

Dos filmes preferidos pelos trabalhadores estão três gêneros: pornografia, DVDs de bandas de forró e ação. Os filmes de pornografia são assistidos apenas na noite anterior ao dia de folga, e servem como estimuladores da masturbação, que é realizada, até onde observei, da maneira individual, em locais privados, sobretudo nos banheiros. A rotina do trabalho organiza o momento de realizar a masturbação, que é realizada no dia da folga. Nos dias de

trabalho, o cansaço impede que seja realizado tal ato sexual. Mas, também, a opção e a necessidade de gastar a energia com o trabalho pode ser um elemento que impeça de se desviar energias para outras atividades.

Os filmes de ação e os DVDs de bandas de forró são assistidos quase que todas as noites. E nos dias de folga, são exibidos geralmente uns três ou quatro filmes. Minha suspeita da opção em olhar filmes de ação, sobretudo onde os personagens principais são lutadores de artes marciais, boxeadores, ninjas, soldados, etc. é que os cortadores de cana identificam-se com estes personagens, que lutam, se movimentam, apanham bastante e no final vencem. O roteiro destes filmes geralmente tem a mesma lógica, o personagem principal sempre tem motivos pra lutar, suas lutas sempre são difíceis, mas o final sempre é feliz. Da mesma maneira, o cortador de cana tem motivos pra lutar, e sua luta é difícil, é cansativa, e o final feliz é desejado. Os trabalhadores se projetam⁵⁰ nos heróis dos filmes, e isso é um fator que serve para motivar sua luta diária no canavial.

Sobre a opção de assistir DVDs de bandas de forró, uma possibilidade de explicação é de que é um jeito de se manter conectado ao tipo de música que escutam em suas áreas de origem na Paraíba. Enquanto assistem a este tipo de música, os comentários dos trabalhadores circulam em torno de eventos que foram realizados em suas localidades de origem. Através do contato diário que é estabelecido via telefone celular com os familiares na Paraíba, os trabalhadores têm a agenda cultural dos municípios paraibanos. Então, por exemplo, eles sabem que no dia tal a Banda Saia Rodada tocará em Monte Horebe; e que na outra semana terá o cantor Léo Magalhães, na boate Palacius em Cajazeiras; e que na outra semana, na Vaquejada de São José de Piranhas terá show com a Banda Sela Rasgada. Não seria exagero algum afirmar que estes trabalhadores estão mais informados da vida social de seus municípios de origem, do que propriamente da vida social do município de Piracicaba⁵¹.

Cultivar as músicas que são ouvidas em suas localidades de origem é uma forma de manter os universos sociais próximos e confirma o eito e o barraco como espaços e tempos transitórios.

⁵⁰ E aqui é possível estabelecer uma comparação com a análise de Clifford Geertz em suas *Notas sobre a briga de galos balinesa* em que os homens projetam sua força no galo, e que *é apenas na aparência que os galos brigam ali – na verdade são os homens que se defrontam*. (1978, pg. 283).

⁵¹ Minha segunda visita ao alojamento, em outubro de 2010, foi três dias após as eleições para presidente, governador, deputados e senadores. E os trabalhadores já sabiam quais as urnas do município de São José de Piranhas/PB onde havia vencido o José Maranhão/PMDB e quais haviam vencido Ricardo Coutinho/PSB, que disputavam o cargo de governador da Paraíba. No entanto, nem faziam idéia do resultado das urnas em Piracicaba/SP.

Os dias de folga são classificados por alguns trabalhadores como os piores, pelo fato que o tempo “demora passar”. E a televisão ajuda o “tempo passar”. Mas vejamos, a usina disponibiliza uma televisão na sala de vivência. Esta, por sua vez, é utilizada, sobretudo para assistir novelas, jogos de futebol, programação religiosa e o noticiário. Mas, a televisão “clandestina”, onde cada um pode chegar e colocar o filme que quiser assistir com os amigos tem mais audiência. Em meu ver, exatamente por que é uma forma de conectar os dois mundos sociais fisicamente distantes, mas subjetivamente próximos. Ver as bandas de forró é uma forma do “norte” ficar sempre presente ali.

Outra maneira de manter os universos sociais conectados é através da alimentação. No alojamento são realizadas duas refeições: a janta e uma refeição matinal, antes de ir para o trabalho, denominada pelos cortadores de “merenda”. O almoço é realizado no canavial, salvo nos dias de folga, onde este acontece no alojamento. As refeições são preparadas por uma empresa terceirizada pela usina⁵². As refeições de almoço e janta são servidas em forma de marmita. As marmitas sempre contêm feijão, arroz, macarrão. As saladas e as carnes são variadas, um dia vem alface, em outro tomate, um dia carne de galinha, outro de gado, de porco, etc. No almoço, cada trabalhador recebe duas bananas. Na “merenda” é servido café com leite, e cada trabalhador tem direito a dois pães com margarina.

Os trabalhadores reclamam constantemente do tempero da comida. Apesar da grande quantidade servida nas marmitas térmicas, dificilmente um trabalhador consegue comer todo o alimento contido na marmita. O problema não é a quantidade, e sim, a qualidade da comida, como relatou o zelador do alojamento, “a comida não tem o cheiro e o gosto do norte. Quando a mulher faz a comida no norte, dá pra sentir aquele cheirinho do tempero de longe. Mas aqui, não reclamo da comida, que temos que agradecer, pois foi Deus que mandou, mas reclamo do preparo”.

Então, nas jantas, e nos dias de folga, os trabalhadores adicionam em suas marmitas alguns temperos que são usados no nordeste, como o cuminho e a pimenta, por exemplo. Também compram sopas, que a filha do fiscal-motorista⁵³ faz. Uma sopa custa sete reais e é consumida por quatro trabalhadores, que misturam-na com os alimentos da marmita.

⁵² Os trabalhadores pagam uma taxa mensal de R\$ 130,00 pela alimentação e pela manutenção do alojamento.

⁵³ O fiscal motorista também mora nas proximidades do alojamento. Além de fornecer sopas sob encomenda para os alojados, a família do fiscal-motorista também tem uma venda que fornece bolachas, sucos, refrigerantes, créditos para telefone celular, etc. Nessa venda, porém não é comercializado bebidas de álcool.

Nos dias de folga, alguns trabalhadores que sabem cozinhar, fazem pratos que comem em suas regiões de origem, como sopas, a “vaca atolada” (carne e macaxeira cozida), carne de bode. Como explicou Neimar: “sempre é bom mudar o tempero da usina”.

A utilização de fogareiros de gás e o armazenamento de alimentos são proibidos nos quartos dos trabalhadores, por determinação da NR 31. Rotineiramente, os técnicos de segurança do trabalho, a assistente social e, raramente, os técnicos de vigilância sanitária do município, fazem revista no alojamento para identificar se está ocorrendo irregularidades. Dessa maneira, os trabalhadores precisam esconder estes alimentos, para não serem punidos. Assim como a cachaça, eles escondem estes alimentos (sobretudo cebolas, tomates, óleo de soja, cuminho, pimenta) nos armários que estão nos prédios desativados. Num primeiro momento, o fiscal necessitou alertar os trabalhadores a não cozinhar no alojamento, porém, posteriormente, fez um acordo para cozinharem apenas nos dias de folga, sem deixar pistas que venham a informar as visitas de rotina, que tal ato de insubordinação esteja acontecendo.

O fato dos trabalhadores diariamente buscarem alterar o gosto insosso da comida industrializada, com os temperos nordestinos, nos informa que é uma maneira de se alimentar bem para enfrentar o trabalho pesado; é uma maneira de manter a conexão, através do gosto alimentar, com a cultura alimentar de seu local de origem ou seja, através do tempero, o “norte” se mantém presente ali⁵⁴, e é uma maneira de alterar o que for possível de ser alterado, nesta terra distante, numa sociabilidade vigiada.

4.1.3 – Dos conflitos no “barraco” a uma noção de justiça

⁵⁴ Em recente pesquisa no processo de migração internacional entre México e Estados Unidos, o estudioso Maximino Matus Ruiz, ao observar a rede de restaurantes oaxaquenhos em Los Angeles, reflete que os alimentos são um elemento fundamental na constituição étnica. “Los alimentos representan formas culturales que expresan unidades mínimas de significado para su comensales. A través de su producción, elaboración y consumo, los sujetos sociales logran reconocerse e identificarse al interior de diferentes colectividades. Para Álvarez, la tradición alimentaria de un grupo social puede ser entendida como una serie de códigos compartidos de significación. Desde la perspectiva de ese autor “una receta nos transmite símbolos y valores, en ellas se resumen inequívocamente momentos de nuestra historia, en ella esta presente la memoria del gusto social”(ALVAREZ, 2002, p.116). A la vez, las practicas alimentarias también denotan diferenciación al interior de los grupos sociales, ya que el consumo de un mismo alimento puede ser significado de forma particular del contexto y las múltiples identidades de sus consumidores.”(RUIZ, 2009, p. 41-42)

Assim, observando o fato de que nos alojamentos dos canais de São Paulo, os trabalhadores paraibanos e cearenses utilizam os alimentos originários de suas regiões, também podemos refletir no sentido proposto por Ruiz, de que os alimentos são uma forma de identificação social.

Na vida social no alojamento, há relações que podemos caracterizar como conflitantes e, também, coesão social, através de códigos de convivência construídos nesse espaço social que está sob vigilância diuturna, ou seja, dos olhos e ouvidos dos agentes da dominação. Um desses códigos é a regra de lealdade entre os trabalhadores no caso de transgressão das regras da usina quanto à disciplina no alojamento. Assim, há segredos, cumplicidade, dissimulação, silenciamento e outras práticas sociais que protegem os trabalhadores entre si e dos seus superiores. Do ponto de vista analítico, pode até ser possível distinguir os conflitos das práticas de coesão social, porém do ponto de vista prático, eles coexistem, ou seja, a possibilidade de emergência dos conflitos está no cotidiano das interações sociais. O fato que ilustrarei, a seguir, pode ser lido como um conflito, ocasionado pela quebras das regras de lealdade e pela visibilidade de trabalhadores que são classificados como “babões”, que informam ou fornecem indícios para os agentes de dominação sobre o rompimento das regras do alojamento. Eles fazem isso para proteger a si mesmo e a outros colegas moralmente significantes, ou seja, para os quais são válidas as regras de lealdade e de reciprocidade (MENEZES, 2002; MAYER, 1964).

No domingo das eleições, os trabalhadores foram liberados do trabalho para justificarem seu voto. Todos saíram do alojamento e foram até uma urna de um bairro de Piracicaba. Mas um trabalhador, chamado de Ciro ficou no alojamento. Na volta, Renato, ao abrir seu armário, notou que seu pacote de suco em pó, estava sem o prendedor de roupa que ele utiliza para fechar o saquinho. O prendedor estava sobre a cama dele e o pacote de suco estava aberto. Desconfiado, Renato olhou para dentro de seu pacote e percebeu que havia pó de lima. Os podões são amolados com um instrumento chamado de lima. O atrito entre a lima e o podão, produz um pó altamente tóxico. Os trabalhadores percebem a toxidade deste pó, pois se caso cortarem um dedo e este pó entrar no ferimento, demora muito tempo para sarar. Eles observam, também, que quando amolam os podões e o pó cai sobre a pele, faz manchas, provocando feridas e ardência. Os trabalhadores tomam cuidados, do mesmo modo, para não descascar cana e chupar logo após ter amolado o podão, por que suspeitam que ingerir este pó seja prejudicial a saúde, visto os males que faz à pele. Um trabalhador relata que um tio dele trabalhava numa metalúrgica em São Paulo e respirou um pó semelhante ao pó da lima e morreu com os pulmões estragados.

Sabendo de todos os males que o pó da lima causa, e vendo que havia pó de lima em seu suco, Renato não hesitou e foi diretamente ao fiscal para denunciar o ocorrido. A conclusão é de que, se alguém colocou pó de lima no suco de Renato, este alguém queria no mínimo lhe fazer mal. Mas no alojamento se comenta que foi uma tentativa de assassinato.

Por que, uma vez que ingerido, o pó de lima iria corroer os órgãos internos como o esôfago e o estômago, levando-o a morte e dificilmente alguém descobriria por que motivo este “peão” teria morrido. Então estavam diante de uma tentativa de assassinato com uma técnica super refinada e cruel. Seria um crime perfeito, mas como fala a música⁵⁵ “crimes perfeitos não deixam suspeitos”.

O suspeito de ter colocado o pó de lima no suco de Renato era Ciro. Primeiro por que tinha sido o único a ficar no alojamento no dia da eleição. Segundo, por que tinha sido o único a amolar o podão naquele dia; terceiro, por que tinha intrigas antigas com Renato. Ciro, Renato e mais três trabalhadores são da mesma localidade na Paraíba. Inclusive Ciro é casado com uma tia de Renato.

Carlos me contou que Ciro teria ficado com raiva de Renato, por considerá-lo um “babão” da usina. O fato é que em dias anteriores, um agente da usina chegou até o alojamento para fazer um levantamento a fim de reformar os vestiários. E neste dia Renato estava de atestado médico e, portanto, ficou no alojamento. O agente da usina teria perguntado a Renato se havia trabalhadores que entravam nos quartos com as roupas sujas. Renato respondeu que os trabalhadores tiram as roupas no vestiário, porém, alguns e inclusive ele, entram de calças no alojamento. A regra do alojamento é que os trabalhadores ao chegarem do trabalho devem tirar suas roupas sujas de carvão no vestiário e vestir roupas limpas para entrar nos quartos.

O fato de Renato ter comentado a um agente da usina de que alguns trabalhadores entram no alojamento com roupas sujas, e que, portanto, descumprem a regra da usina causou ira em Ciro, que então o acusou de ser “babão” da empresa, ou seja, ser um entreguista, um delatador, um caguete. Isso poderia ter sido a *gota d'água* que faltava para o *copo* de raiva de Ciro transpor as intenções de vingança na prática concreta no pó de lima, pó de lima mortal.

Em episódios de conflitos no interior do alojamento, o responsável para apurar o caso é o fiscal Paulo Henrique. A primeira medida do fiscal foi de interrogar o acusado. Ciro por sua vez negou que teria colocado o pó de lima no suco. A segunda atitude do fiscal foi cogitar a hipótese de Renato ter armado a situação para ser vítima e prejudicar a Ciro, já que eles têm intrigas. Então Paulo Henrique os colocou frente a frente (em linguagem policial seria uma acareação) e falou que levaria o caso para a usina, que encaminharia para a perícia policial que investigaria. Renato negou permanentemente e não apresentou resistência para levar o

⁵⁵ Trata-se da música da Banda Engenheiros do Hawaii, *Pra ser sincero* composta por Humberto Gessinger. (Álbum: O Papa é pop, BMG, Rio de Janeiro, 1990).

caso até a polícia. Ciro falou que se fosse deste jeito, em que havia tanta ameaça sobre si, ele preferia “pegar suas contas” e ir embora. Argumentava de que sua honra tinha sido afetada, e que não teria mais condições morais para permanecer ali. Diante dos fatos, Paulo Henrique decidiu demitir Ciro. Este arrumou suas coisas e foi embora.

Na demissão houve um acordo entre Ciro e a usina. Ele ficou com 1080 reais, sem direito ao FGTS e nem o seguro desemprego. Os cálculos que os trabalhadores fazem são de que Ciro perdeu 6 mil reais com essa demissão. Perdeu porque foi embora dois meses antes da safra terminar; perdeu também o FGTS e mais quatro parcelas do seguro desemprego e ainda teve que custear sua passagem de volta.

Pelo fato dele ter perdido uma quantidade considerável de dinheiro, os trabalhadores do alojamento desconfiam que ele tenha sido o autor da tentativa de assassinato. E que, portanto, ir embora teria sido mais barato do que ficar, ir pra justiça, ser preso, ou ser vingado até mesmo com a morte por Renato.

Este assunto era o preferido dos trabalhadores na pauta das rodas de conversa do alojamento. Busquei perseguir algumas informações para interpretar o fato. Numa noite, durante a janta, Mateus falou que se ele estivesse com a “razão”, ele enfrentaria o fiscal até que tivesse forças. Contou casos em que enfrentou seu Chico, Felipão e Paulo Henrique, e, também, fiscais em outras usinas que queriam, injustamente, dar-lhe “ganchos”. Essa é uma máxima do mundo dos canaviais, só enfrente se tiver “razão”.

A visão de Régis é complementar a de Mateus: “Se o cara não tiver razão, é melhor fazer o que o fiscal está pedindo”. E, então, citam casos de ter colocado a cana de maneira incorreta no monte, ou até mesmo de ficar mais que um monte sem despontar a cana. Para Régis, é inútil discutir com o fiscal, pois o mesmo tem o poder de dar o “gancho” e até mesmo de mandar embora o “peão”. Sobre o direito adquirido por lei, do trabalhador acionar a usina na justiça para ter seu FGTS, Régis alega que Ciro não fará isso para não arruinar suas relações com seu Felipão, o “dono” da turma que está na Paraíba.

Selecionei este caso por considerar que demonstra os códigos que orientam a sociabilidade no barraco, as regras de reciprocidade, os conflitos, como também as práticas da dominação ou dependência personalizada. Se Ciro colocar a usina na justiça, significa prejudicar Felipão. Esse artifício revela que a usina consegue *terceirizar*, também, os conflitos entre os trabalhadores, mesmo fazendo o jogo de cena, ao mostrar ao Ministério do Trabalho e Emprego que assina a carteira profissional destes funcionários e cumpre com as exigências legais. A relação entre Ciro e Felipão é vantajosa para a usina, pelo fato de Ciro ter sido demitido, sem uma averiguação do caso, e sem necessitar pagar os direitos trabalhistas. Em

outros termos, este fato demonstra como a empresa capitalista, do setor do agronegócio canavieiro se utiliza de relações de dependência personalizada e das relações de reciprocidade entre os trabalhadores e o turmeiro.

O ponto nevrálgico que teria feito Ciro supostamente cometer a tentativa de assassinato, teria sido um descumprimento de lealdade de Renato, para com todos os trabalhadores, ao ser “babão” da usina por entregar quais trabalhadores entram com roupas do trabalho nos quartos. Essa prerrogativa de Ciro pode ser entendida como uma estratégia de punir seu adversário e justificar seu ato. Mesmo que não tivesse tal intenção, demonstra que nos alojamentos, as atitudes de caguetes não são bem vindas, e que, portanto, não são aceitas entre os colegas e aqueles que as praticam são colocados, também, sob vigilância e são alvo de fofocas, desconfiança, bem como excluídos dos espaços e práticas de transgressão das regras.

São interessantes os relatos de Mateus sobre os acontecimentos conflituosos e que revelam códigos de sociabilidade em outros alojamentos, bem como práticas de dissimulação em relação às regras e agentes da dominação. O primeiro fato foi numa usina em Laranjal Paulista, em que um trabalhador defecou fora do banheiro. O turmeiro teria ameaçado a fazer exames para descobrir quem tinha sido o autor da defecação. Até recolheu as fezes, mas nunca fez o exame.

O mesmo aconteceu em outra usina em Piracicaba, quando um trabalhador escreveu frases nas paredes do alojamento, desqualificando a esposa de um dos turmeiros. Os fiscais ameaçaram a fazer exame para descobrir a caligrafia do autor, mas nunca fizeram.

Dessa maneira, Mateus fala com segurança de que Ciro se beneficiaria caso tivesse aceita a proposta do fiscal de levar o caso até a polícia. Por que, ao chegar com este encaminhamento no escritório da usina, os gerentes nunca levariam tal caso até a polícia. “Seria dar muita importância prum peão”, conclui Mateus.

Assim, os trabalhadores concluem que, mesmo sabendo que nunca chega até a polícia, os casos acontecidos nos “barracos”, ficam na memória compartilhada do grupo. Mesmo Ciro não estando mais no alojamento, os comentários, ainda circulam, reafirmando que ele tinha, realmente, cometido a tentativa de assassinato.

Nestes relatos há informações importantes para nossa análise. O fato dos casos acontecidos nos “barracos” não saírem do domínio da usina, mostra que a autoridade que se constitui no mundo dos canaviais se considera onipotente, na maioria dos casos. E o fato de Ciro, ter aceitado ir embora, perdendo cerca de seis mil reais, revela: ou Ciro não sabe “viver no barraco”, ou seja, reagir diante dos fatos que o ameaçam; ou ele cometeu a tentativa do

assassinato. A primeira hipótese é descartada pelos trabalhadores, por que Ciro não é um novato, tem várias safras no currículo. Resta então a segunda hipótese, a de ter sido autor da tentativa do homicídio. Quanto a este fato, nenhum dos trabalhadores questionou a atitude homicida, pelo fato de que em intrigas homicídios são *naturais*. Mas questionam o fato de ter ido embora, de ter abandonado o conflito, e ali se aplica uma das máximas do mundo dos canaviais, só entra em combate quem tem a razão.

Essa “máxima” é aplicada, também, ao explicarem outros tipos de conflitos e brigas no interior dos alojamentos, sejam conflitos de ordem pessoal, como este que relatei, e tantos outros que os trabalhadores relatam; sejam conflitos de ordem coletiva como uma greve, que trataremos posteriormente.

4.2 - Elementos da vida social no canavial

Pretendemos nesta parte descrever alguns elementos das relações de sociabilidade no espaço de trabalho, para perceber o “tranco da roça”.

Os documentos NR 31 e a acordo entre governo federal, sindicatos e usineiros, denominado *Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar (2009)*, tiveram conseqüências diretas no canavial, no que diz respeito à organização do tempo e, também, na utilização dos equipamentos de proteção.

Antes da confecção destes documentos (que sintetizam processos sociais de disputa política entre os agentes do mundo canavieiro: estado, sindicatos, usineiros, trabalhadores, sociedade civil) a terceirização de trabalhadores, que isentava da usina qualquer responsabilidade sobre as relações trabalhistas nos canaviais, era quase que não fiscalizada.

A cargo dos chamados “gatos”, os trabalhadores não tinham horários para descansar, nem equipamentos de proteção individual, nem alimentos preparados, nem alojamentos decentes.

De maneira que, o dia de trabalho começava por volta das 4 horas da manhã, com a preparação da chamada “bóia-fria”, ainda no “barraco”. No clarear do dia (por volta das seis horas) os trabalhadores iam pra roça, geralmente em caminhões, e voltavam quando não havia mais sol, geralmente por volta das dezoito ou dezenove horas. O horário do almoço era determinado por cada trabalhador.

Em virtude das denúncias dos inúmeros casos de morte por causa de exaustão física, a legislação expressa neste documento, determina horários a serem cumpridos na jornada de

trabalho. Dessa maneira a jornada começa por volta das 06h15min, quando o ônibus sai do alojamento. Chegando à roça, geralmente por volta de sete horas, o trabalho é iniciado e vai até as 08h30min, quando é feito um intervalo de 30 minutos, para os trabalhadores descansarem, beberem água e comerem um lanche (este lanche é por conta de cada trabalhador). Às nove horas o trabalho recomeça e vai até o horário do almoço. A turma é dividida em duas, uma parte almoça às 11 horas, a outra às 12 horas. O intervalo para o almoço é de uma hora. A turma é dividida para que haja espaço onde todos os trabalhadores almoçarem na sombra da lona que é armada no ônibus, medida também prevista na legislação. Além da lona⁵⁶, cada ônibus deve ser equipado com mesas, cadeiras e água potável. Às 14 horas é realizado mais um intervalo de 15 minutos, para os trabalhadores tomarem o soro anti-câimbra. O término da jornada é às 15h50min, mas dependendo do talhão de cana a ser cortada, a jornada pode se encerrar até uma hora depois. Porém, todos os minutos passados do término da jornada, são contabilizados como hora extra. É dentro destes horários que se desenvolve o “tranco” dos trabalhadores migrantes nos canaviais.

Na usina estudada, o método de cortar a cana segue a lógica da Cartilha do *Programa Cana Limpa* do SENAR/SP, (Serviço de Aprendizagem Rural), órgão ligado a entidade patronal FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo). Todos os anos, antes de começar propriamente o corte da cana-de-açúcar, os trabalhadores são capacitados por técnicos de SENAR que desenvolvem determinadas técnicas para atender a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho e a qualidade da matéria prima, a fim de aumentar o lucro das usinas. Cada cortador recebe uma destas cartilhas⁵⁷.

Os trabalhadores, portanto, devem seguir estas técnicas. O trabalho dos fiscais é garantir que os trabalhadores sigam as regras. O trabalhador que ousar descumprir alguma

⁵⁶ Os agentes de fiscalização federal fazem visitas com frequência aos canaviais, pelo menos na região onde eu estava pesquisando. Inclusive, em outubro de 2010, a usina onde eu estava foi multada pelo fato dos agentes federais terem observado que os trabalhadores estavam almoçando e a lona do ônibus não estava entendida para proteger os trabalhadores do sol.

⁵⁷ No alojamento onde eu estava um trabalhador que não sabia ler, me mostrou a cartilha e solicitou para que eu lesse alguns trechos para ele. Disse-me também que quando voltasse ao “norte”, exigiria que seu filho de doze anos, que sabe ler, fizesse este serviço de ler toda a cartilha para ele. Na mesma noite, um trabalhador me deu uma destas cartilhas, por que como ele tem mais dois irmãos no alojamento, não necessitaria três cartilhas para “uma família”, no caso, ele e seus irmãos. Este mesmo trabalhador criticava as fotos de cana que estão na cartilha, alegando que a mesma apresenta somente “as coisas boas” do corte de cana, e até mesmo onde mostra fotos de cana feia, a cartilha apresenta “a parte bonita da cana feia”, e que portanto, em sua leitura, a cartilha falseava a realidade. Já o fiscal da turma, observando nossa conversa, chegou até o grupo e falou para mim que lendo bem a cartilha nem seria necessário ir até o canavial, pois na cartilha continha tudo o que eu, na avaliação dele, “precisava saber”.

regra no canavial é punido com o temido “gancho”⁵⁸. Levar um “gancho” consiste em ser suspenso por três dias no trabalho, e perder o pagamento por produção de uma semana. Nas condições dadas é um prejuízo para o trabalhador. Se um trabalhador receber três “ganchos”, é demitido por justa causa. O “gancho” é uma das formas de materialização do poder do fiscal. Essa forma de advertência é uma maneira de disciplinar os trabalhadores, para realizar o corte da cana dentro dos padrões de qualidade e produtividade exigidos.

Porém, as técnicas exigidas pela usina, tornam em determinados casos, ainda mais dificultoso o trabalho. E os trabalhadores desenvolvem técnicas alternativas para facilitar seu trabalho. Evidente que, se o fiscal perceber alguma destas que batizei como técnicas alternativas, o cortador será punido.

Geralmente no começo da safra, na primeira vez que o fiscal perceber que as técnicas do corte estão sendo encaminhadas de outra maneira, acontece um esclarecimento, na perspectiva de ensinar o trabalhador, além da ameaça verbal do “gancho”. Na segunda vez, não há mais esclarecimentos, e nem ameaças. O fiscal dirige-se até o ônibus, carrega uma caneta e uma folha de ofício, onde está redigida a advertência, e pede para o trabalhador assinar. Se o trabalhador não quiser assinar o termo que o pune, será demitido por justa causa no ato, ali mesmo, no canavial, restando-lhe algumas horas para ajeitar suas malas e esperar o encarregado passar no escritório para pegar sua carteira de trabalho, para, em seguida, retirar-se das dependências da usina.

Mesmo tendo presente a vigilância do fiscal e ameaça da punição, os trabalhadores subvertem as normas técnicas. Essa subversão é chamada de “trabalho sebo ou seboseira” pelos trabalhadores, e também na literatura acadêmica chamada de “resistência miúda” (SILVA, 2008) ou como pretendemos comparar aqui com a noção de resistência camponesa cotidiana, nos termos de James Scott (2002).

A NR 31 exige também que os trabalhadores utilizem os EPI – Equipamentos de Proteção Individual. O objetivo da utilização de tais equipamentos visa à proteção dos trabalhadores, e isso faz com que se assemelhem, em minha suposição, a soldados medievais, partindo para as cruzadas. Cada trabalhador veste calça azul, camisa de manga longa azul, meias verdes. Por sobre a calça vestem um short de tãctel, pois é fácil de lavar, para proteger a calça do carvão da cana. Vestem as caneleiras e depois as perneiras, que servem para proteger as pernas do podão. Depois o sapatão, que tem aço na ponta para proteger das podadas. Sobre

⁵⁸ O termo “gancho” é uma denominação que os trabalhadores utilizam para se referir à advertência. Segundo os trabalhadores, chama-se a advertência de gancho, pelo fato de, nos dias em que o trabalhador estiver em advertência, seu cartão-ponto fica pendurado num gancho que fica no alojamento.

a camisa vestem o mangote, que é uma proteção de pano no braço em que o cortador abraça a cana. Depois vestem o boné que protege a cabeça e tem um pano que desce até a nuca para proteger o pescoço das cortantes folhas de cana, e, também, de animais peçonhentos como a cobra e o carrapato. Nas mãos, pesadas luvas com metal na parte externa. Na cintura carregam a lima de um lado e o podão, devidamente colocado na bainha de plástico de outro. O podão, caso não estiver sendo ocupado, deve ficar na bainha, para evitar acidentes. Também é exigida a utilização de óculos.

Toda essa parafernália ajuda, evidentemente, a proteger o corpo, mas, também, geram desconforto para os trabalhadores. O primeiro equipamento a ser rejeitado são os óculos de proteção. Dos 40 trabalhadores, apenas três usavam essa proteção para os olhos. O fato dos óculos ser mais um estorvo do que um acessório útil é tão consenso no canavial que o fiscal nem mais chama a atenção. Porém, todos os trabalhadores carregam os óculos consigo, pois em caso de uma visita surpresa dos agentes do Ministério do Trabalho, todos o colocam para evitar que a usina receba a multa. Caso a usina receba a multa por que um trabalhador não estava usando os óculos, certamente este cortador será punido, podendo ser demitido e entrar numa possível “lista negra⁵⁹” por “maus comportamentos” e não conseguir trabalho em outras usinas de São Paulo.

O segundo equipamento rejeitado, porém, com o consentimento do fiscal, é o boné. O boné com a extensão de pano que cobre o pescoço impede a entrada de ar, deixando o corpo do trabalhador ainda mais quente. Alguns trabalhadores fazem sua atividade no canavial sem boné, porém, todos carregam o boné consigo, para usar quando o encarregado geral passa para visitar as turmas.

O terceiro equipamento rejeitado é a luva. Alguns trabalhadores substituem a pesada luva que contém metal, por luvas plásticas, mais leves, porém sem a proteção. Caso o podão escapar do controle do cortador e ir em direção da mão, o metal protege. Porém, com a luva de plástico, essa proteção não existe e o risco de uma amputação de dedos ou da mão é eminente. Mas a opção em usar esta luva mais leve se deve a dois fatores: conforto e rapidez, que resultarão em mais produção, logo mais ganhos para o trabalhador, mesmo tendo presente o risco de trabalhar desprotegido. Outro risco é ser advertido pelo fiscal, que não tolera a prática de trabalhadores que “boicotam” o uso deste equipamento.

⁵⁹ A existência das chamadas “listas negras”, que são enumerações de trabalhadores que foram demitidos por “maus comportamentos”, é verificada em diversos trabalhos sobre o mundo canavieiro, como no de Guanais (2010), Silva (1999), Alves & Novaes (2007).

O quarto equipamento rejeitado é o cabo da lima. A lima, material utilizado para afiar a lamina dos podões, tem uma proteção traseira que impede, no caso do podão escorregar, de cortar os dedos ou a mão do trabalhador. Alguns trabalhadores até carregam a lima na roça, dentro deste cabo de proteção, para enganar o fiscal. Porém, na hora de afiar, cada um em seu eito, e observando se o fiscal está ou não por perto, o afiamento do podão é feito sem a proteção.

Em relação aos equipamentos de proteção individual, foi possível constatar estes quatro tipos de descumprimento de regras, que demonstram características da vida no eito, no canavial. A constante vigilância dos fiscais e encarregados faz com que a dissimulação seja uma postura necessária, para poder tornar a dura tarefa de cortar cana, menos sofrida.

Quanto ao método de cortar cana, é exigido do trabalhador seguir vários procedimentos, que estão em anexo neste trabalho (Anexo 7). Descreveremos agora, os principais procedimentos, em que alguns trabalhadores não seguem as regras tal como são orientadas pela usina, e por isso, são chamados de “maus cortadores” ou de “seboseiros”.

Em primeiro lugar, as canas devem ser cortadas rente ao chão, isso significa 1 cm no máximo 2 cm. O fato é que quanto mais rente ao chão, maior é a quantidade de sacarose (açúcar) na cana. Cortar acima desta medida (entre um a dois cm) implica em prejuízos para a usina, tanto pela perda de sacarose, como pelo possível ataque de pragas no canavial. De acordo com a Cartilha do Programa Cana Limpa,

Três fatores são importantes para a realização de um corte manual com rendimento e qualidade (para a usina, obviamente): a altura do corte, o desponte e a limpeza dos eitos.

-Altura do corte: (*grifo do autor*) em um sistema manual de queimada de qualidade, o podão (ou facão) deve ser batido ou “pranchado” o mais rente possível ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto. (*adendo meu*) (SENAR/SP, 2009, p. 46).

Caso o trabalhador não seguir essa recomendação, a mesma cartilha informa as “perdas para o cortador”, que consistem em:

Presença de toco seco, o que diminui o rendimento do trabalho no próximo corte; risco de ser punido pela má qualidade do serviço; necessidade de repasse da área mal cortada; menor preço devido à queda de produção; maiores desgastes da lima e do podão; maior esforço físico e perda de tempo (SENAR/SP, 2009, pg. 48).

A citação acima é direta, objetiva e revela concepções que do SENAR ⁶⁰. De qualquer maneira, as frases descrevem que o trabalhador, que corre o risco de ser identificado cometendo a “má qualidade do serviço”, será obrigado a repassar a área, ou seja, terá que voltar ao eito para concluir a tarefa como prescreve a cartilha, além de ser punido através do “gancho”, como explicamos acima.

A cana-de-açúcar, em sua fase de colheita, apresenta dois tipos de disposição: a “cana em pé”, e a “cana deitada ou caída”, devido, sobretudo a pressão dos ventos. Ao cortar a “cana em pé”, os procedimentos descritos acima são mais fáceis de serem aplicados. O trabalhador é orientado a “abraçar” a cana, dessa maneira, facilitando o corte rente ao chão. É claro que, se o corte for feito mais acima, o trabalho é executado em menos tempo, gerando assim mais produção para o trabalhador. O que é comum dos cortadores fazerem é deixar tocos altos, debaixo de onde será o monte das canas. Assim, o fiscal passará, observará e não conseguirá ver a “má qualidade do serviço” ou a “seboseira” debaixo do monte. O risco que o trabalhador corre ao deixar os tocos altos, por debaixo do monte, é de, na hora do carregamento, passar algum encarregado ou gerente da usina e observar que os tocos estão altos. Neste caso, o encarregado falará com o fiscal que terá que buscar o “mau cortador” e aplicar alguma punição, para que tal ato não volte a se repetir. Porém, esses casos, raramente, acontecem; menos raros são os casos dos trabalhadores que utilizam deste artifício, para ganhar alguns minutos, que somados no final do dia, resultam em mais metros de cana cortada e uma melhor remuneração.

Mas há outra forma de fiscalização por parte da usina. Toda a semana, um técnico da usina, passa em cada turma para recolher uma amostra de tocos restantes para fazer o cálculo de quanta sacarose a usina está perdendo por hectare. O método utilizado para recolher a amostra varia de usina para usina. Na usina que visitei em Cesário Lange, o técnico vai numa esquina de um talhão de cana já cortado, joga uma barra de pau a uns dez metros a dentro no canavial, e onde cair, ele recolhe num raio de 5 m todos os tocos, para posteriormente ter o resultado da quantidade de sacarose não aproveitada por hectare. Já na Usina Peperoni, o método é diferente. O técnico já chega e busca recolher os tocos que estão por debaixo de

⁶⁰ Aqui caberia até um artigo para analisar as concepções que o SENAR e a classe patronal têm. Como não é objetivo deste trabalho, apenas farei alguns questionamentos, para não passar sem criticar frases tão convocativas a crítica. Em primeiro lugar “presença de toco seco, o que diminui o rendimento do trabalho no próximo corte”. Bom, quanto a isso, quem garante que o trabalhador voltará nesta usina no próximo corte? Seguindo, “risco de ser punido pela má qualidade do serviço”: se há o risco de ser punido, o documento revela também o risco de não ser punido? O que pode-se perceber é que o apelo do SENAR mais são ameaças do que propriamente uma descrição objetiva das reais perdas que o cortador terá.

algum monte de cana, por que ali ele já desconfia que tenha uma maior quantidade de tocos. O técnico marca este monte, e numa área de 4 m, por quatro ruas de cana, recolherá sua amostra. A quantidade de sacarose, aproveitada por hectare, é um dos fatores que influencia no cálculo do pagamento por produção. Dessa maneira, a turma que desperdiçar menos sacarose, ou seja, cortar os tocos mais rentes ao chão é “premiada” com melhor remuneração. Inclusive, o fiscal terá um melhor pagamento, como também os elogios do encarregado e dos gerentes e o prestígio da turma e dos outros fiscais. Estes, o admirarão ou invejarão por ter conseguido disciplinar sua turma, a ponto de não deixar acontecer a “má prática” dos tocos altos.

E aqui, ilustrarei um caso, que revela facetas do “saber viver” nos canaviais. Numa tarde de maio, depois do trabalho, já no alojamento, o fiscal Paulo Henrique, conta para mim e para alguns trabalhadores, como faz para que a turma dele seja a que tem os menores índices de desperdício de tocos. E Paulo Henrique contou que quando seu Darci, o técnico, vem recolher os tocos de cana, para fazer o cálculo de desperdício, ele lhe dá atenção especial. A usina permite até 300 gramas numa área de 4 metros por quatro ruas. Só que a média da turma de Paulo Henrique é de 100 gramas. Qual é o segredo da eficiência? Paulo Henrique explica rindo, como quem conta vantagem, quem mostra que é inteligente. A questão é que enquanto os outros fiscais acham que seu Darci um técnico “chato” e não dão atenção pra ele, Paulo Henrique, pelo contrário, quando vê seu Darci chegando ao canavial vai direto ao encontro dele. Dá-lhe atenção e não o deixa pegar os tocos sozinho, e sempre num clima de cordialidade, pra que jamais desconfie que Paulo Henrique esteja lhe “enrolando”. Primeiro conversam, riem sobre algum tema do momento, seja futebol, seja sobre mulheres. Depois Paulo Henrique faz uma gentileza para com seu Darci, pedindo para que um de seus cortadores tire os montes de cana, para que seu Darci não necessite se esforçar (em troca do tempo desperdiçado pelo cortador, para remover os montes de cana, ele anota 10 metros de cana cortada nas contagens deste peão, que também fica satisfeito com a atitude do fiscal).

Se Paulo Henrique percebe algum toco alto, ele finge tropeçar para tirar da área onde será medido. Paulo Henrique nunca fica parado, está sempre andando e chutando tocos. O fato de dar atenção, conversar, valorizar seu Darci, faz com que geralmente ele nem pese os tocos. Ele apenas anota 100 gramas no seu caderno. O fato do peão remover os montes de cana é uma mera teatralização, para os encarregados e as outras turmas não perceberem tal dissimulação. Após contar o feito, Paulo Henrique, pediu pra mim ficar calado, pois seus colegas fiscais tem inveja pela eficiência de sua turma e não sabem deste truque. O relato mostra uma forma de dissimulação que pode ser lida como uma forma de resistência

cotidiana, miúda, focada no auto-interesse do trabalhador. Veremos mais um caso, para posteriormente verificar essa hipótese de leitura.

Quando se trata de cortar a “cana deitada ou caída”, a operação se torna mais difícil, por que o trabalhador terá que em determinadas situações, cortar cana por cana, o que aumenta o tempo necessário para fazer a tarefa, como também o desgaste físico. Para ganhar tempo e tornar a tarefa menos difícil, os trabalhadores desenvolveram uma técnica, que no canavial que pesquisei, era chamada de Jacaré ou Jack (no caso é a abreviação de Jacaré, Jac, mas é pronunciada em inglês – djec – para disfarçar em caso do fiscal estar próximo, numa conversa que envolva tal ato proibido). Essa mesma técnica é descrita da cartilha do SENAR como uma “ação não desejável no corte manual”.

Em anexo segue a gravação em vídeo, (Anexo 8) em que um trabalhador conta detalhadamente o procedimento. Foi numa tarde de outubro, e enquanto o fiscal estava observando a turma em alguns metros dali, este trabalhador me contava como um grande feito, tal ato que fazia⁶¹.

O primeiro passo para fazer o “Jacaré”, é observar a quantos metros está o fiscal. Sempre mantendo a discrição, o trabalhador vai picando a cana, e colocando o monte sobre canas ainda não cortadas. A tarefa precisa ser executada em um ou, no máximo, dois minutos, para que o fiscal não perceba. Finalizado o eito, cada trabalhador deve colocar uma cana em pé, sobre o último monte, raspar essa cana e escrever seu número com terra, para o medidor reconhecer, e também para o fiscal saber quem estava naquele eito, caso no carregamento, algum superior observar (a seboseira), ou seja, que o trabalho não foi, corretamente, executado.

Há duas maneiras que os trabalhadores colocam essa cana para demarcar seu eito. A primeira é deixar uma cana em pé, sem cortar, e ali escrever seu número. A segunda é cortar uma cana e equilibrá-la no último monte, e ali escrever o número. Se o cortador for fazer o “Jacaré”, deve se atentar para utilizar a segunda forma de demarcar o eito. Por que então, na hora que a máquina for carregar, a cana irá junto. Se a cana estiver fincada ao solo, a cana ficará, e o fiscal em caso de revisão do eito, saberá quem fez tal “seboseira” e conseqüentemente punirá o cortador.

⁶¹ A gravação foi feita sem que o trabalhador soubesse que estava sendo filmado. Porém, posteriormente, o trabalhador viu as imagens e concordou com a utilização para meu trabalho de pesquisa. Solicitou que eu não mostrasse para o fiscal enquanto estivéssemos no alojamento. Este trabalhador também tinha uma filmadora, e pediu para eu lhe filmar, com a filmadora dele, fazendo tal ato, para ter como recordação.

As usinas punem os cortadores que fazem tais atos, por que essas “ações não desejáveis no corte manual” causam prejuízos como demonstra a cartilha do SENAR/SP, (2009, pg.53-54).

- Aumento do desperdício de matéria prima;
- Arranque da soqueira;
- Destruição parcial da soqueira, o qual terá a brotação prejudicada;
- Aumento das impurezas vegetais na usina;

O risco de ser advertido existe, mas isso não intimida os cortadores, que percebem nessa prática uma forma para fazer sua produção diária render mais e, assim, obter um pagamento mais elevado.

4.3 - A representação de um mundo marcado pela dominação e resistência

Para dar mais detalhes das relações estabelecidas nos canaviais, vou recorrer a algumas palavras acionadas ⁶² por agentes que fazem a cena social nos canaviais: trabalhadores, arregimentadores, taxistas, padre; para se referir e para representar este mundo social em que atuam.

Em maio de 2010, fiz minha primeira visita a um alojamento de trabalhadores, também localizado em Piracicaba, porém não é este onde fiz a pesquisa. Para chegar neste alojamento, fui com três agentes da Pastoral do Migrante, que iam celebrar uma missa no local. Pelo caminho, um destes agentes, que é padre e que visita muitos alojamentos em todo o interior do estado de São Paulo, falou que algumas construções de alojamentos se assemelham aos *campos de concentração nazista*, pelo fato de serem pavilhões grandes, cheios de beliches, próximas umas das outras. Considerei a comparação um tanto quanto inoportuna. Evidente que o trabalho é degradante, tanto nos campos nazistas como nos canaviais. Mas a lógica é diferente. Nos campos nazistas, os trabalhadores eram capturados pelo exército; ficavam em alojamentos; faziam o trabalho forçado, vigiados pelos soldados; sofriam, e por fim eram mortos nas câmeras de gás.

Nos canaviais, há um processo social de migração, combinado com a necessidade de força de trabalho do Agronegócio Canavieiro; o trabalho é degradante, e, também, há o sofrimento de enfrentar um trabalho pesado, longe da família, etc., mas evidentemente não há

⁶² Como detectou James Scott (1985) no *Weapons of the weak: the everyday practices of resistance* o vocabulário também é um elemento a ser analisado nas relações de dominação e exploração.

câmeras de gás, e todas as atrocidades do regime nazista. Digamos que existam atrocidades, mas em níveis diferenciados.

Enfim, toda minha argumentação é para dizer que, a comparação entre alojamentos de trabalhadores em canaviais e alojamentos de campos de concentração nazista é, certamente, forçada. Mas o fato de alguém que convive com este meio, fazer tal comparação demonstra que estas semelhanças podem nos dar uma chave para compreender o contexto de exploração destes trabalhadores.

Na primeira visita neste alojamento onde fiz a pesquisa, numa noite, logo antes de dormir, um trabalhador comentou que “isso aqui mais parece com um presídio”, se referindo ao sistema de regras do alojamento, que não permite o pernoite de namoradas, esposas ou outras mulheres. A comparação com o sistema prisional também foi feita por um dos fiscais, Seu Chico, ao me explicar o sistema de punição que existe para os trabalhadores que descumprirem regras. Isso aconteceu numa visita ao canavial. Seu Chico me contava que a turma de trabalhadores deste ano era boa, pelo fato dos fiscais poucas vezes terem recorrido ao recurso do “gancho” para disciplinar os trabalhadores. Então, ao me explicar como funciona o gancho, dizia ele que o “correto” (e no caso o “correto” é estabelecido pela experiência social dos arregimentadores) é dar o gancho de três dias para os trabalhadores que chegam bêbados ao trabalho, mas que isso varia de acordo com a avaliação prévia do fiscal. Dessa maneira, ele estabeleceu a comparação: “É como os presos. Às vezes a pena é de quatro anos, mas se o comportamento for bom, o preso é liberado antes, não é? Aqui também, se o cara se comportar bem, o gancho de um dia já tá bom”. É claro que regras e punições existem em diversas instituições. Mas o fato do fiscal comparar com um presídio e não com um colégio (que também tem regras e punições), por exemplo, é uma chave para compreender este mundo dos canaviais, a partir da experiência dos sujeitos sociais que constroem esses espaços.

Anotei algumas expressões que os trabalhadores usavam para se referir a si mesmos. Na segunda visita ao alojamento, trouxe as fotos que eu tinha feitos deles. Ao ver as fotografias em que estavam trabalhando, eles riam e chamavam-se de “finados”. Como por exemplo, “Veja ai o Finado Coro Veio”. Entre eles se chamavam com este substantivo, como um adjetivo que assume o lugar de pré-nome, antes de pronunciar o nome, como por exemplo: “Olha o finado Valdívia vindo”, ou “Opa finado Guilherme, ta tudo bonzinho?”.

Quando perguntei para eles me explicarem por que se chamavam de “finados” entre si, Carlos, um dos mais velhos da turma, explicou que era uma brincadeira que os mais jovens faziam. Por que há dias que os trabalhadores voltam tão cansados do canavial, que se parece

com “finados”. Como se fossem fantasmas de corpos que morreram e se esqueceram de cair. Porém Carlos condenava este tipo de abordagem, por que em sua opinião os mortos devem ser respeitados, e não devem fazer parte de brincadeiras desta natureza. Ele aprendeu com seus pais no Ceará, que não se deve zombar dos mortos.

Também, neste primeiro contato na segunda visita que fiz, um dos trabalhadores, chamado de Araújo me perguntou como que o pessoal de Campina Grande (se referindo aos estudantes da Universidade), tinha reagido ao olhar as fotos destes “desvalidos e coitados” cortadores de cana. Na mesma conversa, o fiscal retrucou a identificação de “desvalidos e coitados”, dizendo que o pessoal de Campina Grande estaria vendo homens “fortes”, por que “não é qualquer cabra que tem coragem de vir pro corte de cana”. Aqui é necessário um parênteses. Nessa breve discussão, Araújo expressou a auto-representação rindo, porém depois da opinião do fiscal lhe contrapondo, os risos foram substituídos por olhares sérios e tensos. Em cena estava, além do encontro assimétrico das posições que cada ator ocupa na hierarquia, uma divergência sobre a auto-representação do grupo. O trabalhador atribuía uma conotação negativa (coitados e desvalidos), e o fiscal, uma conotação positiva (fortes). Os lugares que cada um ocupa na divisão do trabalho no canavial pode ser um fator para entender tal divergência. Mas o fato é que a auto-representação do grupo social “cortadores de cana” está em constante disputa, e a hibridação de uma representação como forte, coitado e desvalido resulta da luta de representações, nomeações e classificações sobre entre os agentes posicionados diferentemente na hierarquia da usina muito possível neste contexto.

No último dia que acompanhei os trabalhadores no canavial, no horário de almoço, Ronaldinho, um dos trabalhadores, que comia sua marmita, sentado ao meu lado, disparou a seguinte frase: “Ali vem os que faltavam para comer, é Gordinho, Rodrigo e o Capitão do Mato”. Ele se referiu ao fiscal da turma, Paulo Henrique, como capitão do mato. Então imediatamente perguntei por que ele chamava o fiscal com esta denominação. Ele me falou que “capitão do mato” era um personagem da novela Sinhá Moça, da Rede Globo. E que nesta novela o capitão do mato era um “cabra” que mandava em todos os peões, assim como faz o fiscal. Essa atribuição era comentada apenas entre os trabalhadores mais próximos a Ronaldinho, que faziam essa comparação.

Os trabalhadores se referiam à usina de três maneiras. Quando tratavam da usina, como o espaço físico onde estão os serviços de saúde e os departamentos de administração e recursos humanos se referiam com a palavra usina. Por exemplo: “Amanhã é folga e vou até a usina para o dentista”, ou, “preciso ir à usina para tomar uma injeção na coluna.” Como na usina tem um posto médico, os trabalhadores durante a safra, vão para a usina em caso de

doença. É muito raro os trabalhadores irem para a usina fazer outra atividade. Outro exemplo é quando se referem às marmitas, que vem da usina. Nesse caso, não significa um espaço físico, mas a usina como a empresa.

Mas quando se trata de se referir à usina enquanto entidade que paga os seus salários, então a palavra usada era cão ou potassa. Cão significa Diabo⁶³. No canavial, na hora do almoço, um trabalhador comentou que um colega dele, na Usina Cosan, recebeu um pagamento de 4 mil reais por um mês de trabalho. Logo os outros trabalhadores começaram a zombar dele, dizendo que isso seria impossível. Que, os trabalhadores merecem ganhar até mais por isso, pelo serviço que fazem, mas que a usina é o “cão” na hora de pagar. Numa outra ocasião, também na hora do almoço, os trabalhadores avaliavam o crescimento de uma usina de Capivari/SP, que era possível de avistá-la do canavial onde trabalhavam. E se referiam à usina da seguinte maneira “aquela potassa ai só cresce”, “três anos atrás essa potassa era pequena, olha o tamanho que já tem”. Potassa é um componente químico utilizado para a fabricação da soda cáustica. E os trabalhadores usam este termo, segundo o que me explicaram, para se referir a algo que corrói como a soda. E quanto perguntei, por que eles chamam a usina de potassa, Valdívia me falou que “é uma potassa por que é ruim paga mal e ainda faz a gente trabalhar bastante”.

Ao se referirem ao trabalho de cortar a cana, as qualificações utilizadas eram de um trabalho “sofrido”, “difícil”, “seboso”. A referência mais comum utilizada em conversas entre os trabalhadores era a de “seboso”, que significa sujo, nojento, chato, inconveniente. Em um sábado à tarde, depois de terminada a jornada, um trabalhador, chamado Diguinho, ao entrar no ônibus, com as calças imundas de carvão e suor, sem camisa, com o corpo suado e também marcado pelo carvão da cana, falou que se sua noiva o avistasse naquelas situações, certamente ela deixaria dele, por que o corte da cana “é o serviço mais seboso que tem”.

A comunicação entre os trabalhadores é mediada pela atribuição de apelidos. Os apelidos são formulados por diversas referências. Há trabalhadores que herdaram o apelido que já tem no nordeste, mas são casos raros. A maioria recebe apelidos no canavial. Os apelidos

⁶³ Em outros trabalhos acadêmicos sobre trabalhadores em canaviais, a comparação da usina com o diabo também ocorre. José Sérgio Leite Lopes (1978) anota que os trabalhadores de usina de Pernambuco comparavam o vapor da usina, como o vapor do diabo. Michel Taussig (1993), num estudo realizado sobre os camponeses colombianos, que também trabalhavam na colheita da cana-de-açúcar, observa a utilização da palavra diabo por parte dos camponeses, para explicar as relações na nova realidade proporcionada pelas relações capitalistas de produção e assalariamento, que contrastavam com as relações de reciprocidade camponesa. Neste sentido, os trabalhadores faziam acordos com o diabo, porém em consequência se “matavam” de trabalhar. No caso estudado, os trabalhadores adjetivavam a usina como o “cão”, devido a sua ruindade para com os trabalhadores.

são relacionados às características que cada pessoa apresenta. Havia um grupo de trabalhadores de uma comunidade de Cajazeiras/PB, denominada de Boqueirão. Então, os outros trabalhadores se referiam a estes como “os boqueirão”. Havia também três irmãos que tinham sardas no rosto e eram chamados de “irmãos sardinhas”. Havia outro trabalhador que apresentava pouca habilidade para jogar futebol, e nesse caso era chamado ironicamente de “bom de bola”. É comum cada trabalhador ter mais que um apelido. Também na atribuição de apelidos, percebem-se marcas do processo de exploração do trabalho. Tanto que o trabalhador considerado mais eficiente da turma, o que cortava mais cana por dia, chamado de “o campeão da turma”, tinha o apelido de “máquina da Peperoni”. Sua agilidade era admirada e também invejada pelos outros trabalhadores. Em seu apelido uma comparação com as modernas máquinas colhedoras de cana-de-açúcar. A média salarial deste trabalhador variava entre R\$ 1.300,00 a R\$ 1.500,00 por mês.

Já o trabalhador considerado “mais fraco”, que apresentava os menores índices de produtividade no trabalho, tinha o apelido irônico de “Ligeirinho”. Este não era nem admirado, nem invejado, e sim zombado⁶⁴ pelos outros trabalhadores. Era comum, nas rodas de conversa, tanto no refeitório, como nos quartos, comentários depreciativos e risos deste trabalhador. A média salarial de “Ligeirinho” variava de R\$ 500,00 a R\$ 600,00 por mês.

Quando fui a Cesário Lange/SP, para visitar um alojamento, fiz contato com o Sr. Borges, um paulista que arregimenta trabalhadores para esta usina de Cerquilha/SP, mas o alojamento dos trabalhadores é em Cesário Lange. Quando liguei para ele e falei que gostaria de dormir no alojamento para entender a vida social que acontecia neste espaço, o Sr. Borges me falou: “no alojamento tem muito peão que ronca e sua, é melhor você ficar na minha casa”. A afirmação deste agente, que me considera amigo, revela que ele jamais deixaria um amigo, ou até mesmo um visitante, dormir no mesmo espaço que seus trabalhadores, pelo fato de ser até uma falta de respeito, deixar um visitante dormir num local onde “tem gente que ronca e sua”.

E por fim, relato mais um caso, de onde surgiu outra palavra chave para desde dentro construir uma imagem deste mundo social dos canaviais. Num sábado de outubro, em minha segunda visita ao alojamento, Valdívnia, um dos trabalhadores, me convidou para ir até o Bar do Romário, que fica a dois quilômetros do alojamento. O Bar do Romário, como me definiu o fiscal Paulo Henrique, é um lugar que você encontra de tudo, tem “mulher bonita”, “mulher

⁶⁴ Em pesquisa realizada na década de 1980, com os trabalhadores “boia-fria” em Piracicaba, John Dawsey(1997), também observa o fato dos “piores” cortadores de cana serem zombados pelos demais.

feia”, “rapariga”, “viado”, “maconha”, “farinha” (como chamam a cocaína), “pedra” (crack), bebidas alcoólicas, música de forró, etc. Neste Bar, encontramos um dos amigos paulistas dos cortadores de cana, que se chama Diego e trabalha como taxista. Além de ser um dos poucos taxistas que faz corridas para cortadores de cana, ele também conhece todos os “cabarés” (casas de prostituição) de Piracicaba, Americana, Capivari, Rio das Pedras, Águas de São Pedro, Limeira, Santa Barbara d’Oeste. Este taxista está sempre informado com os preços dos programas com prostitutas da região, e naquela noite até ofereceu um “pacote”, de setenta reais por pessoa, que incluía os seguintes serviços: viagem de ida e volta no seu Taxi, do bar até Americana/SP, duas cervejas por pessoa, e direito a transar com uma prostituta neste “cabaré”. Os trabalhadores recusaram o “pacote” pelo fato que teriam trabalho no dia seguinte. Enfim, foi possível conversar com este taxista que conhece bem a região, que inclusive até ajudou um grupo de trabalhadores a denunciar situações de trabalho análogo à escravidão, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba. Acabamos utilizando este taxi, para voltar ao alojamento. No caminho ele perguntou onde eu iria dormir. Então falei que eu estava hospedado no alojamento com os trabalhadores. Ele me falou “gaúcho, você só pode ser louco, dormir ai, nestes alojamentos”. E contou que sua esposa e seus parentes também o consideram “louco”, pelo fato dele fazer este ponto de taxi junto aos alojamentos dos cortadores de cana, que na visão do que se pode chamar de senso comum das pessoas que moram nas cidades da região, a imagem dos cortadores de cana é relacionada a pessoas rudes, drogadas, perigosas, marginalizadas.

Este conjunto de palavras citadas acima, por diversos agentes, pintam um quadro de como os próprios agentes representam e auto-representam este mundo dos canaviais. Os trabalhadores vivem num local onde os alojamentos são considerados como “presídios e campos de concentração”, onde dormem muitos “peões que roncam e suam”, fazem um “trabalho sebo”, vigiados por um “capitão do mato”, num sistema de regras comparado ao sistema prisional, contratados por uma usina que é “um cão, ou uma potassa”, onde o “Ligeirinho” é zombado, e o “Máquina da Peperoni” é admirado e invejado, mas que todos riem de situação de “coitados, desvalidos, finados” que se encontram. E vivem distantes de suas localidades de origem, numa sociedade que não perde oportunidades de lhe informar que ali não são desejados⁶⁵, e esta mesma sociedade, denota como “loucos” os que se relacionam com estes “parafbas”. Um quadro, utilizando um clichê clássico, trágico se não fosse cômico.

⁶⁵ Os canaviais que segregam; a polícia que os aborda; as mulheres “que só querem saber do dinheiro”; os clubes que só permitem a entrada em trajes sociais são alguns exemplos de que os cortadores de cana são bem vindos apenas para o trabalho.

É possível interpretar que no vocabulário acima descrito, são percebidas as relações de dominação e repressão. Campos de concentração, presídios e capitães do mato, são palavras relacionadas a situações históricas de dominação e repressão. As regras; o sistema de controle e punições; as hierarquias sociais como descrevemos no capítulo anterior; materializam uma situação atual de dominação e repressão. Ao mesmo tempo em que ao rirem da situação de “coitados, desvalidos, finados”, os trabalhadores demonstram tanto um sentimento de medo, quanto um sentimento de resistência, no sentido de ser uma forma de romper com a auto-repressão, nos termos de Moore Jr, desta vida social marcada por regras que buscam controlar as ações humanas a fim de que aumentem a produtividade do trabalho, para alcançar os lucros da usina.

O riso tem neste caso, este duplo sentido. Rir do medo de se tornar um “finado”, já que a morte é um elemento presente nos canaviais. Neste ano, num outro alojamento da mesma usina que estes migrantes trabalham, um cortador de cana cearense morreu de hepatite. No alojamento vizinho (a 500 m) a este que eu estudei, um trabalhador morreu de febre maculosa, resultado de uma picada de um carrapato. No próprio alojamento, um dos trabalhadores foi picado por um carrapato, contraiu a febre maculosa, e teve seqüelas trágicas, perdendo grande parte dos reflexos e a maioria dos movimentos do corpo. Sobre estes fatos relacionados à morte, a explicação que os trabalhadores têm geralmente segue a tônica “sabemos que saímos do norte, agora se iremos voltar, depende de Deus”. Rir da morte pode ser um jeito de se acostumar e naturalizar este fato, como também de buscar forças, se animar, para enfrentar o dia-a-dia.

Da mesma maneira podemos interpretar o riso e o apelido irônico ao “Ligeirinho”, trabalhador com menos produtividade, como uma forma de rir do que nenhum destes trabalhadores desejaria ser: o menos produtivo da turma. E, portanto rir é uma forma de recordar de que “ainda não sou o pior”. Ao mesmo tempo, o riso pode revelar o medo do risco que ainda existe de um dia ser o “Ligeirinho” da turma.

A utilização de apelidos demarca também a transitoriedade deste espaço social dos canaviais na trajetória destes migrantes. O apelido é uma forma de re-batizar a pessoa, um jeito de ter uma atribuição temporária, neste processo de migração sazonal, neste espaço social transitório. Pode revelar também uma forma de preservar a identidade pessoal deste sujeito em sua localidade de origem. Tanto que no canavial, ou como falam os trabalhadores “nos corte da cana, ou nas canas” Neimar é chamado, Neimar Sardinha, e em São José de Piranha, Neimar é Neimar de Madalena (sua mãe). São formas que podem ser lidas como

manipulação da máscara social, nos termos de Erving Goffman (1975). Estas palavras também indicam elementos do que é o “tranco” da roça, e o “saber viver no barraco”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PARA ONDE ESTÃO APONTADAS AS ARMAS DOS FRACOS?

O título destas considerações finais não pretende ser uma avaliação das formas de resistência que os trabalhadores usam ou deixam de usar, neste processo social de exploração de sua força de trabalho e de dominação de suas condutas no período em que se encontram nas dependências da usina; por que neste trabalho me propus a refletir sobre a sociabilidade dos camponeses-trabalhadores migrantes no “mundo do corte da cana”.

Como demonstrei ao longo do trabalho, há uma combinação de processos sociais que resulta destas condições atuais de dominação-exploração da força de trabalho. O primeiro processo demonstrado foi o processo social de migração camponesa do sertão paraibano, aqui compreendido como uma estratégia de reprodução das famílias, que diante de uma situação social de necessidade caracterizada pelo acesso restrito a terra; por relações de dependência personalizada; pela baixa remuneração da força de trabalho; encontram na migração, e neste caso na migração sazonal, uma forma de garantir os recursos necessários para a sobrevivência e para realização de projetos futuros para as famílias.

O processo social de expansão do agronegócio canavieiro, afetado pela falta de força de trabalho local, e pelas “confusões” provocadas pelos migrantes oriundos de Minas Gerais e da Bahia, passa a necessitar de novos braços para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar. E neste contexto, há essa “combinação de interesses” entre a estratégia de migração dos camponeses sertanejos, com a estratégia de contratação de migrantes “dóceis” “mais tranquilos” por parte das usinas.

Nesta combinação de processos, há que se considerar também que, combina-se uma estratégia do agronegócio canavieiro, de buscar racionalizar ao máximo as técnicas de gestão e controle do trabalho; com as relações de dependência personalizada entre os turmeiros (“feitores” modernos sub-contratantes de mão-de-obra) e os camponeses-trabalhadores migrantes.

A racionalização do trabalho é implementada através de um rígido processo de disciplinamento técnico e ideológico dos trabalhadores; levada a cabo por órgão ligado a classe patronal – SENAR –, por encarregados com um nível de lealdade mais próximos aos gerentes da usina e pelos turmeiros.

A naturalização do processo de disciplinamento, demonstrado aqui através da expressão “por que o cara já sabe o tranco da roça”, e, portanto é inútil reclamar (contestar)

revela uma combinação com o valor presente entre os camponeses sertanejos ao prestígio de ser “forte”, de não ficar reclamando, de que o “corte da cana” é um lugar para “fortes”, (em outras palavras, para “cabras machos”).

Uma questão, que me parece fundamental para tratar de resistência dos trabalhadores migrantes pode ser formulada nos seguintes termos: como falar de resistência num contexto onde aparentemente os trabalhadores não demonstram a resistência?

Os estudos de James Scott (2002), com os camponeses na Malásia, trazem muitos elementos para se discutir a resistência camponesa. Scott (2002, pg.13) ao revisar a literatura, ou descrevendo “a história não escrita da resistência”, faz a seguinte afirmativa:

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultaram na barreira. É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no anonimato (SCOTT, 2002, pg.13).

Seria mais comum, falarmos de resistência camponesa, analisando uma greve dos cortadores de cana. Poder-se-ia observar os motivos da greve; as formas políticas de organização dos trabalhadores; as redes sociais que foram acionadas para tal fato; a atuação dos diversos agentes envolvidos com uma greve: trabalhadores, usineiros, sindicatos, estado, mídia, etc; também seria interessante ver quais os resultados da greve, em forma de aumento de salários, ou de melhores condições de trabalho, etc.

No entanto, há uma série de “micro-atos”, que acontecem de maneira simultânea, que, também, merecem investigação sociológica. Que podem ou não resultar em “acidentes”, ou em fatos, que terão nos termos de Scott, a “dignidade” de serem noticiados. Cabe aqui registrar que este segmento de trabalhadores do Agronegócio Canavieiro recorre também ao recurso da greve⁶⁶. Nosso objeto aqui foi entender, a partir dos trabalhadores, que tipo de recursos são utilizados na sua relação com a exploração do seu trabalho. Assim, foi dado mais

⁶⁶ De acordo com informações veiculadas pelo repórter Leonardo Sakamoto, em 2008, a greve dos cortadores de cana, na Região de Ribeirão Preto, envolveu cerca de 10 mil trabalhadores. Disponível em via internet em <http://dev.blogdosakamoto.com.br/wordpress/2009/01/20/demissao-de-grevistas-azedou-lavouras-de-cana-de-acucar/> acesso no dia 27/01/2011.

destaque, a estes micro-atos, em que como diz Scott, “sua segurança está no anonimato”, o que não implica em dizer que inexistem outras formas de resistência. É para manter esse anonimato, que se aplica a “sabedoria” de viver no “barraco” e de enfrentar o “tranco”. Como coloca Freitas (2003), em estudo sobre trabalhadores canavieiros, mas em canaviais no estado de Alagoas:

O que parece interessante de observar nestes procedimentos (de dissimulação) é o sabor da ocasião. Ou seja, aplica-se a sabedoria como uma possibilidade de sair vitorioso, jogando-se com o acaso da situação, que pode ser concretizado por um deslize ou uma desatenção do inimigo, a partir de que se apela na famosa expressão popular: *se colar, colou!* (adendo meu) (FREITAS, 2003, p. 188).

É possível considerar as práticas de insubordinação citadas acima – beber cachaça, assistir TV no quarto; fazer o Jacaré no trabalho – como práticas cotidianas de resistência? A questão é complexa e para responder é necessário fazer algumas reflexões. Como coloca James Scott:

A maioria dos textos de história sobre o desenvolvimento capitalista, ou uma simples olhada sobre os conflitos neste contexto, indicariam que essa luta é uma causa perdida. É bem que isto pode ser quase assim. Se for, os pobres camponeses de Sedaka⁶⁷ se encontram em uma numerosa e distinta companhia histórica. A resistência silenciosa das vítimas neste caso pode ser entendida através de dois conjuntos de razões: o primeiro refere-se à natureza das mudanças enfrentadas pelos pobres, e as que aconteceram pela natureza de sua comunidade, enquanto que o segundo se refere aos efeitos da repressão (SCOTT, 2002, pg. 16).

Se observarmos o contexto destes cortadores de cana, perceberemos que os mesmos são trabalhadores migrantes, oriundos de áreas rurais no nordeste que tiveram transformações como anotamos no capítulo II, e que dentro destas transformações tanto no rural nordestino, como no rural paulista, abriu-se a oportunidade histórica da migração para os canaviais. A combinação de interesses, entre o camponês do sertão que vê neste trabalho uma alternativa para sobrevivência, e o empregador rural, que vê no camponês sertanejo um “bom cortador” de cana, que não se meterá em “confusão” (greve) é um elemento pertinente para refletir sobre a possibilidade de resistência.

Essa combinação de interesses é mediada por relações de reciprocidade assimétrica, entre o camponês-trabalhador migrante e o fiscal turmeiro. Participar ou organizar uma greve tem entre outras conseqüências a possibilidade de prejudicar o turmeiro. Todo este contexto de dominação, repressão e obrigações morais influenciam nas formas de resistência dos

⁶⁷ Sedaka é a localidade na Malásia onde James Scott desenvolveu seus estudos sobre a resistência camponesa na década de 1970.

trabalhadores. Isso não implica em dizer que os trabalhadores não detectam que a usina os explora. Eles sabem muito bem da relação de exploração, tanto que adjetivam a usina como “cão” e “potassa”, quanto se trata de discutir a relação trabalhista. O fato é que os agentes que representam a usina desenvolveram esta habilidade de combinar as relações de reciprocidade assimétrica e dependência personalizada às modernas técnicas de exploração do trabalho.

Também, é necessário perceber que, as últimas greves que ocorreram no Agronegócio Canavieiro, foram respondidas com medidas fortes por parte dos usineiros, que demitiram trabalhadores e perseguiram os “cabeças de greve”, além de fechar as portas para alguns turmeiros.

Aqui, creio ser oportuno o diálogo com a perspectiva de Barrington Moore Jr, que em seu estudo⁶⁸, busca analisar formas de rompimento de contratos sociais baseados em formas de dependência moral e indica a necessidade de três aspectos que forneçam “energia na alma” dos subordinados para tal realização. Estes aspectos são: “coragem moral, capacidade intelectual de enxergar a opressão, e capacidade de inventar um novo projeto para o contrato social” (NASCIMENTO, 2009, pg. 95). Moore Jr também considera a necessidade dos dominados em encontrar aliados: “resistir sozinho à autoridade, e mais ainda a uma autoridade que se define como benéfica, é uma tarefa extraordinariamente difícil para qualquer ser humano. Com apoio social, por outro lado, ela se torna muito mais fácil” (MOORE JR, 1987, p. 144).

Sobre os três aspectos que Moore Jr chama atenção, um dado é que os trabalhadores têm capacidade intelectual de enxergar a opressão, seja pelo vocabulário como tratamos anteriormente, seja pelas punições que estão sujeitos a receber caso não cumprirem as regras impostas pela usina. No que tange a “coragem moral” encontra-se um elemento rico para refletir, pois os trabalhadores só entram em confronto direto se estiveram com a “razão”. Ter a razão implica em cumprir de maneira correta um contrato social em que ambas as partes concordaram. Dessa maneira, utilizando as palavras de Neimar, usadas no começo deste capítulo, todos sabem como é o “tranco”. Todos foram informados pelos turmeiros, já no “norte” como seriam as condições de trabalho e moradia na usina. Nesse caso a “razão” que os trabalhadores falam, consiste em que os dois lados – usina e trabalhadores – cumpram com o que se prometeram. A usina promete salário por produção e moradia. Os trabalhadores

⁶⁸ Trata-se do livro *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. (1987) em que Moore Jr. explicita que “Este é um livro que interroga por que as pessoas aceitam amiúde a condição de vítimas de suas sociedades enquanto, em outras ocasiões, elas se tornam tão iradas e buscam, com energia e paixão, fazer alguma coisa para mudar suas condições”. (MOORE, 1987, p. 9)

prometem cortar a cana. As condições de trabalho, que podemos considerar como degradantes, exaustivas e etc. já fazem parte deste contrato social estabelecido. Se um lado descumprir tal contrato, é justificável, portanto, que o outro lado reaja com atitudes mais enérgicas, e ali se justifica, por exemplo, uma greve, ou uma retirada dos trabalhadores antes de terminar a safra⁶⁹.

Pelos relatos que ouvi dos cortadores de cana, de fiscais e encarregados, as greves realizadas, que fazem parte da memória destes agentes - são como diria Certeau (1994), um *passado vivo* que influencia na organização do presente - sempre começa quando a usina, ou os turmeiros descumprem o que tinham prometido, em outras palavras quebram este contrato social, marcado pelas relações de reciprocidade.

Neimar participou de uma greve em 2008, numa das usinas de um dos maiores grupos empresariais do agronegócio canavieiro brasileiro. Os trabalhadores, neste dia chegaram ao canavial e o fiscal ordenou que trabalhassem na diária, que consiste realizar outras atividades que não cortar cana, como por exemplo, carpir. A remuneração deste dia é fixa, não dependendo da produção do trabalhador. Quando era quase meio dia a ordem mudou para que eles fossem cortar cana com palha. No corte da cana com palha, o trabalhador deve receber um adicional de 30% na jornada, além de ser considerada sua produção. Mas neste dia, a usina queria pagar apenas a diária normal, sem acrescentar o adicional. Então os trabalhadores pararam e ficaram o restante do dia sentados no ônibus. Discutiram com os fiscais, sofreram ameaça, mas todos permaneceram parados. Neste caso, a usina considerou a revolta dos trabalhadores. Ninguém foi punido com gancho e todos receberam a diária. Os trabalhadores só entraram em greve por que estavam com a “razão” (é o mesmo conceito de razão aplicado ao caso da tentativa de homicídio, descrita anteriormente). Essa razão poderia lhe fazer perder três dias de trabalho ou até mesmo serem demitidos, mas seria indigno aceitar as condições *equivocadas* da usina, se os trabalhadores estavam corretos.

A noção de razão que os trabalhadores têm envolve um conceito de justiça, de honra, de dignidade. Se um agente externo desrespeita intencionalmente um destes dispositivos, é justo, que o lado prejudicado esboce alguma reação.

No que tange ao que Moore Jr chama de capacidade de inventar um novo contrato social, não percebi elementos na observação cotidiana que indiciem ensaios nesta perspectiva. Levando em consideração que os trabalhadores consideram a migração para *corte da cana*

⁶⁹ Como também são justificáveis as punições por parte da Usina. Talvez isso explique por que os trabalhadores não contestem as punições.

como transitória e percebem a constante eliminação dos postos de trabalho pela mecanização, o que motivaria criar um novo contrato social na relação com turmeiro e usina?

E o fato de buscar aliados para romper com a repressão imposta por isto que Moore Jr chamou de “autoridade benéfica” (que no caso é o turmeiro, benéfico por que concedeu a vaga na turma, e a usina, benéfica por que concedeu o posto de trabalho), certamente é uma fragilidade destes trabalhadores, como também um trunfo das usinas. O fato de isolar os trabalhadores em alojamentos, cercados, ora por muros de tijolo, e segregados por canaviais, é um fator que impede um maior contato dos trabalhadores com o “mundo externo”, com as cidades paulistas. Como buscar aliados num contexto onde a segregação é eficiente? Como buscar aliados se os sindicatos fazem o jogo da usina?

Neste contexto, onde as regras sociais de reciprocidade assimétrica estão postas, é que a alternativa criada é buscar minimizar o sofrimento da saudade nos “barracos”, buscando fazer coisas que façam “passar o tempo” como assistir DVDs e beber cachaça, mesmo que para isso seja necessário descumprir com as regras da usina; e tentar tirar algum proveito da situação no trabalho, através de práticas que permitam um maior rendimento no trabalho, como é o caso do “Jacaré”. Esta prática de trabalho, considerada como “não desejável” pelas usinas, e feita como forma de ampliar a produção do trabalhador, pode ser considerada como resistência. James Scott, analisando os camponeses na Malásia, afirma que:

Ignorar o elemento do auto-interesse na resistência camponesa é ignorar o contexto determinado não apenas da política camponesa, mas da política da maioria das classes subalternas. É precisamente a fusão entre auto-interesse e resistência que se mostra uma força vital, animando a resistência de camponeses e proletários. Assim cabe esclarecer que quando um camponês esconde parte de sua colheita para evitar pagar impostos, ele está tanto enchendo sua barriga quanto destituindo o estado de grãos. Por sua vez, quando um soldado camponês, deserta do exercito por que a comida é ruim e sua colheita em casa está madura, ele está tanto cuidando de si mesmo quanto negando a artilharia ao estado. Em suma, quanto tais atos raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas no momento em que eles se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, estamos lidando com resistência (SCOTT, 2002, p. 27).

A prática do “Jacaré”, além de fazer com que o trabalhador tenha uma produção diária maior, o que lhe renderá um pagamento melhor, o que configura um ato para o auto-interesse, é também uma prática de sabotagem direta contra o patrimônio da usina. Por que vejamos, quando o trabalhador não corta todas as canas, deixando-as encobertas debaixo do monte, estas canas serão arrancadas pelo guincho que recolhe as canas e as coloca no caminhão. Então, neste caso, o canavial está sendo lesado. Da mesma maneira, os tocos de cana altos que ficam debaixo do monte implicam em menos sacarose que irá para a usina e se transformará

em açúcar. Então parte do investimento da usina, no cultivo da cana é perdida nestes tocos que ficam no canavial. É claro que estas perdas, são quase que insignificantes, no montante de capital que estas poderosas usinas manipulam. Por outro lado, se fossem insignificantes, por que tais atos seriam severamente punidos? Apenas para manter a força de trabalho controlada? Ou seria a necessidade de acumular recursos, buscando racionalizar o que for possível para obter mais lucros?

Dessa maneira, podemos concluir que nem todo ato de insubordinação é uma forma de resistência cotidiana. Porém estes *micro-atos*, neste contexto caracterizam as contradições estruturais na sociabilidade no “mundo do corte de cana”.

O consenso que se apresenta no discurso público que aceita que “o tranco da roça”, a exploração e as condições de trabalho “são assim mesmo”, é constantemente negado nos bastidores, nos espaços do trabalho e moradia.

O “eito” se apresenta assim, com mais uma faceta. Além de ser um espaço de exploração, vigiado e controlado - em que o trabalhador faz o máximo para cortar a cana, e aumentar sua produção - é também um espaço onde os trabalhadores aplicam sua sabedoria, sua experiência, para tirar proveito da situação. Assim, o “eito” também é um espaço de resistência.

Porém, no “saber viver no barraco”, percebe-se que esse processo de disciplinamento, de dominação, de exploração é constantemente negado. Os micro-atos de dissimulação, como: beber cachaça; assistir televisão; mudar “o tempero da usina”; cultivar o “norte” com as músicas; sabotar o uso de alguns EPIs, etc. num primeiro momento não pareçam provocar transformações nas relações, mas informam que ali não se encontra uma massa atomizada, “dócil”, para ser explorada. Estas práticas informam que ali se encontram sujeitos humanos, que compartilhar a idéia de que por mais que “o barraco” e o “corte da cana” seja uma fase transitória de suas trajetórias, se desrespeitados de sua “razão”, de sua noção de justiça, eles reagem. Claro, reagem de acordo com sua sabedoria, com sua racionalidade.

E as práticas de “seboseira”, ou seja, na elaboração de técnicas alternativas de cortar a cana-de-açúcar, como demonstrado com o “Jacaré”, informam que o “eito” é claramente um espaço de exploração por excelência, mas que é também um espaço de resistência. Desde o eito o trabalhador pode garantir um aumento na sua produção e ao mesmo tempo causar os prejuízos para o canavial.

Os “fracos”, para usar o termo de Scott, também tem suas “armas”, e as utilizam conforme se apresenta a ocasião. E por mais romântica que pareça a constatação de que é uma falácia afirmar que os trabalhadores migrantes são “dóceis”, é trágica a constatação de que a

ausência de uma ação organizada de des-naturalização, de contestação da exploração do agronegócio canavieiro, é um limite para a melhoria das condições de moradia e trabalho, tanto nos transitórios “barraco e corte da cana”, como nas localidades de origem no sertão paraibano.

O mundo “do corte da cana” é uma passagem para uma vida melhor no “norte”. São para este alvo que estão apontadas as “armas” dos camponeses-trabalhadores migrantes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec, Anpocs, Unicamp, 1992.
- ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.
- ALVES, Francisco. Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. **RURIS I** Volume 3, nº1. Campinas/SP, 2009.
- ANDRADE, Manuel. C. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 23-45, jul./dez 2002.
- AUGRAS, Monique. História Oral e Subjetividade In: Von Simsom, Olga. R. M. (Org.) **Os Desafios Contemporâneos da História Oral**. Ed. Unicamp, SP, 1997.
- BACCARIN, José G. & JUNIOR, Júlio C.B. **Boletim ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Jaboaticabal/SP: UNESP, 2010. Disponível via internet em www.fcav.unesp.br/baccarin Acesso em 26/01/2011.
- BANDEIRA, Luis A. M. **O Feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões a Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. IN: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.) **Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando "Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coesões". IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- BORDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **A profissão de sociólogo – Preliminares epistemológicas**. Petrópolis – RJ, Vozes, 1999.
- BOURDIEU Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel: 2003.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir. Escrever. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1996, v.39 nº1.

- CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CARVALHO, Horácio M. **Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James. **Itinerarios transculturales: El viaje y la traduccion a fines del siglo XX**. Barcelona. Gedisa Editorial, 1997.
- COMEFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR. **Secretaria Geral da Presidência da República**. 2009. Disponível via internet em <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/Publi/compromissonacionalesp> Acesso 29/01/2011.
- COSTA, Emília V. **Da senzala à colônia**. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Goiânia: CPT, 2009.
- DAWSEY, John. "Caindo na cana" com Marilyn Monroe. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1997, v. 40 n°1. p 183-225.
- DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**. Ano 3. Número 30. São Paulo, fevereiro de 2007.
- DURAN, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- EVANS-PRITCHARD, E. 2005. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da historia oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.
- FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. IN: FONSECA, C. & BRITES, J. (Orgs.) **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2006.

FOOTE-WHYTE, Willian. **Treinando a observação participante**. IN: GUIMARÃES, Alba Zaluar(Org.).**Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: the brith of the prision**. Londres. Peguin Books, 1978.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. DREYFUSS, H.L & RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1995.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dará, 2003.

FREMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Cultura, 1959.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petropolis-RJ: Vozes, 1975.

GONÇALVES, Vera Olímpia. Dados do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. **Estudos Avançados** 38, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. São Paulo: Hucitec, 1981

GUANAIS, Juliana B. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

GUARNIZO, Luis E. Notas sobre la movilidad contemporánea del capital y del trabajo. In: FLORES,Sara M. L. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: CONACYT,2010.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa das origens das mudanças culturais**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEREDIA, B. PALMEIRA, M. & LEITE, S.P. **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil**. Caxambu - ANPOCS, 2009.

IPEA. **Comunicado do Ipea nº 61** - Agosto de 2010. Disponível via internet em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2716
Acesso 28/01/2011.

IBGE. **Censo Populacional (2010)**. Disponível via internet em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm
Acesso 29/01/2011

IBGE. **Divisão Territorial do Brasil (2008)**. Disponível via internet em ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2008/DTB_2008.zip Acesso 29/01/2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Disponível via internet em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/ Acesso 29/01/2011.

IBGE. **Censo Agropecuário (2006)**. Disponível via internet em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>
Acesso em 30/01/2011.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Historia Oral: Procedimentos e Possibilidades*. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: CERU, 2001.

LIMA, Messias F. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. Cajazeiras/PB: Ed. REAL, 2010.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. In: **Cronos**, Natal-RN, v.7, n.2, p.353-372, jul/dez. 2006.

LOPES, José S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.

MAPA. **Anuário Estatístico da Agroenergia**. Brasília - DF: MAPA, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – volume I, livro primeiro: o processo de produção do capital [1867]**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1973.

MAYER, P. (1964) Labour migrancy and the social network. In: HOLLEMAN, J.F. et al. **Problems of transition: Proceedings of the social sciences research conferenc**. Pietermaritzburg. Natal University Press, p.21-34

MAYER, P. (1980) The origin and decline of two rural resistance ideologies'. In: MAYER, P. (Ed.) **Black villagers in an industrial society, Anthropological perspectives on Labour migration in South Africa**, pp. 1-80. Cape Town: Oxford University Pres.

MENEZES M. A. e SILVA, M. S. Trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar:recrutamento e redes sociais. Simpósio: Mobilidade e Construções Identitárias. Experiências da África do Sul e do Brasil. **Projeto Pro-África/CNPq**. São Paulo, UNICAMP, dezembro de 2008

MENEZES, Marilda A. & MALAGODI, Edgard A. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Campina Grande, 2009. Disponível via internet em http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf Acesso 26/01/2011.

MENEZES, Marilda A.(2004 b) Migrations Patterns of Paraíba Peasants. In: **Latin American Perspectives**, Issue 135, vol.31 n.2 March 2004 112-134.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais. Campina Grande/PB. **Edital Universal MCT/CNPq 02/2006**. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda, (et.al). Construindo narrativas orais : interações sociais no trabalho de campo. In: **Cadernos de Campo**. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Ano 13. n.12 2004.

MENEZES, Marilda. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho**. UFCG, 1985 (Dissertação de Mestrado).

MENEZES, Marilda. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. N. 28. **Vivência** 2005. p 1 -13.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**/organizadores: José Maria Cardoso da Silva, Marcelo Tabarelli, Mônica Tavares da Fonseca, Livia Vanucci Lins– Brasília, DF: MMA/UFPE, 2003.

MOODIE, D.(1991) "Social existence and the practice of personal integrity. Narratives of resistance on the South African Gold Mines". **African Studies**, v.50, n1-2, p. 39-63.

MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. **Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997.

MORONEY, S. (1978) "The development of the compound as a mechanism of worker control 1900-1912". **South African Labour Bulletin**, v. 4, n.º.3, p.29-49

NASCIMENTO, Celso G. **Os Aymara: construindo a Revolução Índia no ciberespaço**. Campina Grande/PB: UFPB/UFCG, 2010. (Tese de Doutorado)

NOGUEIRA, Verena S. **Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa**. Campinas/SP: Unicamp, 2010. (Tese de Doutorado)

NORMA REGULAMENTADORA 31. Disponível em http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_31.pdf Acesso em 03/02/2011.

NOVAES, José Roberto Pereira. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, Volume 3, n.º1, Campinas-SP, 2009.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do Sertão do Pajeú: reconversões produtivas, reelaborações discursivas e mudança social na agricultura familiar do semi-árido nordestino**. Campina Grande, UFCG, 2010. (Texto de qualificação de dissertação)

OLIVEIRA, Cleide de F. G. O empregado: elemento intermediário na contratação da mão de obra volante na zona canavieira pernambucana. **Cadernos do CEAS** n.102 Recife, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford A. (et.al.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas.vol.1 (História Social do Campesinato)**.São Paulo: UNESP, NEAD, 2009. p 145-180.

PESSOA, Ângelo E. S. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família, propriedade no Nordeste Colonial** .São Paulo: USP, 2010. (Tese de Doutorado)

PJR. **Missão da Pastoral da Juventude Rural**. (2009). Disponível via internet em <http://pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot.com/p/missao-da-pastoral-da-juventude-rural.html> Acesso em 01/02/2011.

POCHMANN, Marcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de história com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

PRADO, Caio P. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985

PNUD. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000 - Disponível via internet em [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)
Acesso dia 29/01/2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com Historias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1998.

REPORTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis – Impacto das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade: 2009**. Relatório ONG Repórter Brasil - São Paulo, fevereiro de 2010.

RIBEIRO, Gustavo L. **Developping the Moonland. The Yacyreta Hydroelectric Dam**. City University of New York. 1988. (Tese de Doutorado)

RUIZ, Maximino M. El ingrediente étnico: Alimentos y restaurantes oaxaqueños em Los Angeles, CA. In: **RURIS I** Volume 3, nº1. Campinas/SP, 2009.

SÁ JR. , F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. In: **Estudos CEBRAP**. S. Paulo, 3. Pg. 87-148, janeiro de 1973.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. **ALASRU**, Recife, 2010. Disponível via internet em <http://www.alasru.org/cdaldasru2010/1%20trabalhos%20completos/mesas/Eric%20Sabourin%20M%20R%20Novos%20Populismos.pdf> acessado no dia 28/01/2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 2ª. Ed. São Paulo: UNESP, 2004.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol.21, nº 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: the everyday practices of resistance**. Yale University, 1985.

SENAR. **Programa Cana Limpa: sistema de colheita manual**. São Paulo: SENAR, 2009.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da hora e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana. **Mana**, vol. 10, nº1, abr. 2004, p. 131-163

SILVA, M. A. M & MENEZES, M. A. **Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Mimeo. (12 pg.). 2006.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural**. Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Marcelo S. & MENEZES, Marilda A. Entre o trabalhar e “dar trabalho”: as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2008, Campina Grande – PB.

SILVA, Maria Aparecida de M. Cortadores de cana e os (não) direitos. In: **Travessia**. São Paulo, CEM Maio-Agosto 2008 p. 26-36

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Editora da Unesp, 1999.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SITAS, A. Moral Formation and struggles amongst migrant workers on the East Rand. *Labour, Capital and Society*, v. 18 n.2, nov. 1985, p. 372-401.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUSSIG, Michael. **El diablo y el fetichismo de la mercancia em sudamérica**. México: Nueva Imagem, 1993.

TAVARES, Maria Augusta & LIMA, Roberta Oliveira Trindade. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katál**. Florianópolis v.12 n.2 170-177 jul./dez.2009.

TEIXEIRA, Gerson. Comentários sobre o avanço da cana-de-açúcar e sobre a redução da produção de alimentos básicos no estado de São Paulo. São Paulo, **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: novembro de 2010. ISSN 2177-4463

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

VETTORASSI, Andréa. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, FGV. 2006.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. 15, outubro 2000: 87-145.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B(Orgs.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (**História Social do Campesinato**). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Klass. Migração, Família e Campesinato (1990). In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B(Orgs.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. (**História Social do Campesinato**). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

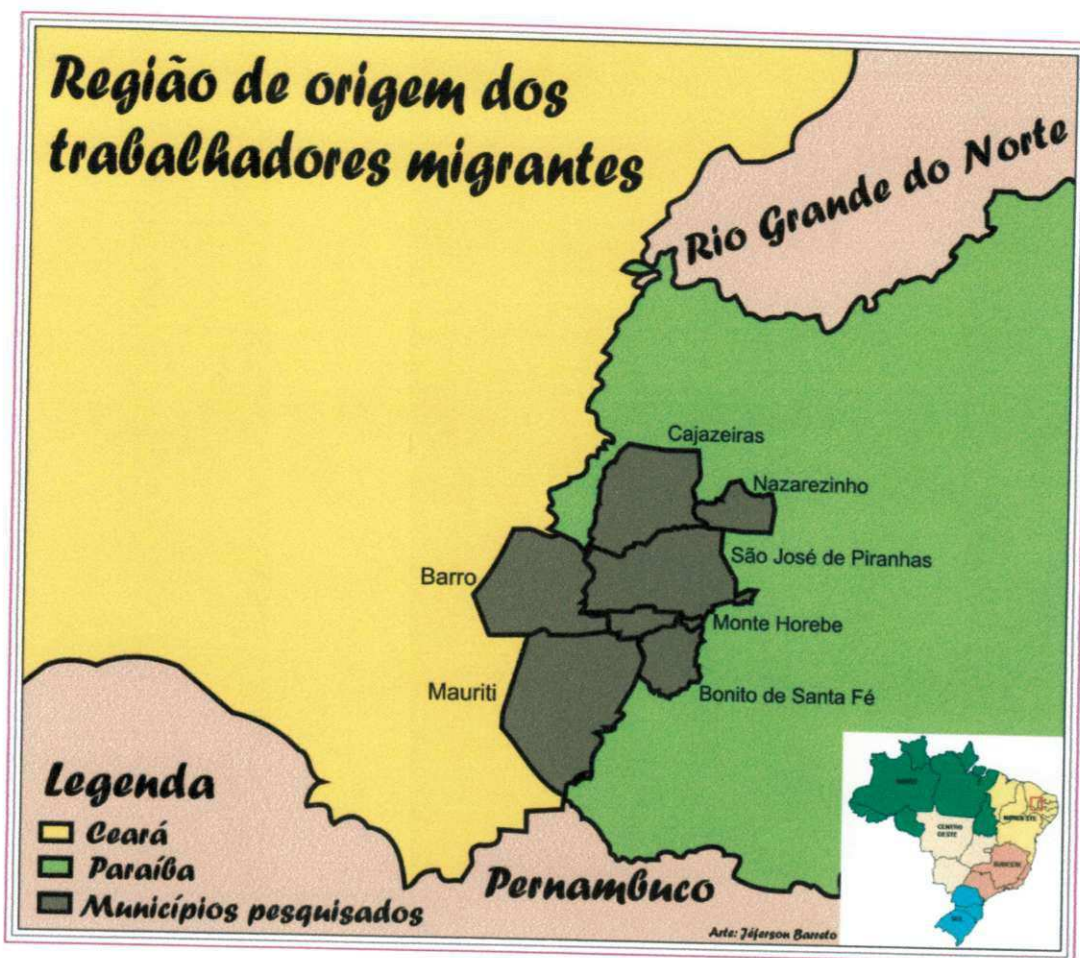
ZALUAR, Alba. Teoria e prática de trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ANEXOS

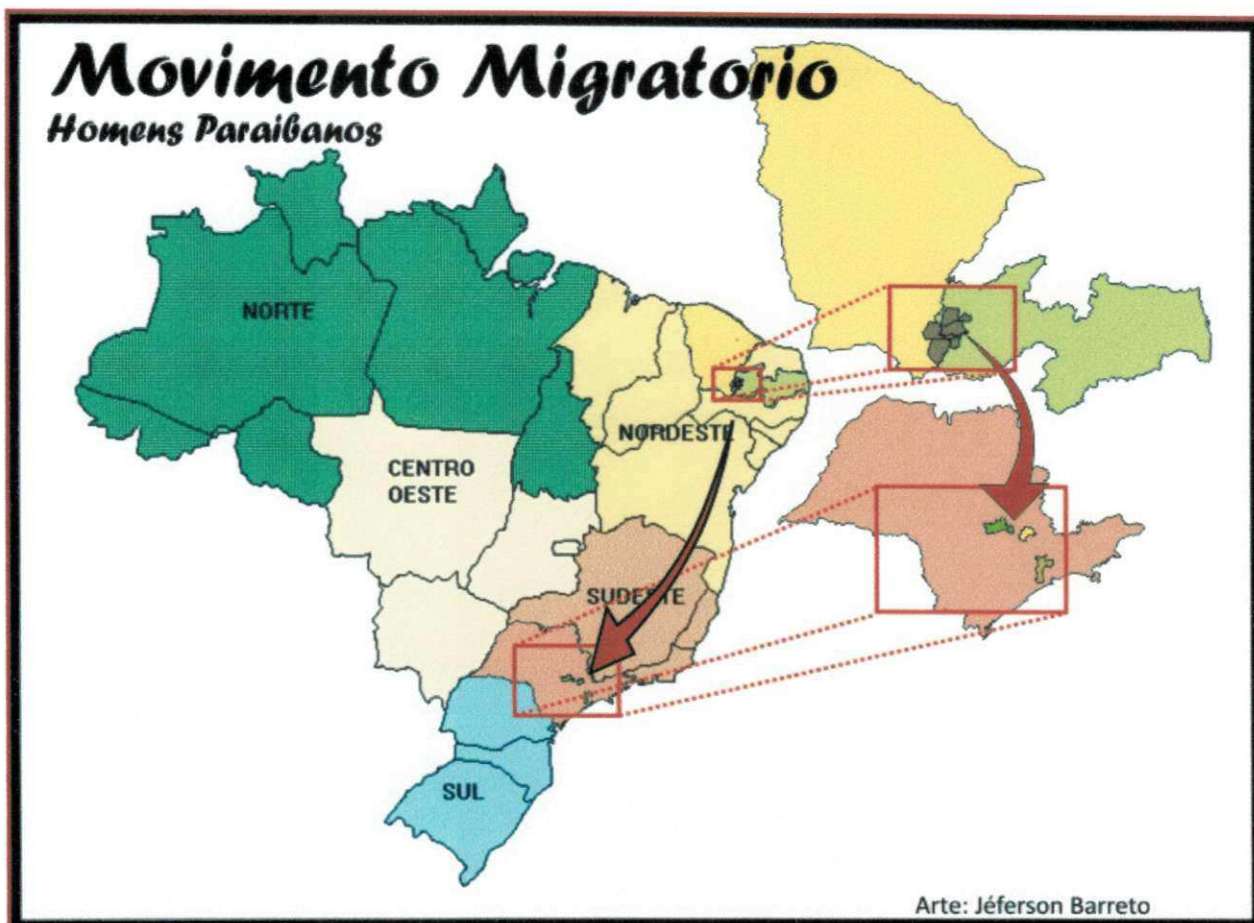
ANEXO 1



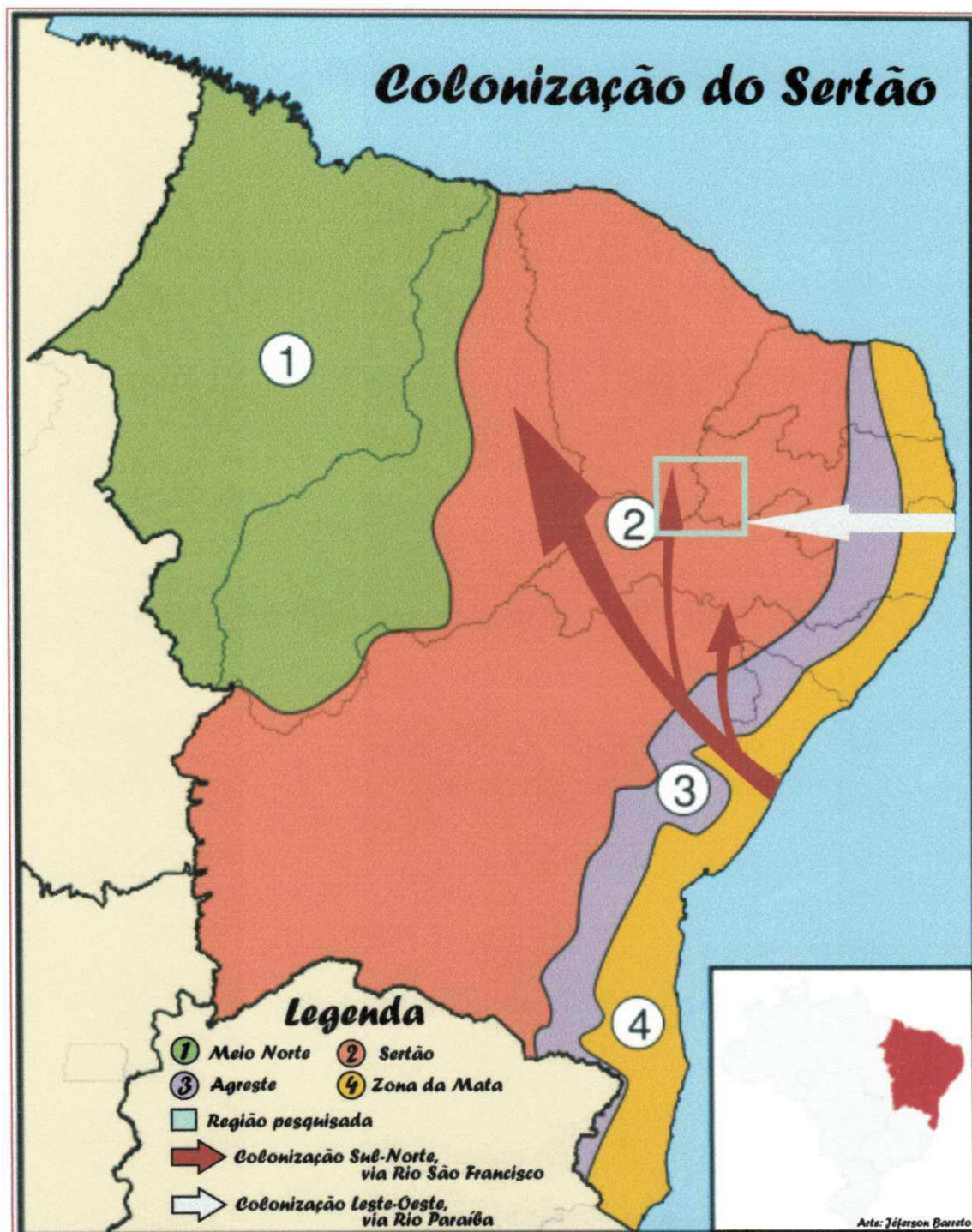
ANEXO 2



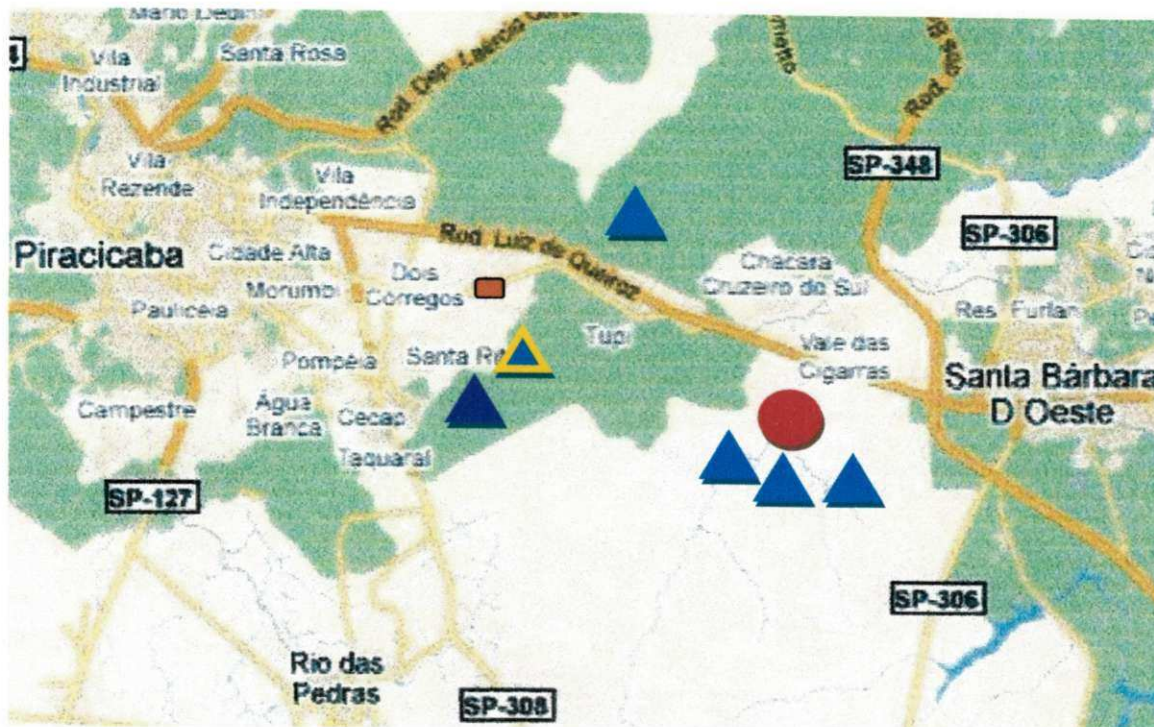
ANEXO 3



ANEXO 4








Anexo 5 – Localização do Alojamento.



MAPA: Google Maps.

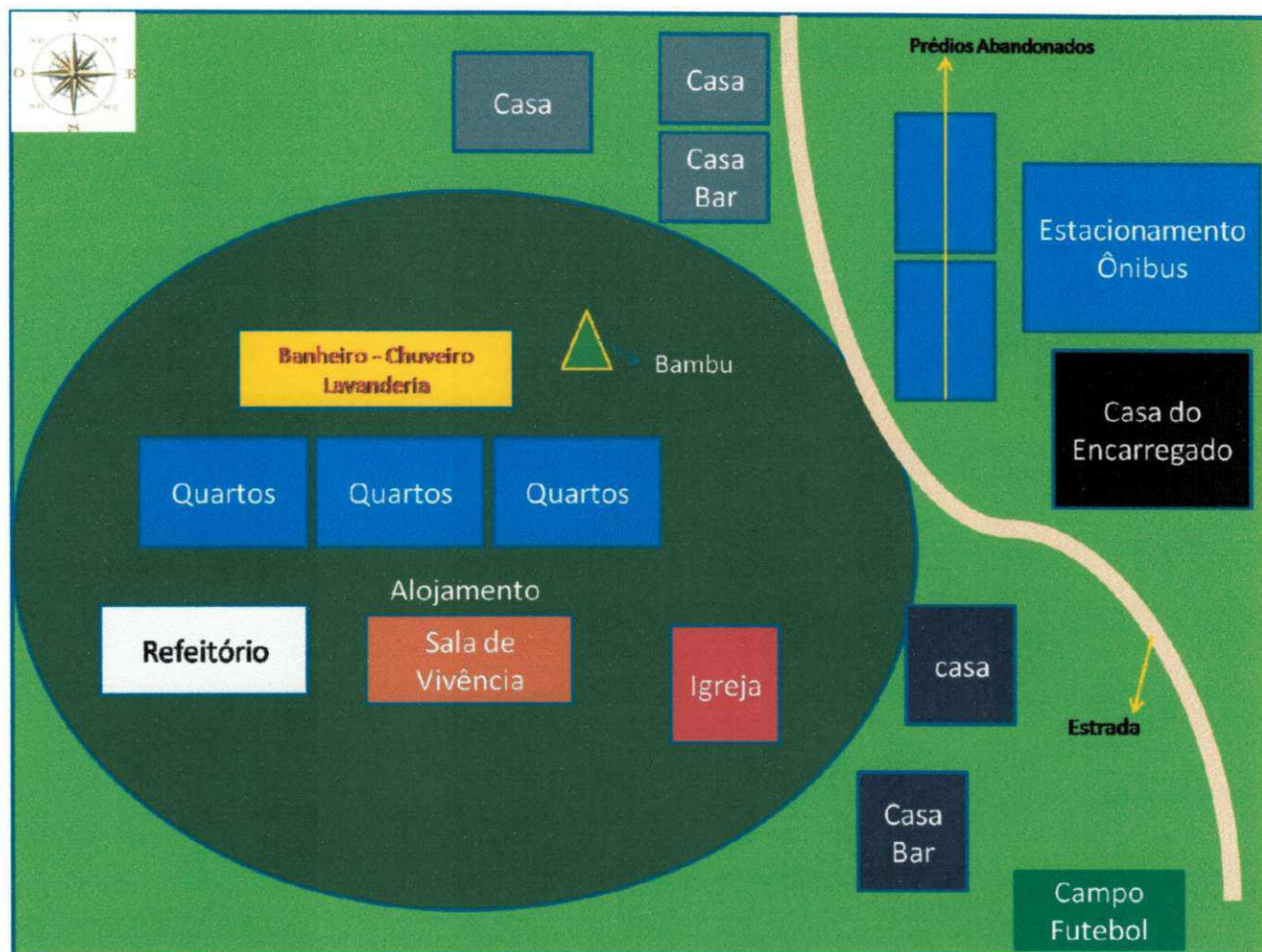
LEGENDAS:

-  Alojamento Horizonte.
-  Alojamento de outra Usina.
-  Alojamentos da Usina Peperoni.
-  Usina Peperoni.
-  Bar do Romário.



Alojamento Horizonte – Foto: Maciel Cover – Outubro/2010.

ANEXO 6 – Croqui do Alojamento.



ANEXO 7

SENAR. Programa Cana Limpa: sistema de colheita manual. São Paulo: SENAR, 2009.

p.44-56

5.6.4 Corte da cana-de-açúcar

O ato de cortar a cana-de-açúcar é uma atividade complexa e de difícil realização. Pessoas que não conhecem o assunto podem julgá-la banal, entretanto é uma atividade que segue inúmeras etapas e com reflexos importantes no rendimento da produtividade, e na qualidade da matéria-prima.

Vários itens estão relacionados ao sucesso do corte da cana-de-açúcar, como:

A) OPERAÇÕES DE CORTE

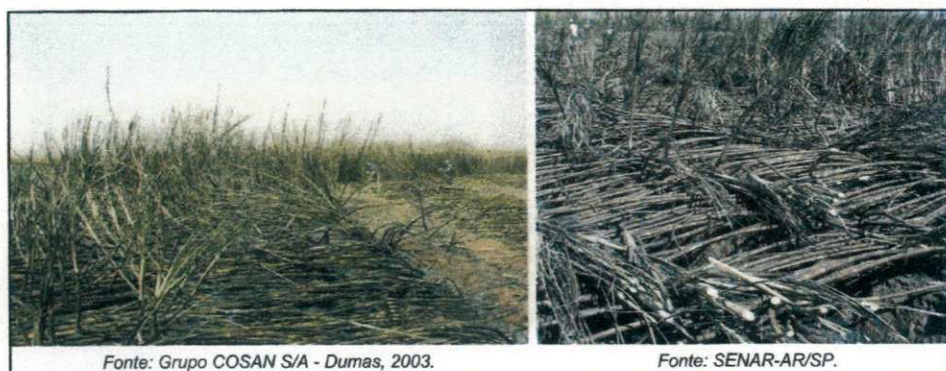
Há dois tipos de corte: o de "cana em pé" e o de "cana deitada ou caída". Para se definir que tipo de corte será utilizado, deve-se avaliar a situação do canavial, isto é, para que lado a cana está tombada.



Figura 41: Cana em pé. Fonte: Usina São Martinho.

Corte da cana em pé: o cortador deve trabalhar em sistemas de "braçadas", trazendo o feixe de cana para junto de seu corpo. A partir daí, inclina-se um pouco o corpo e em seguida realiza-se o corte da abraçada rente ao solo, evitando assim o "toco alto".

Corte de cana deitada ou caída: o cortador deve redobrar os cuidados, pois não é possível "abraçar a cana", o que pode ocasionar toco alto, picação de cana ou desponte incorreto. A cana deitada também é chamada, em certas regiões, de "pé-de-rolô".



Fonte: Grupo COSAN S/A - Dumas, 2003.

Fonte: SENAR-AR/SP.

Figura 42: Cana deitada ou caída.

B) NÚMERO DE RUAS POR EITO

O nome eito é designado para estabelecer o número de ruas a serem cortadas ao mesmo tempo pelo cortador. A distribuição dos eitos no campo é realizada pelos fiscais apontadores. Os cortadores, por sua vez, devem estar bem atentos com a orientação dos apontadores (fiscais), para saber quais são seus eitos de trabalho e ganhar tempo. Basicamente, os eitos de corte manual possuem 5 ou 7 linhas de cana-de-açúcar.

Os eitos de 5 ruas: são comumente utilizados em terras de maior fertilidade, com maior produtividade e com as canas esteiradas ou embandeiradas (em montes), dependendo do rastelo do guincho de carregamento.

A disposição dos montes ou esteiras deve ser perpendicular às linhas de plantio. A linha central do eito serve como referência para o eixo de alinhamento dos montes ou esteiras.

Na maioria das vezes, as canas são compridas e pesadas, estando o canavial inclinado (ou caído). A preocupação com a altura do corte, desponde e picação deve ser redobrada. O espaçamento entre linhas varia de 1,35m a 1,50m.

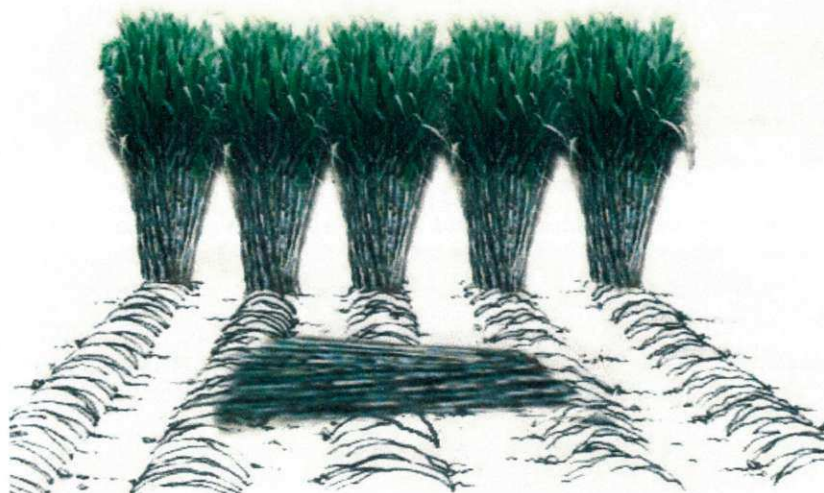


Figura 43: Eito de 5 ruas.

Os eitos de 7 ruas: são mais utilizados em regiões de terras arenosas, de baixa fertilidade e produtividade, onde, além de buscar um aumento de produção de colmos, os cuidados com a conservação do solo, principalmente com relação à erosão, devem ser redobrados. Os canaviais devem ser planejados e sistematizados já considerando todas as possibilidades.

O espaçamento entre as fileiras (linhas) de cana varia de 0,9m a 1,10m, dependendo das bitolas dos tratores utilizados pela empresa, possibilitando os tratos culturais e conservação da lavoura após o corte.



Figura 44: Eito de 7 ruas.

C) ABERTURA DOS EITOS

Após a distribuição, os fiscais apontadores determinam diariamente aos cortadores a maneira correta da abertura dos eitos, que ocorrem em duas situações:

ATENÇÃO!!!

Na abertura dos eitos, o Trabalhador deverá estar utilizando todos os EPIs.

- **No carreador:** os eitos devem ser abertos de dentro para fora a pelo menos três metros do carreador, deixando-o livre para a passagem de veículos, evitando a perda de matéria-prima por esmagamento e que os restos de palhada fiquem dentro do talhão de cana e não espalhados pelo carreador.

- **Na picada:** estas são realizadas quando os eitos no carreador são insuficientes para a distribuição de todos os cortadores. O número de picadas é determinado pelo comprimento de cada eito e pela estimativa de produção do canavial. Com o objetivo de evitar os acidentes, o cortador deve caminhar normalmente para o local da picada, evitando acidentes, e sua abertura deve seguir as mesmas normas das aberturas dos eitos nos carreadores, facilitando o trânsito entre os eitos e evitando a ocorrência de "jacarés" (canas não cortadas).

D) PROCEDIMENTOS PARA O CORTE

Três fatores são importantes para a realização de um corte manual com rendimento e qualidade: a altura de corte, o desponte e a limpeza dos eitos.

- **Altura do corte:** em um sistema manual de queimada de qualidade, o podão (ou facão) deve ser batido ou "pranchado" o mais rente possível ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto.



Figura 45: Operação correta da altura do corte. Fonte: Grupo COSAN S/A - Dumas, 2003.



Figura 46: Altura correta do corte.
Fonte: Grupo COSAN S/A - Dumas, 2003.

Figura 47: Altura incorreta do corte.
Fonte: Grupo COSAN S/A - Dumas, 2003.



Figura 48: Operação incorreta da altura do corte.
Fonte: Grupo COSAN S/A - Dumas, 2003.

ATENÇÃO!!!

Isso não pode acontecer!



Figura 49: Toco alto. Fonte: SENAR-AR/SP.

O toco alto proporciona prejuízos tanto para a empresa quanto para o cortador.

O maior teor de açúcar está contido no pé da cana-de-açúcar (base de colmo).

Quanto maior o toco, maior a perda de açúcar, ou seja, maior a perda para o cortador e para o produtor.

Perdas para a empresa:

- * menor produção de colmos por hectare;
- * perdas das porções dos colmos mais ricas em sacarose e, por consequência, baixa na qualidade da matéria-prima;
- * riscos maiores a ataques de pragas ou doenças no canavial.

Perdas para o cortador:

- * presença de toco seco, o que diminui o rendimento do trabalho no próximo corte;
- * risco de ser punido pela má qualidade do serviço;
- * necessidade de repasse da área mal cortada;
- * menor preço devido à queda de produção;
- * maiores desgastes da lima e do podão;
- * maior esforço físico e perda de tempo.

- **Desponte:** varia de acordo com as normas de cada empresa e com a época de corte do canavial na safra. De maneira geral, o desponte deve ser feito no último "gomo" visível. Porém, em algumas empresas, devido à alta capacidade extratora, admite-se o desponte no meio final do palmito.

Padrão do Corte (esquema)

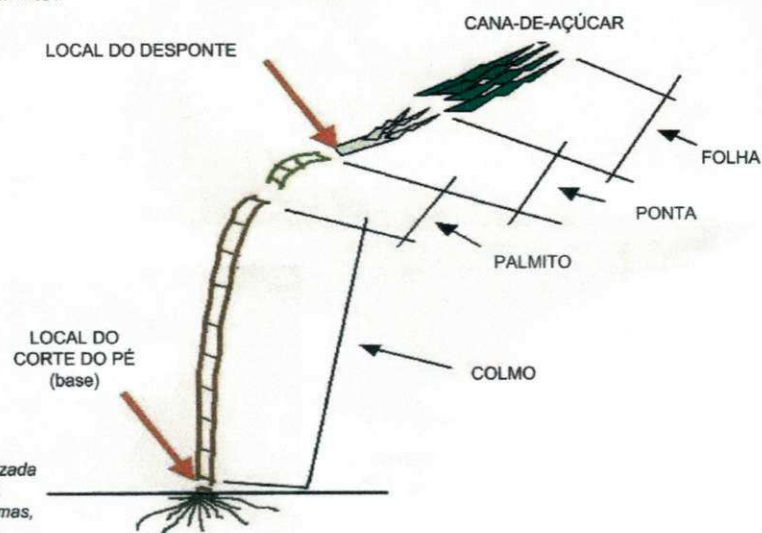


Figura 50: Ilustração utilizada no folder "Só cana pura".
Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2003.

O desponte pode ser realizado no alto, para o caso do corte de canas para mudas, ou no chão, para as indústrias. É aceita uma distância aproximadamente de 10 metros, tomando o cuidado para que o desponte não se atrase e para não deixar folhas.

- * O corte da ponta do colmo (desponte) deverá ser feito exatamente no final do palmito, desprezando a ponta e a folha;
- * O desponte mais baixo acarreta perda de cana, a qual fica agregada no ponteiro;
- * O desponte mais alto acarreta o transporte de palha para a Usina, o que, além de aumentar o custo do transporte, aumenta o teor de fibra e diminui o ATR (açúcar total recuperável).



Figura 51: Corte na base. Fonte: SENAR-AR/SP.



Figura 52: Corte da ponta. Fonte: SENAR-AR/SP.



Figura 53: Desponte no monte. Fonte: SENAR-AR/SP.

ATENÇÃO!!!

O bom profissional corta a base e a ponta da cana sem repicar o corte.

- **Limpeza dos eitos:** favorece a qualidade da matéria-prima, diminuindo as impurezas minerais e vegetais. Os ponteiros devem ser afastados das bandeiras (montes) ou das esteiras por, no mínimo, 80 centímetros.

Exemplo de uma operação correta

As pontas aparadas durante a colheita manual deverão ser afastadas dos montes de cana, facilitando o carregamento e evitando que impurezas minerais e vegetais sejam arrastadas durante o carregamento. Durante o carregamento, as folhas contribuem para adicionar terra na matéria-prima; por isso, devem ser afastadas dos montes.



Figura 54: Operação correta de limpeza dos eitos. Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2004.

E) MODALIDADES DE CORTE

Referem-se à disposição dos colmos da cana-de-açúcar no eito de corte sobre o solo.

Dividem-se em dois sistemas básicos:

Canas esteiradas: as canas são cortadas e depositadas tendo como referência a rua do meio do eito (metade da cana na 3ª rua para eitos de 5 ruas, e na 4ª rua para eitos de 7 ruas). As canas devem ser alinhadas e colocadas de maneira homogênea e corrida durante todo o eito. Canas não alinhadas, jogadas de qualquer maneira, escorregam durante o carregamento, aumentando desperdícios e bitucas.

Outro ponto importante no corte esteirado está relacionado ao desponte e ao sistema de carregamento. Em qualquer situação as pontas devem ser colocadas sempre dos dois lados dos montes ou leiras sempre voltadas para o lado do cortador, pois esse procedimento diminui substancialmente o esforço do cortador, sem nenhum prejuízo na qualidade do corte.

Em canalial no qual as canas estão "em pé", estas devem ser cortadas com os ponteiros voltados somente para um dos lados da esteira, o que permite um desponte mais homogêneo e sem perdas de qualidade (picando ou despontando em pé): deve-se, contudo, tomar cuidado com os sistemas de rastelos dos guinchos e a velocidade de trabalho.

Em guinchos de rastelos rotativos, há grande dificuldade no carregamento quando os ponteiros estão voltados para um dos lados, pois, ao "bater" a cana, eles escorregam, dificultando a ação do guincho "abocanhar" a cana. Pode-se alternar a posição do desponte a cada 5 metros, ou seja, todo para o outro lado da esteira. Em guinchos de rastelos fixos, essas dificuldades são

menores; entretanto, deve-se tomar muito cuidado com o carregamento de impurezas.

Em canaviais em que a cana está "deitada" ou "caída", o sistema de esteiras permite a acomodação das canas voltadas para os dois lados da esteira. O desponte deve ser imediatamente efetuado.



Figura 55: Canas esteiradas.
Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2004.

Canas amontoadas ou embandeiradas: possuem as mesmas referências de disposição em relação à localização no eito. Porém, são alinhadas e colocadas em "montes" ou bandeiras durante todo o eito.

As canas devem ser cortadas e os ponteiros voltados sempre para o mesmo lado nas bandeiras, visto que o corte de canas cruzadas dificulta o desponte e pode provocar desperdício de matéria-prima. Esse tipo de corte é utilizado em muitas usinas do Estado de São Paulo, e em quase a totalidade do corte de cana crua para obtenção de mudas.

A distância entre os montes varia de 1,5 a 3 metros, dependendo do volume de cana e da situação do canavial (deitado ou caído, pé-de-rolo ou em pé). A limpeza das laterais e entre bandeiras ou montes favorece muito a qualidade da matéria-prima, diminuindo as impurezas levadas às usinas.



Figura 56: Operação correta de limpeza dos montes ou bandeiras em cana queimada.
Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2003.



Figura 57: Operação correta de limpeza dos montes ou bandeiras em cana crua.
Fonte: Tasso, 2004.

Os colmos de cana-de-açúcar, dispostos no solo em montes, devem estar sempre de 2 a 3 metros distantes dos carregadores, postes, canais, ou de qualquer local que dificulte o carregamento.

O monte deverá estar localizado na fileira central e ao longo do eito de 5 ou 7 fileiras, de fora a fora no talhão. O centro do monte não deve mudar da fileira central do eito de 5 ou 7 fileiras.

H) AÇÕES NÃO DESEJÁVEIS NO CORTE MANUAL

Picção de cana:

Na maioria das vezes, não se admite picção de cana, uma vez que esta gera um número maior de canas não carregadas, que permanecem no campo, ocorrendo o "rodeio ou limpeza ou bituca", aumentando o custo da colheita e entregando uma matéria-prima não desejada na indústria (canas danificadas e cheias de impurezas minerais e/ou vegetais).

Quando o canavial está muito caído, popularmente chamado pelos cortadores de "pé-de-rolô", admite-se extraordinariamente picar a cana, em uma das ruas somente, na metade da cana, acomodando-as no meio da esteira ou bandeira (montes), para não caírem durante o carregamento.



Figura 60: Picção de cana pelo Cortador.
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

ATENÇÃO!!!

Evitar a picção de cana melhora a qualidade da matéria-prima.

Cama-de-gato ou cambalacho:

São as canas não cortadas que ficam escondidas embaixo das bandeiras (montes) ou das esteiras, predominantemente nas fileiras centrais do eito.

Esse é um artifício utilizado pelo mau cortador de cana, com o objetivo de aumentar o rendimento operacional no eito. Causa grandes prejuízos, tais como:

- * aumenta o desperdício de matéria-prima;
- * prejudica a brotação e a formação da nova soqueira;
- * aumenta o arranquio das soqueiras, uma vez que as canas não cortadas são empecilhos ao carregamento;
- * aumenta o serviço dos bituqueiros (repasso ou limpeza).

Quando o problema é detectado, faz-se um levantamento de apontamento de corte e os Cortadores que o causaram podem receber advertências e terão que refazer o serviço de corte.



Figura 61: Canas não cortadas embaixo dos montes.
Fonte: SENAR-AR/SP.

Jacaré, teimosa e cana mamando:

São as canas não cortadas por completo, as quais possuem parte da casca do colmo fixada na soqueira. São colocadas (acomodadas) embaixo das bandeiras (montes) ou das esteiras; ocorrem predominantemente na segunda e/ou quarta rua do eito. Em alguns casos, o tombamento da cana não é realizado com o podão, e sim com a botina, quebrando a cana e originando, assim, a "cana teimosa".

Este artifício é utilizado pelo mau cortador de cana para aumentar o seu rendimento operacional no eito de corte.

Tal sistema causa grandes prejuízos, como:

- * perda da matéria-prima;
- * arranquio da soqueira com carregamento;
- * aumento dos serviços de repasse;
- * aumento das impurezas vegetais na indústria.

ATENÇÃO!!!

Um profissional do corte não deverá admitir jacaré, teimosa e cana mamando.

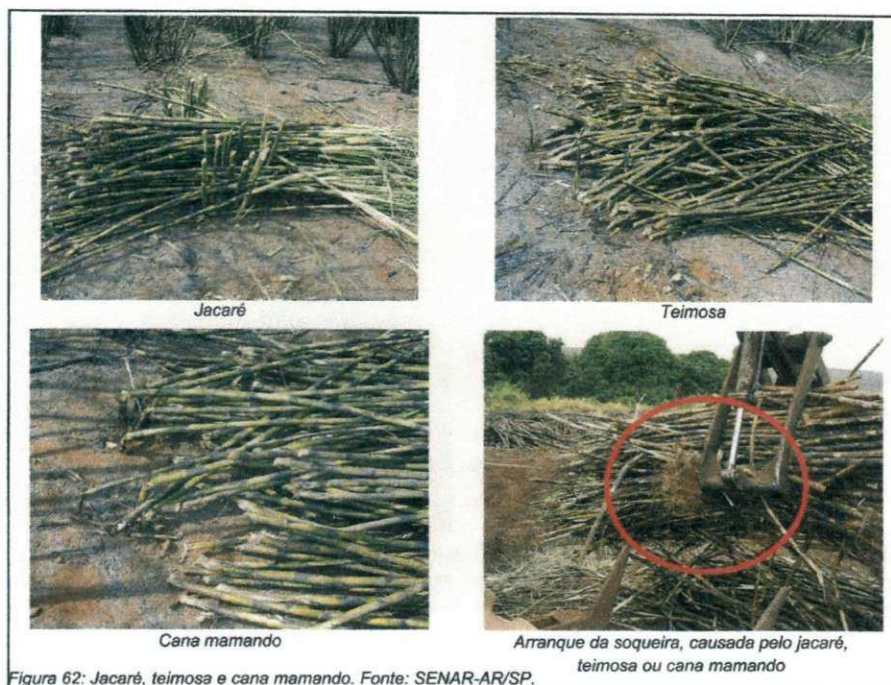


Figura 62: Jacaré, teimosa e cana mamando. Fonte: SENAR-AR/SP.

Telefone ou canudo:

Quando se deixa uma ou duas ruas sem cortar, voltando depois de mais ou menos 40 metros para igualar o eito. Na maioria das empresas esse tipo de corte não é permitido, pois:

- * desiguala o andamento do corte;
- * dificulta a fiscalização dos apontadores de campo, quando as ruas deixadas sem cortar forem próximas ou "no pé" da esteira;
- * possibilita a ocorrência de toco alto;
- * possibilita a repicagem de ponteiros ou de pés na esteira ou nos montes de corte, provocando repasses e perda de produção.



Figura 63: Vista de operação de telefone ou canudo. Fonte: SENAR-AR/SP.

Quando permitido pelas empresas, deve ser usado somente para cana em pé, pois permite melhor rendimento de corte.

ATENÇÃO!!!

A utilização do Telefone aumenta a possibilidade de risco de acidentes de trabalho, em função da maior proximidade entre os Cortadores.

Baião de dois:

Consiste no corte da cana por dois trabalhadores num mesmo eito. As empresas permitem essa modalidade de corte em algumas situações:

- * quando há necessidade de liberar a área para o carregamento mais rapidamente, no caso de estar faltando cana (matéria-prima) na usina;
- * uma ou duas horas antes do término do horário de trabalho, para igualar os eitos ou terminar o corte de uma determinada área. Sem que, com isso, os cortadores ultrapassem o horário do expediente. O baião de dois pode, no entanto, desalinhar as canas nas esteiras ou bandeiras, aumentando os riscos de acidentes.



Figura 64: Dois Cortadores realizando baião de dois em um canavial. Fonte: SENAR-AR/SP.

ATENÇÃO!!!

A utilização do Baião de dois aumenta a possibilidade de acidentes de trabalho, em função da maior proximidade entre os cortadores, por isso não é recomendado esta prática.

Corte de cana para muda:

Devemos ter alguns cuidados com relação ao corte de cana para mudas: a despalha deve ser cuidadosa para não ferir as gemas; o corte basal e o desponte devem ser procedidos seguindo as regras normais do corte de cana para a indústria. Vale a observação de que esse assunto será tratado com detalhes no Manual de Instalação de Lavoura de Cana-de-Açúcar.



Figura 65: Corte de cana para muda. Fonte: SENAR-AR/SP.



Figura 66: Montes ou bandeiras de cana para muda. Fonte: Tasso, 2004.

ANEXO 8

VIDEO

ANEXO 9

Fotos: Maciel Cover – Outubro/2010.



Trabalhadores no momento da janta.



Trabalhador escrevendo seu numero identificador.



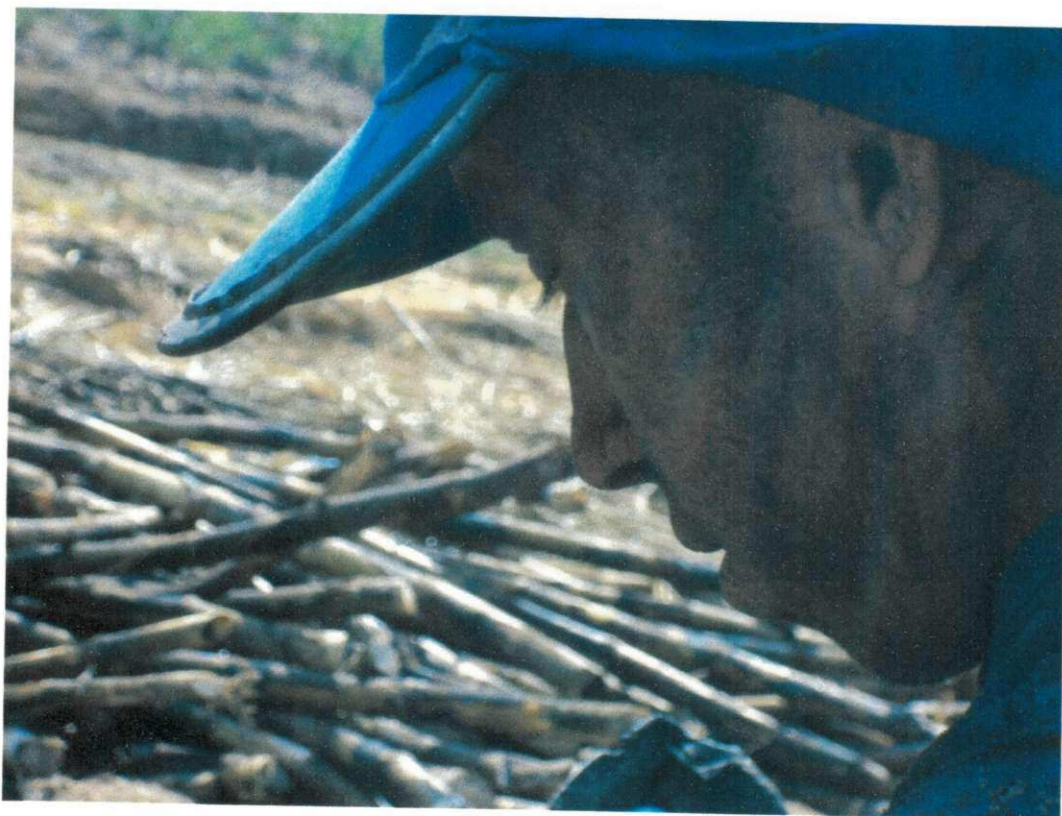
Situação dos armários do alojamento.



As fuligens de carvão no rosto do trabalhador ao meio dia.



Fiscais observando o trabalho dos cortadores de cana.



Trabalhador no final da tarde.



Trabalhador amolando o podão, enquanto a frente de carregamento retira as canas cortadas. Ao fundo a fumaça da usina.



Trabalhador escrevendo seu número na cana, para o medidor identificar quem cortou tal eito.